



Diagnóstico Social do Concelho de
Montemor-o-Novo
2019

FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social do Conselho de Montemor-o-Novo

Abril de 2019

ELABORAÇÃO



Logframe, Consultoria e Formação, Lda

Rua Almeida e Sousa, 23 6º B, 1350-006 Lisboa

www.logframe.pt

COLABORAÇÃO



MONTEMOR | O | NOVO câmara municipal

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Largo dos Paços do Concelho, 7050-127, Montemor-o-Novo

www.cm-montemornovo.pt



Rede Social de Montemor-o-Novo

Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Montemor-o-Novo

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Largo dos Paços do Concelho, 7050-127, Montemor-o-Novo

www.cm-montemornovo.pt

Índice

Índice de Figuras, Tabelas e Gráficos	4
Apresentação.....	12
1. Enquadramento	13
1.1 Objetivos do Documento.....	13
1.2 O Programa Rede Social no Quadro das Políticas Sociais.....	13
1.3 Rede Social de Montemor-o-Novo.....	17
2. Nota Metodológica	20
3. Contexto da Intervenção Social	21
3.1 O Contexto Nacional.....	21
3.2 Tendências de Evolução Macroeconómicas	25
4. Retrato Municipal em Números.....	27
5. O Concelho de Montemor-o-Novo: Contexto de Intervenção	36
5.1 Áreas de Intervenção Social.....	36
5.1.1 Análise Demográfica	36
5.1.2 Qualificações, Educação e Emprego	43
5.1.3 Habitação	61
5.1.4 Saúde	66
5.1.5 Ação Social	73
5.2 Grupos Vulneráveis	85
5.2.1 Crianças e Jovens.....	85
5.2.2 Pessoas Idosas.....	96
5.2.3 Migrantes.....	102
5.2.4 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	107
5.2.5 Famílias em Situação de Risco.....	111
6. Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social do Concelho de Montemor-o-Novo.....	115
6.1 Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional	115
6.2 Saúde Mental	121
6.3 População com Deficiência/ Incapacidade	125
6.4 Pessoas Idosas.....	128
6.5 Habitação	137
6.6 Educação e Escolaridade	140
7. POR Alentejo 2020	144
8. Síntese Diagnóstica	148

9. Referências Bibliográficas e Sites Consultados	154
10. Anexos	156

Índice de Figuras, Tabelas e Gráficos

Figura 1 - Divisão territorial da região: NUTS III e Municípios.....	28
Figura 2 - NUTS III (Alentejo Central)	36
Figura 3 - Concelho de Montemor-o-Novo	36
Figura 4 - Freguesias de Montemor-o-Novo, após a reorganização administrativa de 2013	37

Tabela 1 - Dinâmica populacional, 2017	28
Tabela 2 - Nados-vivos e óbitos por Freguesia, 2017	29
Tabela 3 - Indicadores de Educação, 2017	29
Tabela 4 - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, 2017/2018.....	30
Tabela 5 - Empresas e estabelecimentos, 2016	31
Tabela 6 - Poder de Compra Concelhio, 2015	31
Tabela 7 - Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (€), 2017/2018	31
Tabela 8 - Comércio Internacional, 2017	32
Tabela 9 - Licenciamento e conclusão de obras, 2017.....	33
Tabela 10 - Turismo, 2017	33
Tabela 11 - Despesa das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto, 2017	35
Tabela 12 - Densidade populacional por território, nos anos de 2011 e 2017 e sua variação....	38
Tabela 13 - População residente, por território, nos anos de 2001, 2011, 2014 e 2017	39
Tabela 14 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o género, nos anos de 2001, 2011, 2014 e 2017	39
Tabela 15 - Variação percentual dos grupos etários (2001-2011; 2011-2017; 2014-2017) (%)..	41
Tabela 16 - Variação percentual da população residente, por grupo etário e freguesia (2001-2011) (%)	42
Tabela 17 - Indicadores de população (2017) (% e ‰).....	43
Tabela 18 - Indicadores de Educação (2015/2016 e 2016/2017) (%)	44
Tabela 19 – Indicadores de Educação (2015/2016 e 2016/2017) (%) (Cont.).....	45
Tabela 20 – Taxa de transição e retenção no Ensino Básico, no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo (ano letivo 2017/2018) (N.º e %).....	45
Tabela 21 – Indicadores de Educação (2015/2016 e 2016/2017) (Conclusão)	46
Tabela 22 – Taxa de abandono escolar, por freguesia (2011) (%).....	47
Tabela 23 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2011) (N.º).....	49
Tabela 24 - População empregada, residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o género, por freguesias (2011) (N.º)	54
Tabela 25 - População empregada, residente no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias e situação na profissão (2011) (N.º).....	55

Tabela 26 - Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, por género e freguesias (2011) (%)	56
Tabela 27 - Desempregados inscritos nos Centros de Emprego no total da população residente com 15 a 64 anos (2001, 2011, 2016 e 2017) (%).....	57
Tabela 28 - População desempregada residente no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia e situação face à procura de emprego (2011) (N.º e %)	60
Tabela 29 - Parque habitacional dos municípios da Região do Alentejo Central (2011 e 2017) (N.º).....	61
Tabela 30 - Tipologia de alojamentos do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (N.º).....	62
Tabela 31 - Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (N.º)	62
Tabela 32 - Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alentejo Central (2011 e 2015) (N.º)	64
Tabela 33 - Agregados familiares que pediram habitação social (2011 e 2015) (N.º).....	65
Tabela 34 - Indicadores de saúde do concelho de Montemor-o-Novo (2017) (N.º)	66
Tabela 35 - Utentes inscritos no Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, por Unidades Funcionais (fevereiro de 2019) (N.º).....	68
Tabela 36 - Utentes inscritos no Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, por Unidades Funcionais e grupos etários (fevereiro de 2019) (N.º).....	68
Tabela 37 - Indicadores de saúde dos municípios da Região do Alentejo Central (2011 e 2016 Po) (‰).....	69
Tabela 38 - Determinantes de saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Alentejo e ACES Alentejo Central, por sexo (2013) (%)	71
Tabela 39 - Morbilidade – Proporção de inscritos por diagnóstico ativo no ACES Alentejo Central (2013) (%).....	72
Tabela 40 - Partos e interrupções voluntárias da gravidez (IVG), por município de residência da mãe (2011 e 2017) (N.º).....	73
Tabela 41 - Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alentejo Central (2017) (€).....	74
Tabela 42 - Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alentejo Central (2017) (N.º).....	75
Tabela 43 - Variação percentual da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (2001-2011 e 2011-2017) (%).....	87
Tabela 44 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, segundo o sexo, por freguesia (N.º) (2011)	88
Tabela 45 - Índice de Dependência de Jovens dos municípios da Região do Alentejo Central (2011, 2014, 2017) (%)	89
Tabela 46 – Menores com Processo de Promoção e Proteção por Tipologia de Problemática (janeiro de 2019) (N.º)	90
Tabela 47 – Menores com processo na EMAT, por Tipologia de Processo (janeiro de 2019) (N.º)	90
Tabela 48 – Crianças e jovens acompanhadas pelo CAFAP, segundo idade e sexo (janeiro de 2019) (N.º)	91
Tabela 49 – Respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º)	93
Tabela 50 – Respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º)	93



Tabela 51 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º)	93
Tabela 52 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º) (Cont.)	94
Tabela 53 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º) (Conclusão)	95
Tabela 54 - Variação percentual da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário (2001-2011 e 2011-2017) (%)	97
Tabela 55 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário, por freguesia (N.º) (2011)	98
Tabela 56 - Índice de dependência de idosos e Índice de envelhecimento dos municípios da Região do Alentejo Central (2011, 2014, 2017) (%)	100
Tabela 57 - Índice de dependência de idosos e Índice de envelhecimento do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias (2011) (N.º)	101
Tabela 58 - Saldo migratório dos municípios da Região do Alentejo Central, nos anos 2011, 2014 e 2017	103
Tabela 59 - População estrangeira residente nos municípios da Região do Alentejo Central, com Título de Residência (2011, 2014 e 2017) (N.º)	104
Tabela 60 - População estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, por freguesia e nacionalidade (2011) (N.º)	106
Tabela 61 - População estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º)	107
Tabela 62 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º)	108
Tabela 63 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)	110
Tabela 64 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º) (%)	111
Tabela 65 - Famílias clássicas residentes no concelho de Montemor-o-Novo, com mais de 5 pessoas, segundo a freguesia (2011) (N.º)	112
Tabela 66 - Respostas sociais na área da deficiência ou incapacidade no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019)	127
Tabela 67 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019) (N.º)	132
Tabela 68 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (N.º) (fevereiro de 2019) (Cont.)	133
Tabela 69 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019) (N.º)	134
Tabela 70 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019) (N.º) (Cont.)	134
Tabela 71 - Respostas sociais com acordo de cooperação, para pessoas idosas, por instituição	135
Tabela 72 – População residente por nível de escolaridade mais elevado completo (2011) (%)	142



Gráfico 1 - Estrutura etária da população, 2017	29
Gráfico 2 - Receitas e despesas dos municípios em ambiente por habitante, 2017	30
Gráfico 3 - Levantamentos em caixas multibancos e compras em terminais de pagamento automáticos, 2017/2018 (taxa de variação homóloga)	32
Gráfico 4 - Licenciamento e conclusão de obras, 2017	33
Gráfico 5 - Turismo, 2017	34
Gráfico 6 - Demografia e Saúde, 2017	34
Gráfico 7 - Demografia e Saúde, 2017	35
Gráfico 8 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2001 e 2011	40
Gráfico 9 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011, 2014 e 2017 (%).....	41
Gráfico 10 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2001 e 2011) (%).....	48
Gráfico 11 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2011) (%).....	50
Gráfico 12 - População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o género, por freguesias (2011) (N.º).....	51
Gráfico 13 – População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)	51
Gráfico 14 - Processos de RVCC do concelho de Montemor-o-Novo (2018) (N.º).....	52
Gráfico 15 - Processos de RVCC Escolar do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias (2018) (N.º).....	53
Gráfico 16 - Processos de RVCC Profissional do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias (2018) (N.º).....	53
Gráfico 17 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo o género, nos anos 2005, 2011 e 2018 (N.º).....	58
Gráfico 18 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, por grupos etários, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º).....	58
Gráfico 19 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º)	59
Gráfico 20 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo tempo de inscrição, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º)	59
Gráfico 21 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo a situação face à procura de emprego, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º)	60
Gráfico 22 - Densidade de alojamentos no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (N.º/Km ²)	63
Gráfico 23 - Valor médio das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (€).....	66
Gráfico 24 - Evolução da taxa bruta de mortalidade (1997, 2002, 2007, 2012) (‰)	70
Gráfico 25 - Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2009-2011, no Continente, ARS Alentejo e ACES Alentejo Central, para ambos os sexos e para todos os grupos etários	71
Gráfico 26 - Pensionistas residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o tipo de pensão, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	76
Gráfico 27 - Beneficiários com processamento de CSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	76



Gráfico 28 - Beneficiários com processamento de CSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	77
Gráfico 29 - Beneficiários com processamento de CSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	78
Gráfico 30 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2011, 2014 e 2017 (N.º).....	79
Gráfico 31 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2011, 2014 e 2017 (N.º).....	79
Gráfico 32 - Beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	80
Gráfico 33 - Beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	81
Gráfico 34 - Beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	82
Gráfico 35 - Titulares com processamento de Abono de Família para Crianças e Jovens, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	83
Gráfico 36 - Titulares com processamento de Abono de Família para Crianças e Jovens, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)	84
Gráfico 37 - Titulares com processamento de Abono de Família para Crianças e Jovens, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º).....	85
Gráfico 38 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2017 (N.º).....	86
Gráfico 39 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2017 (N.º)	87
Gráfico 40 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (2011) (%)	88
Gráfico 41 – Problemáticas referenciadas por idade das crianças e jovens em acompanhamento no CAFAP (janeiro de 2019) (N.º)	92
Gráfico 42 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2017 (N.º)	96
Gráfico 43 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2017 (N.º).....	97
Gráfico 44 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o grupo etário, por freguesia (2011) (N.º)	99
Gráfico 45 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)	99
Gráfico 46 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos, a residir só, segundo o género e a freguesia (2011) (N.º)	102
Gráfico 47 - Nacionalidade da população estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, por grandes zonas mundiais e países (2017) (N.º)	105
Gráfico 48 - População estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, segundo o género (2017) (%).....	105
Gráfico 49 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º)	108



Gráfico 50 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)	109
Gráfico 51 - Núcleos familiares monoparentais residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o tipo de núcleo, por freguesia (2011) (N.º)	113
Gráfico 52 - Núcleos familiares monoparentais residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o tipo de núcleo e o grupo etário do pai e mãe (2011) (N.º)	114
Gráfico 53 – Empresas sediadas nos concelhos da região do Alentejo Central (2017) (N.º)	118
Gráfico 54 – Nascimentos e mortes de empresas no concelho de Montemor-o-Novo, entre 2012 e 2017 (N.º).....	118
Gráfico 55 - Empresas no Alentejo Central por setor de atividade económica, em 2017 (%) ..	119
Gráfico 56 - Taxa de mortalidade padronizada (65 e mais anos), por suicídio, por 100 000 habitantes na região do Alentejo (2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) (N.º)	123
Gráfico 57 - Taxa de mortalidade por doenças atribuíveis ao álcool, por 100 000 habitantes, na região do Alentejo (2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) (N.º)	124
Gráfico 58 - Índice de Envelhecimento de Portugal, Alentejo, Alentejo Central e Montemor-o-Novo entre 2013 e 2017 (N.º)	130
Gráfico 59 – Pessoas idosas que residem sozinhas e se encontram em situação de isolamento no concelho de Montemor-o-Novo em 2016, 2017 e 2018 (N.º).....	131
Gráfico 60 – Pessoas idosas que residem sozinhas e se encontram em situação de isolamento (total), por freguesia (2016, 2017 e 2018) (N.º)	131
Gráfico 61 – Taxa de analfabetismo entre 1991 e 2011 (%)	141
Gráfico 62 – Taxa de escolaridade em 2017 (%).....	141

LISTA DE SIGLAS

- ACES** – Agrupamento de Centros de Saúde
- ANQEP** – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional
- ARS** – Administração Regional de Saúde
- ARPI** – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos
- CAO** – Centro de Atividades Ocupacionais
- CAME** – Centro de Acolhimento às Micro e Pequenas e Médias Empresas
- CEB** – Ciclo de Ensino Básico
- CIF** – Classificação Internacional de Funcionalidade
- CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- CNO** – Centros Novas Oportunidades
- CNUDP** – Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- CSF** – Comissão Social de Freguesia
- CSI** – Complemento Solidário para Idosos
- CSIF** – Comissão Social Inter-Freguesias
- ENDEF** – Estratégia Nacional para a Deficiência
- ENH** – Estratégia Nacional para a Habitação
- ERPI** – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social
- ISS, IP** – Instituto da Segurança Social, I.P.
- IVG** – Interrupção Voluntária da Gravidez
- NEET** – “Not currently engaged in Employment, Education or Training”
- NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- ODDH** – Observatório da Deficiência e Direitos Humanos
- PAMT** – Políticas Ativas do Mercado de Trabalho
- PDS** – Plano de Desenvolvimento Social



Pe – Valor preliminar

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

Po – Valor provisório

QEC – Quadro Estratégico Comum

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI – Rendimento Social de Inserção

Rv – Valor revisto

RVCC – Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SUB – Serviço de Urgência Básico

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UE28 – Países da União Europeia (UE) a 28 membros

URAP – Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados

USF – Unidade de Saúde Familiar

Apresentação

O Concelho de Montemor-o-Novo, estando situado no Alentejo Central e sendo o sétimo maior concelho em área do País, apresenta um conjunto de características sociais, culturais e demográficas muito particulares.

Assente num trabalho de parceria estreita entre as Autarquias Locais e as forças vivas do Concelho, Montemor-o-Novo tem na sua comunidade e nas suas instituições, pilares que sustentam a intervenção social em todo o concelho.

Este Diagnóstico Social de Montemor-o-Novo mostra esta realidade, dá a conhecer melhor o Concelho, permitindo que de forma ainda mais objetiva e assertiva sejam definidas estratégias e ações específicas que contribuam para o desenvolvimento do território e dos seus habitantes.

Um território de Abril, que se pretende mais justo e inclusivo, com recurso a uma forte aposta de âmbito educativo e cultural, que tornará cada habitante de Montemor-o-Novo, um cidadão mais participativo e crítico. Uma intervenção que denuncie e proponha soluções para os problemas sociais, defenda e apoie os serviços e instituições de natureza social e promova estratégias de dinamização e articulação de equipamentos de proximidade, valorizando as respostas existentes.

Tendo como objetivo um concelho coeso, em 2019 é publicado um novo Diagnóstico, que será um complemento para todos os que diariamente lutam em Montemor-o-Novo para uma sociedade mais justa.

O Presidente do CLAS

Gil Pegado Porto

1. Enquadramento

1.1 Objetivos do Documento

O presente Diagnóstico Social do concelho de Montemor-o-Novo é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio. Constitui uma primeira etapa de um processo mais amplo, enquadrado nas atividades do Conselho Local de Ação Social.

A partir das prioridades de intervenção identificadas no presente documento, será posteriormente definido um conjunto de estratégias que virão a integrar o Plano de Desenvolvimento Social.

Um diagnóstico social é, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes “promove” outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, e das suas comunidades em matéria de inclusão social, é relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Montemor-o-Novo resulta dos contributos recolhidos junto dos diversos *stakeholders* locais que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um leque alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do CLAS, bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística ou outros órgãos da administração pública, como Ministérios e as suas Direções Gerais. A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos e dirigentes.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município e as entidades parceiras que constituem a Rede Social de Montemor-o-Novo, passem a ter:

- Um instrumento de planeamento coerente com as políticas e estratégias nacionais e europeias;
- Um Diagnóstico Social que seja resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam;
- Um instrumento de suporte a candidaturas a programas e medidas;
- Clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho;
- Um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

1.2 O Programa Rede Social no Quadro das Políticas Sociais

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de novembro.



Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de ‘sociedade em rede’.

Esta RCM designa por Rede Social “... o conjunto das diferentes formas de entreaajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”, alicerçando o conceito na “... tradição secular de entreaajuda familiar e de solidariedade mais alargada” do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou infra concelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos de eficácia; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, a saber:

Princípio da Integração

Este princípio chama a atenção para a necessidade de uma atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre as diferentes dimensões do desenvolvimento territorial (a económica, ambiental, cultural, de educação e social).

“O desafio que se coloca à Rede Social é o de se ser capaz de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.”



Princípio da Articulação

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes atores locais, integrados ou não no Conselho Local de Ação Social, que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.

“Em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.”

Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

“A aplicação deste princípio implica que só depois de serem explorados os recursos e competências locais é que se deverá apelar para outros níveis de decisão sucessivamente superiores de resolução dos problemas.”

Princípio da Inovação

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem repostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

“Ao apostar na descentralização da intervenção social e na responsabilização conjunta dos agentes locais, no desenvolvimento de uma nova forma de parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e no planeamento intersectorial da intervenção social local, a Rede Social coloca-se na vanguarda do processo de inovação da intervenção social e da transformação de mentalidades.”

Princípio da igualdade de género

O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto. A importância da questão da igualdade está alicerçada no pressuposto de que uma maior igualdade de género tem impactos positivos em diversos sectores da vida social, económica, cultural e política, nomeadamente: i) a nível macroeconómico, contrariando os efeitos negativos do envelhecimento da população por via da atenuação da falta de mão-de-obra e de competências em algumas profissões e do contributo para o crescimento pela base da pirâmide demográfica, fazendo com que as opções de natalidade não estejam sujeitas a constrangimentos laborais ou materiais; ii) a nível microeconómico, considerando-se que uma organização do trabalho mais flexível e que tem em conta a família, favorece a redução do



absentismo e potencia a produtividade e competitividade das empresas e das regiões; e iii) a nível sociocultural, sendo que uma maior participação política e cívica das mulheres e o igual acesso a direitos e oportunidades contribuem para uma sociedade mais coesa e mais justa.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a coresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF) e outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local.



A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, coletivo e organizacional).

Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelho

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria enquadradora. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactes: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (PDM, Planos Estratégico, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

1.3 Rede Social de Montemor-o-Novo

A Rede Social em Montemor-o-Novo iniciou o seu funcionamento em 2003, tendo o Conselho Local de Ação Social (CLAS) sido constituído em julho do mesmo ano.

O Núcleo Executivo integra atualmente 7 elementos, em representação da Câmara Municipal, Centro de Saúde, Agrupamento de Escolas, Centro de Emprego, Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo e Associação de Desenvolvimento Local – A Marca.

O CLAS de Montemor-o-Novo é atualmente composto por 44 entidades. Funciona em plenário e é presidido pelo Vereador do pelouro de Ação Social da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Gil Pegado Porto.

Estão definidas as seguintes competências do CLAS:

- Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social;
- Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e do respetivo plano de ação anual;
- Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correta atualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo ISS, IP;

- Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo Núcleo Executivo;
- Realizar ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais.

Desde o início de funcionamento da Rede Social, foram emitidos pelo CLAS 34 pareceres a candidaturas de entidades parceiras, nomeadamente candidaturas a financiamento para construção e requalificação de equipamentos sociais e desportivos e para projetos enquadrados em programas como, a título de exemplo, o Escolhas e o FAPE (Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a integração das Comunidades Ciganas).

A história da Rede Social de Montemor-o-Novo, é também marcada pela criação de novas respostas sociais em diversas áreas de intervenção. Nomeadamente, população com deficiência, pessoas idosas, comunidade e educação/ formação, as quais se encontram enquadradas nos seguintes equipamentos ou associações:

- Comunidade Terapêutica Casa João Cidade (apoio à população com deficiência);
- O Girassol – Associação de Proteção à População de São Geraldo (apoio a pessoas idosas);
- O Sobreiro – Associação de Proteção à População de Cortiçadas de Lavre (apoio a pessoas idosas);
- Porta Mágica (Casa de Acolhimento Residencial Especializada para Jovens);
- Amigos Unidos pelo Escoural – Centro Comunitário de Santiago do Escoural (apoio à comunidade);
- Ofício das Artes – Escola Profissional de Artes e Ofícios.

Relativamente à elaboração de documentos de planeamento estratégico, importa referir que inicialmente, foi elaborado um Pré-Diagnóstico Social, um Diagnóstico Social (aprovado em CLAS em 2005) e um Plano de Desenvolvimento Social (aprovado em 2008). Em etapas posteriores foi elaborado e aprovado em CLAS um documento que atualizou as áreas problemáticas prioritárias do concelho e foi organizado e apresentado aos parceiros na Rede, um Guião dos Recursos Sociais do concelho de Montemor-o-Novo, em 2011 e 2017 respetivamente.

Com uma regularidade anual, é ainda elaborado um Plano de Ação estruturado em torno das áreas prioritárias identificadas para o concelho.

Áreas prioritárias identificadas para o concelho de Montemor-o-Novo nos anos de 2005 e 2011

Áreas prioritárias em 2005 (Diagnóstico Social 2015)	Áreas prioritárias em 2011 (Atualização das áreas prioritárias em CLAS)
Apoio à Terceira Idade	Insuficiência/ desadequação de respostas sociais
Cuidados de Saúde	Desemprego e precaridade
Infância e Juventude	Educação/ Formação profissional
Isolamento e insuficiente rede de transportes	Aumento de famílias com carência socioeconómica
Iniciativa empresarial e (des)emprego	Redução dos serviços públicos

Fonte: Rede Social de Montemor-o-Novo

O CLAS de Montemor-o-Novo tem a seguinte composição:

Conselho Local de Ação Social de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Junta de Freguesia de Cabrela
Junta de Freguesia do Cíborro
Junta de Freguesia de Santiago do Escoural
Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira
Junta de Freguesia de S. Cristóvão
União das Freguesias do Bispo, Vila e Silveiras
União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre
Guarda Nacional Republicana
Associação 29 de Abril
Associação das Obras Assistenciais de São Vicente de Paulo – Jardim dos Sentidos
Associação de Amigos Unidos pelo Escoural
Associação de Protecção Social à População de Santiago do Escoural
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Cíborro
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Cortiçadas de Lavre
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Foros de Vale Figueira
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Futuro de Lavre
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Montemor-o-Novo
Associação de Solidariedade Social de Silveiras
Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo
Associação Protectora Abrigo Velhos Trabalhadores
Associação Terras Dentro
Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo
ISS, IP - Centro Distrital de Segurança Social de Évora
IEFP, IP – Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora / Serviço de Emprego de Montemor-o-Novo
Centro de Saúde de Montemor-o-Novo (Unidade de Cuidados na Comunidade de Monte Mor)
Hospital de S. João de Deus
Cáritas Diocesana – Ação Social da Paróquia de Montemor-o-Novo
Centro Hípico D. Duarte/ Escola de Equitação
Cercimor
Comunidade Sócio Terapêutica “Casa João Cidade”
Cooperativa Traquinas Índios e Sábios
Marca – Associação de Desenvolvimento Local
Movimento Democrático de Mulheres
Monte – Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E
O Girassol – Associação de Protecção Social à População de São Geraldo
“O Sobreiro” Associação de Protecção Social à População de Cortiçadas de Lavre
Ofício das Artes – Associação para o Ensino, Formação e Desenvolvimento de Atividades Artísticas
Porta Mágica
Centro Social e Paroquial de Stº António – Lavre
Centro Social e Paroquial do Cíborro
Centro Social e Paroquial de São Cristóvão
Santa Casa da Misericórdia de Cabrela
Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

2. Nota Metodológica

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico Social de Montemor-o-Novo foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distintas e complementares entre si. A saber, as perceções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social, no concelho de Montemor-o-Novo, e os dados estatísticos oficiais, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento.

As perceções dos profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em duas etapas distintas do trabalho realizado. Por um lado, foi realizado um inquérito online (em anexo), aplicado a todos os parceiros da Rede Social. Através deste instrumento, todas as entidades tiveram oportunidade de identificar os principais problemas do território, as suas causas, recursos que podem potenciar a solução dos mesmos e ainda as propostas de intervenção mais adequadas. Previamente à aplicação desta ferramenta online, foi realizada uma sessão com todos os parceiros, tendo sido apresentado o que estava previsto neste processo e recolhidas as sugestões que permitiram melhorar o próprio questionário a aplicar.

Num segundo momento, este processo usufruiu do conhecimento e experiência dos elementos que constituem o núcleo executivo do CLAS de Montemor-o-Novo. Após sistematizados os dados recolhidos com o inquérito, foi possível recolher, junto deste núcleo, um conjunto de informações complementares que contribuíram para uma leitura mais aprofundada dos mesmos, e também mais adequada às realidades específicas do concelho.

Complementarmente à recolha de perceções referidas nas duas etapas anteriores, foi recolhido um conjunto de informações específicas junto dos diversos sectores de intervenção presentes no CLAS, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente, que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Para além do levantamento de todas estas perceções e dados sectoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento.

Após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Montemor-o-Novo, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais constituirão a componente fundamental do Plano de Desenvolvimento Social a ser construído na sequência desta etapa.

3. Contexto da Intervenção Social

3.1 O Contexto Nacional

Apesar do país se encontrar num período marcado por uma tendência de retoma e crescimento da economia, é importante ter em consideração as vulnerabilidades e constrangimentos, de diversa ordem, que persistem ao nível do desenvolvimento do país, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico), os que se seguem.

O desafio da evolução demográfica

A evolução da demografia nacional traduz-se num acentuado envelhecimento da população residente. Este é o resultado de um conjunto complexo de fatores económicos, sociais e culturais, parte dos quais diretamente associados ao desenvolvimento do país nas últimas décadas. Mas hoje, a população portuguesa tem visto esse fenómeno acentuar-se, quer pelo topo da pirâmide, em consequência do aumento da esperança média de vida (80,8 em 2016; 80,6 em 2015; 80,4 anos em 2014; 80,2 anos em 2013 [...] 78,5 em 2006) - o que é positivo - quer pela base, resultado do adiamento da maternidade (em 2017 a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é de 30,3 anos, face a 2007, em que este indicador registava o valor de 28,2 anos) e do reduzido número médio de filhos por mulher em idade fértil (o índice sintético de fecundidade em 2017 é de 1,37 filhos, face a 1,35 em 2007, tendo, durante esta década, passado por valores de 1,21 e 1,23, em 2013 e 2014 respetivamente).

Portugal foi o décimo quinto país com maior número de nascimentos entre os países da UE28, no ano de 2016 (87 126). Apesar de se verificar um aumento da natalidade nos últimos anos (desde 2014), este não é significativo face à diminuição que se tem vindo a observar desde a década de 90.

Outra das alterações que se tem vindo a registar, prende-se com a idade média das mães. Em 2016, Portugal encontrava-se na oitava posição dos países da UE28, relativamente à idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, com 31,1 anos. A média europeia, no mesmo ano, foi de 30,6 anos (valor provisório). Em 2017, a idade média da mãe no Alentejo Central, foi de 29,3 anos, superior em 1,2 anos ao registado no ano de 2011.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade relativamente à qual Portugal não é exceção. O índice de envelhecimento mais do que duplicará (317 pessoas idosas por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões do país.

O envelhecimento da população contribui igualmente, de forma determinante, para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2017, 21% da população ativa tinha mais de 55 anos. No mesmo ano, a taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi de 88,17%, tendo-se registado um aumento de 6,37% em 10 anos. Assim, entre 2006 e 2016, verificou-se um aumento de 13,9% do número de pensões de velhice do regime da segurança social.



O risco de pobreza na população idosa tem vindo a aumentar. Em 2016, 17% das pessoas com mais de 65 anos encontrava-se em risco, após receberem transferências sociais. Estas transferências têm um impacto elevado na redução do risco de pobreza, visto que, para o mesmo ano e antes de receberem transferências sociais, o mesmo era de 90%.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025).

A estas dinâmicas naturais acresce o incremento dos movimentos migratórios da população em idade jovem, seja de retorno dos imigrantes aos seus países de origem, seja de saída de emigrantes para outros países.

Os desequilíbrios demográficos daqui decorrentes acarretam consequências diversas, que em contexto de crise económica e social se tornam particularmente sensíveis: o agravamento da relação entre a população em idade ativa e os dependentes; a crescente presença da 4ª idade na sociedade portuguesa (mais de 5% da população portuguesa com idade superior a 80 anos, segundo os Censos 2011); a maior pressão sobre os sistemas de saúde e de proteção social ou a necessidade de novos ajustamentos entre a oferta e a procura de serviços de proximidade.

O desemprego e a exclusão social

O elevado nível de desemprego apresenta-se hoje como um problema social da maior relevância. A taxa de desemprego em Portugal verificou uma trajetória ascendente desde o início do século, agravando-se na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento na economia portuguesa, verificando-se contudo uma ligeira inversão desta tendência desde 2015, não podendo afirmar-se ainda se será uma mudança conjuntural ou estabilizada (7,0% no final de 2018, 8,9% em 2017; 11,1% em 2016; 12,4% no final de 2015 [...] 8,0% em 2007, segundo o INE). O desemprego de longa duração, afetando atualmente mais de metade da população desempregada (57,5% em 2017 e 49,0% em 2007) constitui um fator de preocupação acrescida, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano com reflexos significativos no potencial de crescimento da economia. A situação dos jovens no mercado de trabalho merece igual nível de preocupação, sobretudo pelo acréscimo muito relevante de jovens que não estão em situação de emprego, nem de ensino ou formação (hoje habitualmente designados por NEET: ‘Not currently engaged in Employment, Education or Training’, em português: ‘Atualmente sem emprego, sem estar inserido no sistema de educação e sem estar inserido em formação profissional’).

No atual contexto da sociedade portuguesa, as implicações do desemprego prolongado sobre o rendimento disponível das famílias, a pobreza monetária e as desigualdades de rendimento decorrem, desde logo, da centralidade dos rendimentos provenientes do trabalho nos orçamentos familiares, bem como pelo fenómeno do sobre-endividamento das famílias, traduzindo-se num aumento das taxas de incumprimento nos créditos assumidos. Por outro lado, uma adequada inserção no mercado de trabalho constitui um fator muito relevante nos



processos de socialização e, como tal, de integração social plena dos cidadãos em idade ativa, pelo que o desemprego, nomeadamente de longa duração, comporta riscos de desestruturação pessoal e social que estão para além das questões estritas do acesso ao rendimento.

A evolução do desemprego e da situação social do país tem impactos assimétricos na população e no território, atingindo de forma diferenciada os seguintes grupos: desempregados de longa duração, destacando-se os adultos seniores e os jovens adultos (nomeadamente os que se encontram à procura do primeiro emprego); assalariados com baixas qualificações e remunerações; crianças e jovens em risco, nomeadamente os que pertencem a agregados familiares com baixa intensidade laboral ou a famílias monoparentais e numerosas. Existem, ainda, outros grupos vulneráveis como os trabalhadores da economia informal, as mulheres (pelas discriminações de que são alvo, nomeadamente no acesso ao trabalho de qualidade e na progressão profissional), as pessoas idosas (em particular os de idade mais avançada), as pessoas com deficiências ou incapacidades, os imigrantes e grupos étnicos e as pessoas sem-abrigo. Estes são grupos com forte incidência relativa de baixos rendimentos, em que as redes de apoio informal tendem a ser especialmente frágeis e que experienciam dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho.

O processo de reestruturação da economia portuguesa tornou mais prementes as alterações estruturais ao nível do mercado de trabalho, particularmente em relação às qualificações, mas também, e numa perspetiva de médio prazo, na capacidade de inclusão no mercado de trabalho de públicos mais vulneráveis e afetados pela crise económica, nomeadamente os trabalhadores com mais idade, para os quais se torna mais relevante a questão das qualificações e da adaptabilidade face às novas exigências do mercado, assim como os mais jovens, com dificuldades acrescidas de inserção profissional e as pessoas com deficiência, mais afastadas da plena participação no mercado de trabalho.

Privação material severa

A privação material severa registou um decréscimo contínuo desde 2008, ano em que registou uma taxa de 9,7%, até 2012 (8,6%). Contudo, esta situação agravou-se em 2013 e 2014 (atingindo valores de 10,9% e 10,6% respetivamente). A partir de 2015 o valor voltou a descer, apresentado os valores de 9,6%, 8,4%, 6,9% e 6,0% (valor provisório), respetivamente em 2015, 2016, 2017 e 2018. A tendência atual é positiva, existindo, no entanto, um número muito significativo de agregados familiares nestas condições e a vivenciarem ainda as consequências do aumento destes valores nos anos anteriores.

Qualificações

O nível médio de qualificações da população é baixo¹, o que constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial do país.

¹ Segundo o Observatório das Desigualdades, cerca de 3/5 (59%) da população média empregada em Portugal no ano de 2011, com idade entre os 15-64 anos, não tinha ido além do 9º ano de escolaridade. Mais concretamente, 23% concluiu o 3º ciclo do básico, 16% o 2º ciclo do básico, 18% o 1º ciclo do básico



Na estrutura de qualificações portuguesa predominam ainda os níveis mais baixos de educação formal, em contraste com o modelo económico que tem vindo a consolidar-se no seio da UE, assente em médias e altas qualificações. Embora a situação seja substancialmente mais favorável entre as novas gerações, Portugal continua muito aquém dos padrões europeus. O esforço realizado nas últimas décadas na qualificação da população reflete-se na evolução favorável de vários indicadores, incluindo a diminuição da taxa de abandono escolar precoce (11,8% em 2018, 12,6% em 2017, 14% em 2016, 13,7% em 2015 [...] 36,5% em 2007), o aumento da taxa real de escolarização ao nível do ensino secundário (77,6% em 2017, 75,3% em 2016, 74,6% em 2015, 74,3% em 2014 [...] 60,0% em 2007) e o aumento do peso da população com o ensino superior entre os 30 e 34 anos.

Apesar destas atuais tendências, e de acordo com a análise e enquadramento europeu (UE28) realizado pelo Observatório das Desigualdades, Portugal apresenta, em 2017, os níveis de escolaridade mais baixos da União Europeia. Mais de metade da população residente com idade entre os 25 e os 64 anos não tinha ido além do ensino básico, resultado apenas comparável com Malta. Nos países da UE28, o valor deste indicador é de 22%. A proporção da população residente em Portugal que não foi além do ensino secundário ou pós-secundário fixou-se em cerca de 24%, um pouco mais de metade do valor apurado para o conjunto de países da UE28, sendo que, apenas Espanha apresenta resultados piores em relação ao ensino de nível intermédio.

Por último, refira-se que a proporção da população adulta que em Portugal tem o ensino superior concluído é idêntica à da população que não foi além do ensino secundário. Se se comparar com os 20 países europeus que apresentam melhores resultados, 80% ou mais da população tem pelo menos o ensino secundário concluído, enquanto em Portugal esse valor é de cerca de 48%.

A situação do país em termos de qualificações constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional, com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao exercício de uma cidadania ativa e à sua empregabilidade.

Economia

Nos últimos anos verificou-se uma forte quebra do investimento empresarial, acompanhada de uma significativa redução do investimento público e de uma contenção do consumo privado devido: i) à perda de rendimentos reais das famílias, associado ao aumento da carga fiscal, à redução de salários e ao aumento do desemprego; ii) à perceção por parte das famílias de que a perda de rendimentos assumiria uma natureza permanente; iii) e aos elevados níveis de endividamento.

e 2,2% não tinha concluído qualquer nível de ensino. Por seu lado, 21,7% completou no máximo o ensino secundário ou pós-secundário (não superior) e 19,7% concluiu o ensino superior. (<https://observatorio-das-desigualdades.com/>)



Inversamente, as exportações líquidas de bens e serviços deram, durante o período 2010 – 2015, um contributo positivo para o desempenho do PIB nacional, tanto pelo lado das exportações (que subiram 32,4% entre 2010 e 2015), como pelo lado das importações (que caíram 5,6% em 2012) [tendo, contudo, crescido 5,2% em 2014 e 3,5% em 2015].

A partir de 2015 verificou-se uma inversão em alguns destes indicadores, como no caso do consumo privado, na riqueza produzida (PIB), no nível de confiança dos agentes económicos ou, como referido anteriormente, na taxa de desemprego, o que é claramente positivo. Permite a Portugal retomar um percurso de crescimento, não sendo, todavia, ainda uma mudança estrutural estabilizada que permita concluir por uma inversão das tendências de longo prazo.

É neste contexto socioeconómico exigente, mas de viragem positiva de tendências, que é elaborado o presente Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Novo, do qual decorrerá a implementação do novo Plano de Desenvolvimento Social do Concelho para os próximos anos.

3.2 Tendências de Evolução Macroeconómicas

Na medida em que o contexto poderá determinar, ou pelo menos influenciar, os níveis de sucesso e as expectativas relativamente às estratégias de intervenção futuras a serem definidas no âmbito da Rede Social, refira-se aqui também quais as tendências macroeconómicas que irão caracterizar o país nos próximos anos. Para tal, identificam-se as principais previsões de evolução demográfica (realizadas pelo INE em 2017, para o período 2015 a 2080) e as últimas previsões relativas à evolução da economia portuguesa (publicadas pelo Banco de Portugal em março de 2018, para o período de 2018 a 2020).

Demografia:

- O processo de envelhecimento demográfico irá manter-se, e só tenderá a estabilizar daqui a aproximadamente 40 anos.
- Portugal perderá população, dos atuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas, ficando, em 2031, abaixo do limiar de 10 milhões.
- O número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões. Resultando de uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade.
- O número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões.
- O índice de envelhecimento mais do que duplicará, passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens, em 2080. Sendo que, o índice de envelhecimento tenderá a estabilizar aproximadamente em 2060.
- A população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas.
- O índice de sustentabilidade (quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos) poderá diminuir de forma acentuada. Este índice passará de 315 para 137 pessoas em idade ativa, por cada 100 idosos, entre 2015 e 2080.



Economia:

- A economia portuguesa deverá manter uma trajetória de expansão ao longo do horizonte de projeção. Após um aumento de 2,7% em 2017, o produto interno bruto (PIB) português deverá crescer 2,3% em 2018, 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020.
- Até 2020 a economia portuguesa deverá abrandar, traduzindo a desaceleração da procura externa e restrições do lado da oferta, que refletem os constrangimentos estruturais do potencial de crescimento da nossa economia.
- O consumo privado deverá continuar a crescer de forma moderada, refletindo a melhoria no mercado de trabalho, a manutenção de níveis de confiança elevados e o crescimento contido dos salários reais, permanecendo condicionado pela necessidade de redução do nível de endividamento das famílias.
- Até 2020, existirá um aumento contido dos salários reais (abaixo do verificado em 2018).
- O crescimento do emprego será acompanhado de variações ligeiramente positivas da população ativa, associadas ao regresso de alguns indivíduos inativos ao mercado de trabalho e ao aumento progressivo da idade de reforma.
- A conjugação dos dois fatores identificados no ponto anterior implicará um perfil descendente para a taxa de desemprego, que estará abaixo de 6% em 2020.

4. Retrato Municipal em Números

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE), nos seus ‘Dossiês Temáticos – Municípios’, apresenta um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Montemor-o-Novo (NUTS III/ NUTS II: Alentejo Central/ Alentejo) que nos pareceu importante integrar pela leitura rápida que fornece.

Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis, a dezembro de 2018, e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais.

Este retrato municipal poderá ser consultado nas suas atualizações realizadas a dezembro de cada ano, permitindo, desta forma avaliar a evolução dos vários indicadores ao longo do tempo².

No capítulo seguinte abordaremos de forma mais detalhada as dimensões referenciadas neste retrato.



² Link: https://www.ine.pt/documentos/municipios/0706_2018.pdf

4.1 TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

Figura 1 - Divisão territorial da região: NUTS III e Municípios

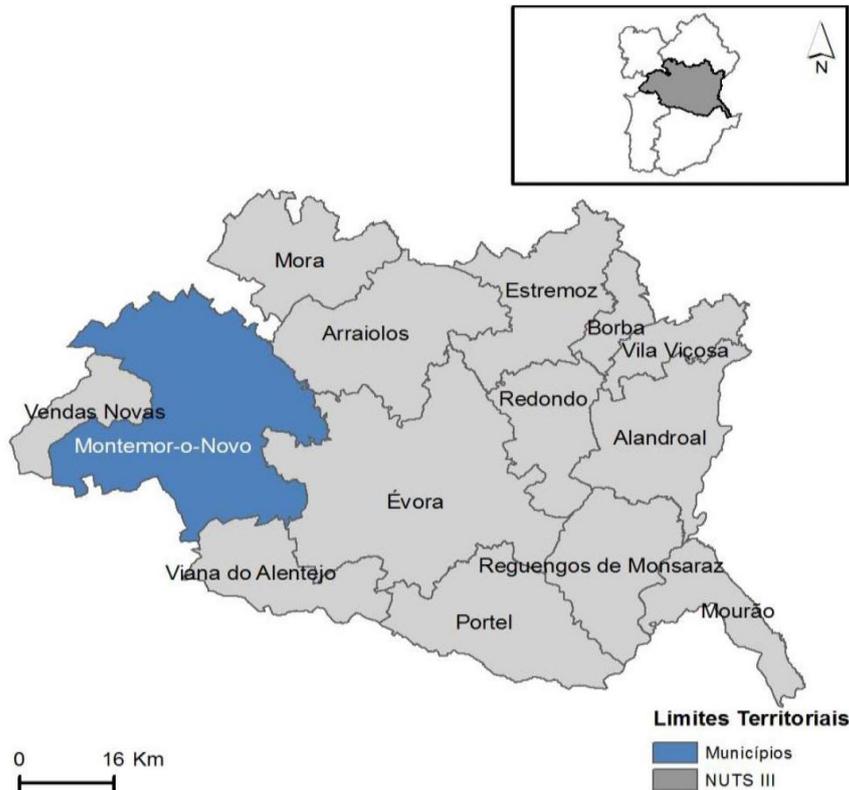


Tabela 1 - Dinâmica populacional, 2017

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	15 942	154 536	711 950	10 291 027	10,3
Homens	7 656	73 859	342 912	4 867 692	10,4
Mulheres	8 286	80 677	369 038	5 423 335	10,3
Com menos de 15 anos	1 728	19 151	90 184	1 423 896	9,0
Com 65 ou mais anos	4 741	39 808	179 677	2 213 274	11,9
Densidade pop. (N.º/Km²)	12,9	20,9	22,5	111,6	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-1,2	-1,1	-0,9	-0,2	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,9	-0,7	-0,7	-0,2	-
Índice de Envelhecimento	274,4	207,9	199,2	155,4	-
Índice de Potencialidade	68,0	68,1	69,2	70,6	-

Gráfico 1 - Estrutura etária da população, 2017

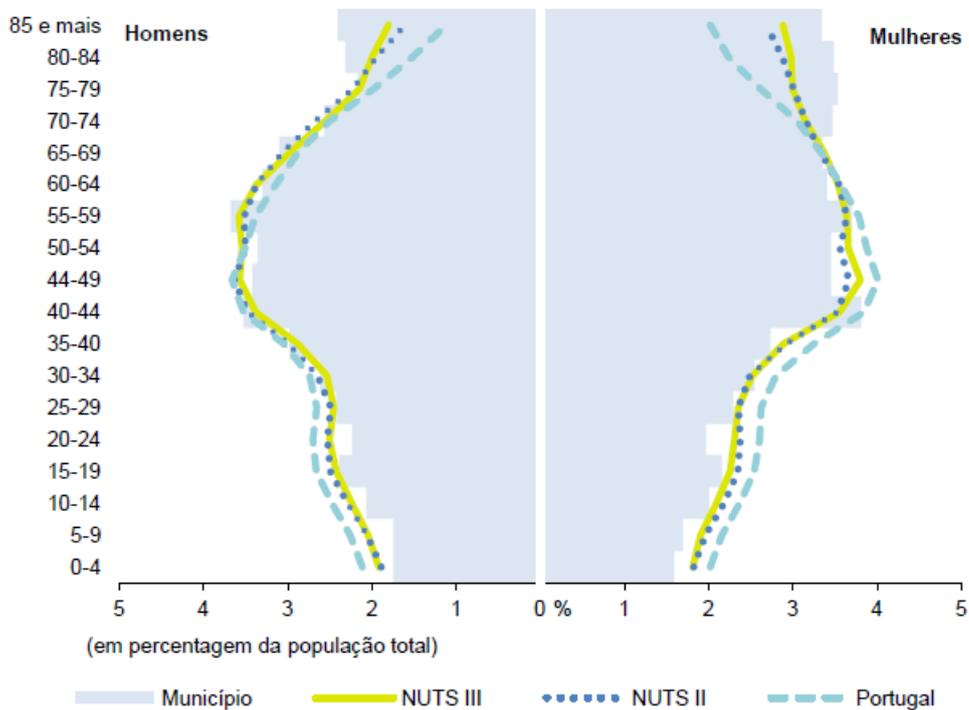


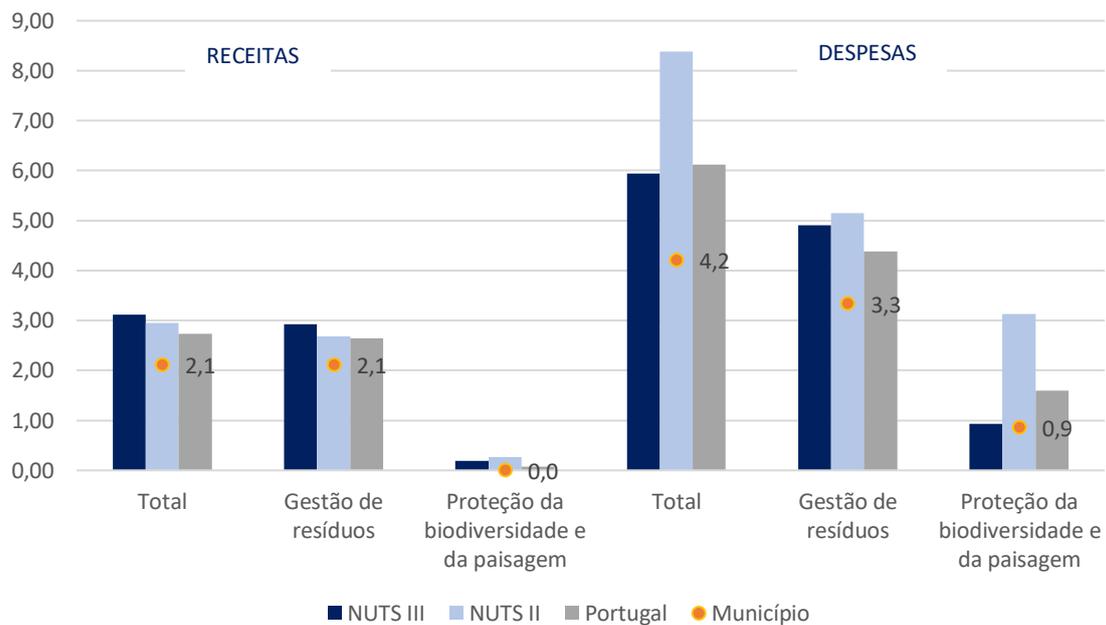
Tabela 2 - Nados-vivos e óbitos por Freguesia, 2017

	Nados-vivos	Óbitos
Montemor-o-Novo	103	244
Cabrela	2	19
Ciborro	5	6
Foros de Vale de Figueira	1	23
Santiago do Escoural	5	22
São Cristóvão	2	10
UF de Cortiçadas de Lavre e Lavre	3	25
UF de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras	85	139

Tabela 3 - Indicadores de Educação, 2017

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	97	102	101	95
Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	114	114	113	109
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	85	83	85	85
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)	6,9	6,2	7,1	5,5
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)	85,1	83,4	85,4	84,9

Gráfico 2 - Receitas e despesas dos municípios em ambiente por habitante, 2017



4.2 INDICADORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA

Tabela 4 - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, 2017/2018

Mês	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Out-18	6	53	198	3 747	11,3
Set-18	8	47	191	3 114	17,0
Ago-18	5	25	119	2 720	20,0
Jul-18	5	41	145	3 209	12,2
Jun-18	4	47	158	3 358	8,5
Mai-18	5	50	194	3 680	10,0
Abr-18	2	46	177	3 654	4,3
Mar-18	3	51	183	4 101	5,9
Fev-18	2	39	157	3 611	5,1
Jan-18	7	52	246	5 287	13,5
Dez-17	5	32	121	2 717	15,6
Nov-17	4	50	155	3 119	8,0
12 Meses	56	533	2 044	42 317	10,5

Tabela 5 - Empresas e estabelecimentos, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Empresas					
Pessoal ao serviço (N.º)	4 147	44 327	195 452	3 704 740	9,4
Volume de negócios (milhões €)	249	2 738	15 535	340 479	9,1
Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%)	24,0	13,4	11,0	4,8	-
Valor acrescentado bruto (milhões €)	54	663	3 743	85 410	8,1
<i>Taxa de variação (2016/15) (%)</i>	13,1	1,0	4,9	6,0	-
Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%)	21,1	13,3	12,0	4,4	-
Sociedades					
Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas 2 anos antes (%)	58,0	55,0	53,6	55,6	-
Estabelecimentos					
Pessoal ao serviço (N.º)	4 463	46 638	211 928	3 692 780	9,6
Volume de negócios (milhões €)	300	3 172	21 251	336 993	9,5

Tabela 6 - Poder de Compra Concelhio, 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Factor dinamismo relativo	-0,513	-0,446	-0,317	-0,009
Poder de compra per capita	87,26	94,35	91,04	100
Proporção de poder de compra (% - no total do País)	0,138	1,439	6,377	100

 Tabela 7 - Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares (€), 2017/2018

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
2º trimestre 2018	640	719	640	969
1º trimestre 2018	619	717	633	950
4º trimestre 2017	583	717	629	932
3º trimestre 2017	579	717	625	912
2º trimestre 2017	568	682	609	896
1º trimestre 2017	568	668	595	881

Tabela 8 - Comércio Internacional, 2017

(milhares de euros)	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Saldo da balança comercial	-1 825	244 929	754 932	- 14 459 850	-
Exportações de bens	20 714	590 289	3 247 114	55 029 316	3,5
<i>Taxa de variação (2017/2016) (%)</i>	5,6	3,6	11,4	10,0	-
Importações de bens	22 540	345 361	2 492 182	69 489 166	6,5
<i>Taxa de variação (2017/2016) (%)</i>	11,8	14,6	16,0	13,1	-
Taxa de cobertura (%)	91,9	170,9	130,3	79,2	-

Gráfico 3 - Levantamentos em caixas multibancos e compras em terminais de pagamento automáticos, 2017/2018 (taxa de variação homóloga)

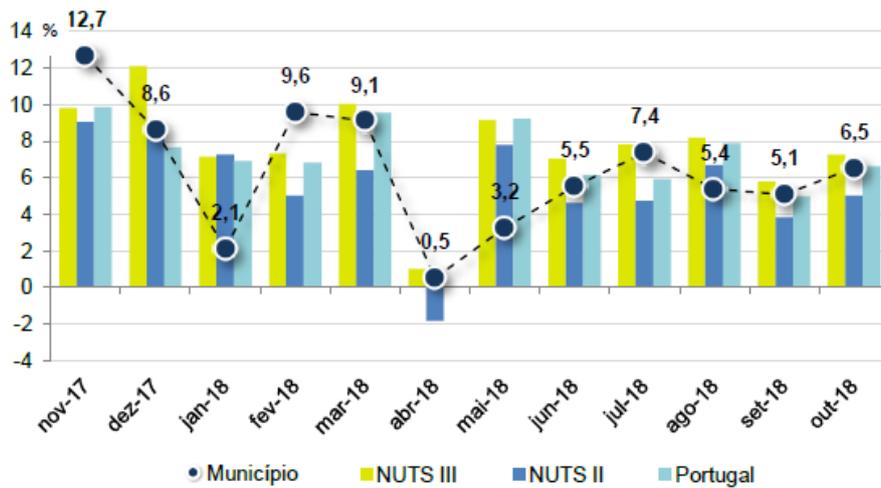


Tabela 9 - Licenciamento e conclusão de obras, 2017

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Obras licenciadas					
N.º de Edifícios	45	293	1 316	17 263	15,4
<i>Taxa de variação (2017/2016) (%)</i>	40,6	6,5	-4,7	10,9	-
Reabilitação	20	102	336	4 609	19,6
Construções novas	25	191	980	12 654	13,1
Para habitação familiar	10	92	561	8 872	10,9
Fogos	12	104	603	14 143	11,5
Obras concluídas					
N.º de Edifícios	32	211	1 101	12 867	14,5
<i>Taxa de variação (2017/2016) (%)</i>	88,2	7,3	10,2	22,1	-
Reabilitação	12	75	301	3 822	16,0
Construções novas	20	146	800	9 045	13,7
Para habitação familiar	4	72	476	6 133	5,6
Fogos	4	102	602	8 931	3,9

Gráfico 4 - Licenciamento e conclusão de obras, 2017

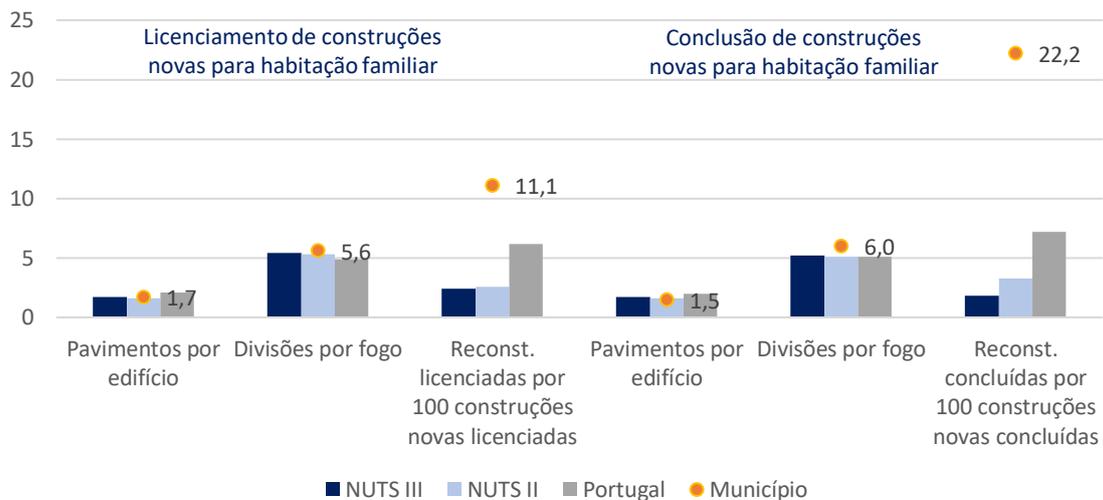
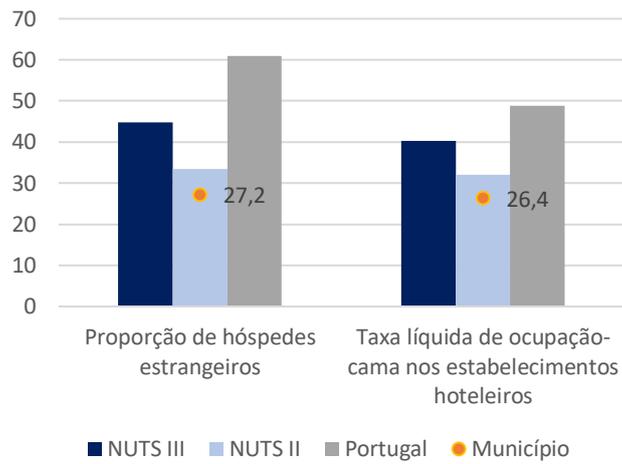


Tabela 10 - Turismo, 2017

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Estabelecimentos hoteleiros (N.º)	9	139	576	5 840	6,5
Hotéis (N.º)	2	29	95	1 309	6,9
Capacidade de alojamento (N.º)	321	5 861	22 861	402 832	5,5
Hóspedes (N.º)	17 132	527 867	1 369 619	23 953 765	3,2
Dormidas (N.º)	28 389	829 956	2 487 385	65 385 210	3,4
Estada média	1,7	1,6	1,8	2,7	-
Proveitos (milhares €)	2 884	48 605	135 134	3 681 207	5,9

Gráfico 5 - Turismo, 2017



4.3 INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

Gráfico 6 - Demografia e Saúde, 2017

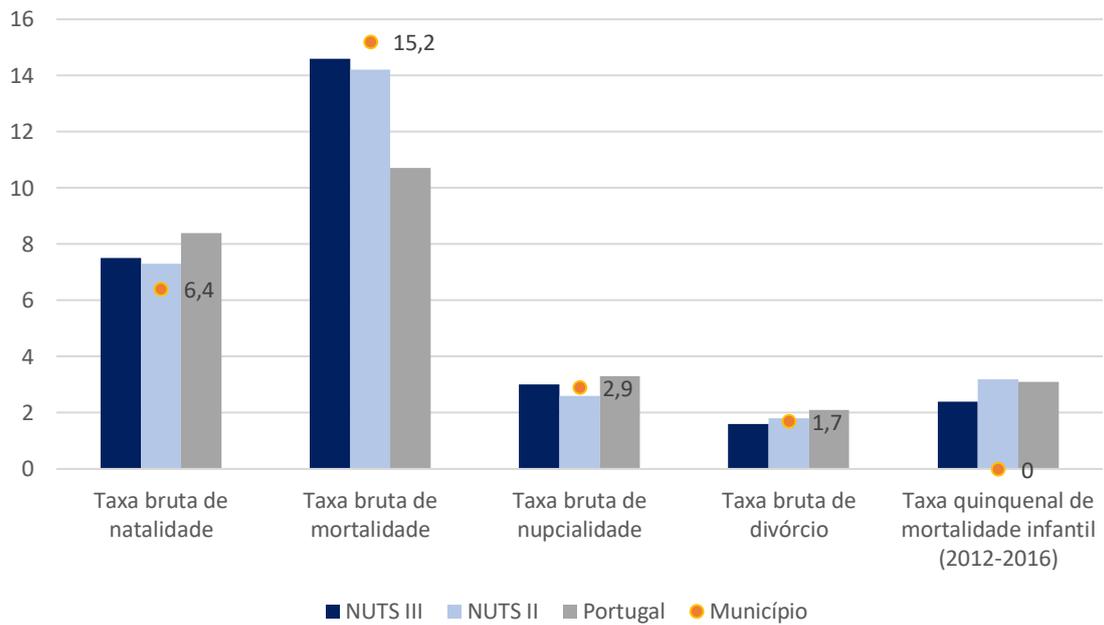


Gráfico 7 - Demografia e Saúde, 2017

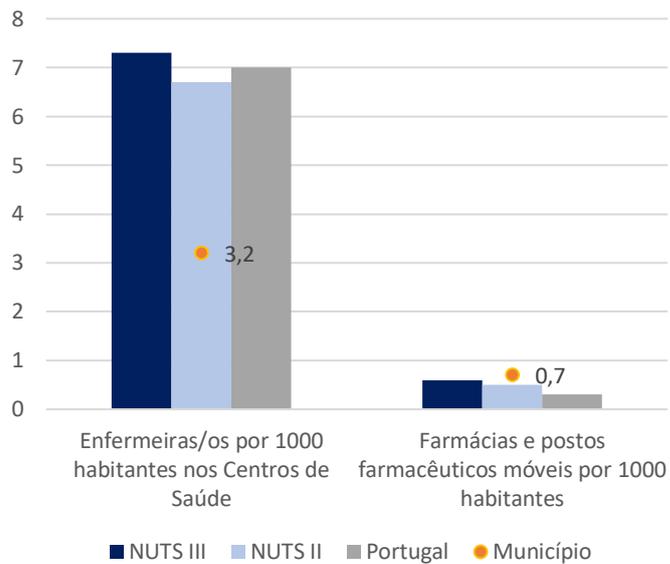


Tabela 11 - Despesa das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto, 2017

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Em atividades culturais e criativas (milhares €)	1 762	12 025	56 205	450 127	14,7
Património	144	1 073	10 682	94 214	13,4
Bibliotecas e arquivos	228	1 567	8 287	70 648	14,6
Artes do espetáculo	793	3 892	17 728	114 892	20,4
Atividades interdisciplinares	446	3 795	12 715	125 035	11,8
Em atividades culturais e criativas por habitante (€/hab.)	110,6	77,8	78,9	43,7	-
Em atividades e equipamentos desportivos por habitante (€/hab.)	41,9	37,0	43,7	28,8	-

5. O Concelho de Montemor-o-Novo: Contexto de Intervenção

Este capítulo tem como objetivo, contextualizar a intervenção social, caracterizando o concelho de Montemor-o-Novo no que se considera serem as principais dimensões de análise, designadamente nas seguintes áreas: demografia, qualificações, educação e emprego, habitação, saúde e ação social, mas também ao nível de grupos de população considerados de maior vulnerabilidade, como as crianças e jovens, as pessoas idosas, migrantes e pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

5.1 Áreas de Intervenção Social

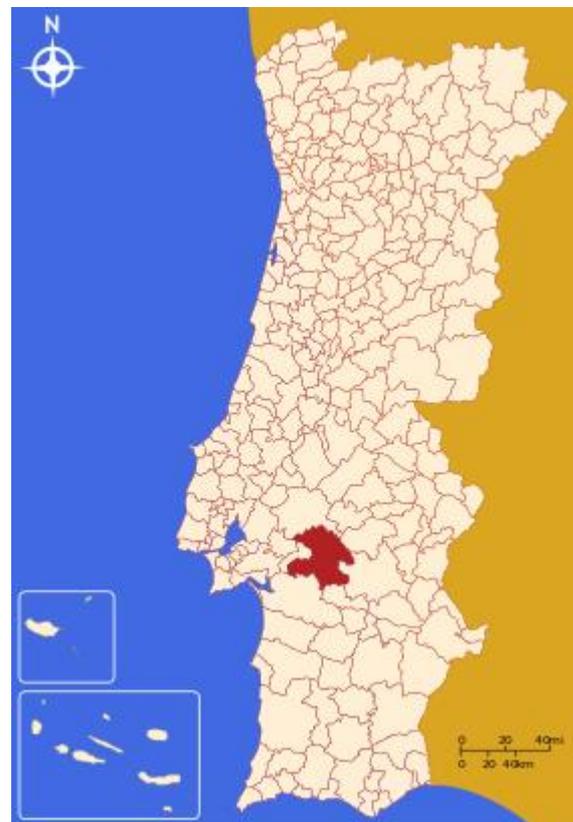
5.1.1 Análise Demográfica

Montemor-o-Novo localiza-se na NUTS II – região do Alentejo e na NUTS III – Alentejo Central. É o sétimo concelho de Portugal com maior área, com um total de 1232,97 Km², e o segundo da região do Alentejo Central, antecedido pelo concelho de Évora (1307,08Km²).

Figura 2 - NUTS III (Alentejo Central)



Figura 3 - Concelho de Montemor-o-Novo



O concelho encontra-se subdividido em cinco freguesias e duas uniões de freguesias: Cabrela, Ciborro, Foros de Vale de Figueira, Santiago do Escoural, São Cristóvão, União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre e União de Freguesias de N. Sra. da Vila, N. Sra. do Bispo e Silveiras.

Figura 4 - Freguesias de Montemor-o-Novo, após a reorganização administrativa de 2013



No ano de 2017, o concelho registou um número médio de 12,9 habitantes por Km², sendo o nono município com maior densidade populacional da região do Alentejo Central. Entre 2011 e 2017 verificou-se um decréscimo da população no país, na região do Alentejo e Alentejo Central, bem como em todos os seus municípios, com destaque para Alandroal, Viana do Alentejo, Estremoz e Montemor-o-Novo.

Tabela 12 - Densidade populacional por território, nos anos de 2011 e 2017 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º habitantes/Km ²)		
	2011	2017	Variação
Portugal	114,3	111,6	-2,4
Alentejo	23,9	22,5	-5,9
Alentejo Central	23,0	20,9	-9,1
Alandroal	10,7	9,5	-11,2
Arraiolos	10,7	10,2	-4,7
Borba	50,3	47,4	-5,8
Estremoz	27,7	25,3	-8,7
Évora	43,3	40,5	-6,5
Montemor-o-Novo	14,1	12,9	-8,5
Mora	—	9,6	—
Mourão	9,5	8,9	-6,32
Portel	10,6	9,9	-6,6
Redondo	19,0	17,5	-7,9
Reguengos de Monsaraz	23,3	21,8	-6,4
Vendas Novas	53,1	51,2	-3,6
Viana do Alentejo	14,6	13,2	-9,6
Vila Viçosa	42,5	40,1	-5,6

Fonte: INE - Censos 2011; Anuário Estatístico da Região Alentejo 2017

Desde o ano de 1981 que se tem verificado uma diminuição do número de residentes na região do Alentejo, Alentejo Central e seus municípios, onde Montemor-o-Novo não é exceção. Montemor-o-Novo é o segundo concelho da região do Alentejo Central com maior número de residentes. Estima-se que no final do ano de 2017, residiam no concelho 15.942 habitantes (menos 3,75 em cada 100 que em 2014), 52% dos quais mulheres (8.286) e 48% homens (7.656). A maior variação do número total de residentes no concelho, desde o ano 2001, registou-se entre o ano de 2011 e de 2017 (menos 7,72 residentes em cada 100).

Tabela 13 - População residente, por território, nos anos de 2001, 2011, 2014 e 2017

Território	2001	2011	2014	2017 (v.e.) ³	Varição 2014- 2017 (%)
Portugal	10 394 669	10 542 398	10 374 822	10 291 027	-0,81
Alentejo	776 496	754 385	733 370	711 950	-2,92
Alentejo Central	173 400	165 688	159 861	154 536	-3,33
Alandroal	6 531	5 787	5 450	5 164	-5,25
Arraiolos	7 609	7 373	7 203	6 999	-2,83
Borba	7 738	7 317	7 121	6 879	-3,40
Estremoz	15 575	14 186	13 502	12 975	-3,90
Évora	56 637	56 218	54 271	52 874	-2,57
Montemor-o-Novo	18 545	17 275	16 563	15 942	-3,75
Mora	5 722	4 893	4 584	4 283	-6,57
Mourão	3 187	2 644	2 577	2 484	-3,61
Portel	7 062	6 381	6 200	5 938	-4,23
Redondo	7 294	6 994	6 737	6 475	-3,89
Reguengos de Monsaraz	11 350	10 784	10 480	10 128	-3,36
Vendas Novas	11 669	11 857	11 669	11 381	-2,47
Viana do Alentejo	5 639	5 706	5 414	5 200	-3,95
Vila Viçosa	8 842	8 273	8 090	7 814	-3,41

Fonte: PORDATA; Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2017

Tabela 14 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o género, nos anos de 2001, 2011, 2014 e 2017

Território	2001		2011		2014		2017		Varição 2014-2017 (%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Montemor- o-Novo	9092	9453	8364	8911	7943	8620	7656	8286	-3,61	-3,87

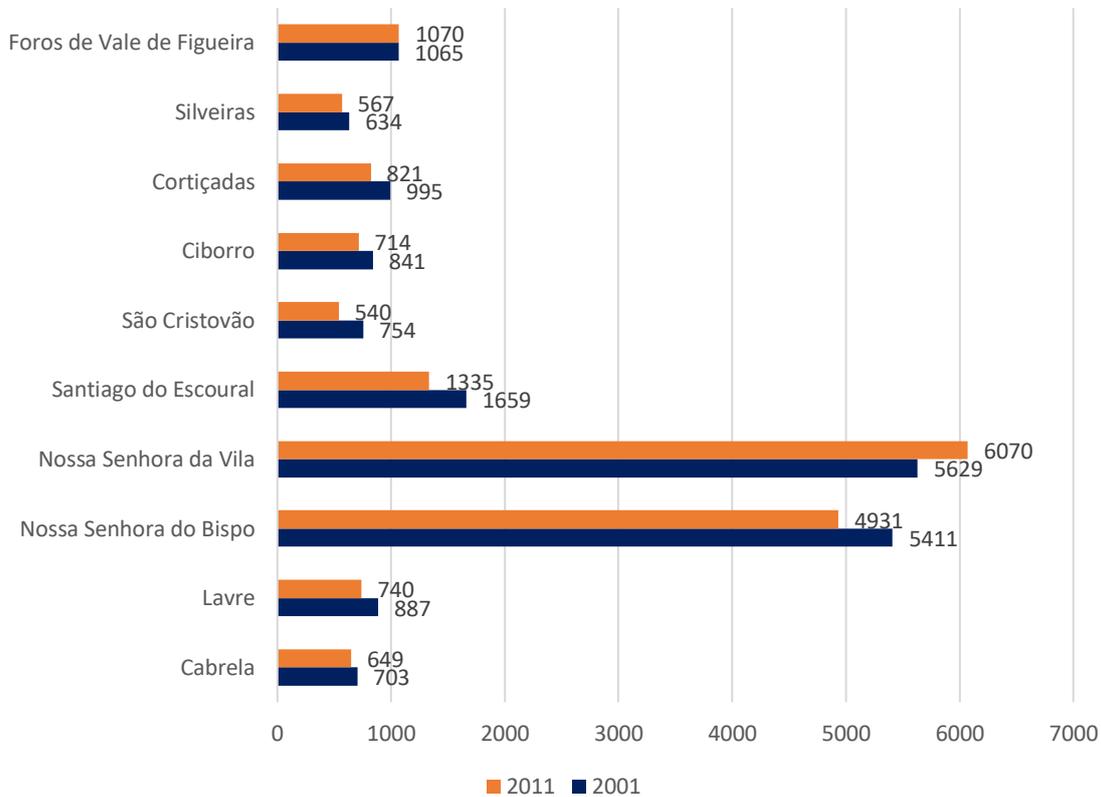
Fonte: PORDATA

As freguesias com maior número de residentes são Nossa Senhora da Vila (6.070 residentes), Nossa Senhora do Bispo (4.931 residentes) e Santiago do Escoural (1.335 residentes). As freguesias de Nossa Senhora da Vila e Foros de Vale Figueira registaram um aumento populacional entre 2001 e 2011 (tendo sido o aumento mais significativo na primeira), nas restantes verificou-se um decréscimo do número de residentes.

³ V.e. – Valor estimado (INE, Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à CAOP 2013 e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015).

Após a reorganização administrativa de 2013, é previsível que seja a União de Freguesias de N. Sra. da Vila., N. Sra. do Bispo e Silveiras, a que congregue o maior número de residentes no concelho.

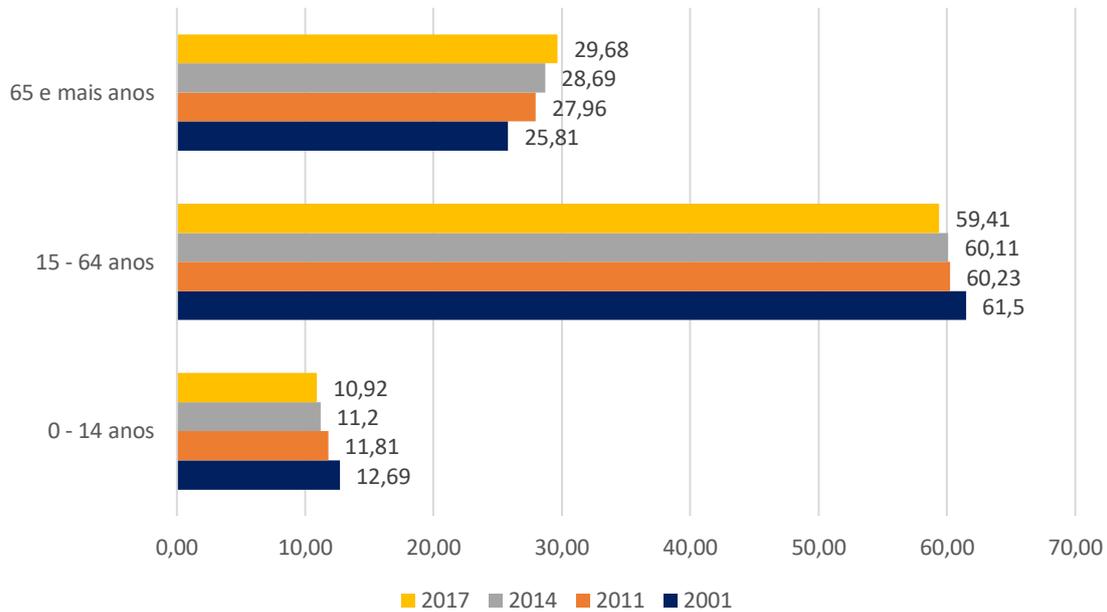
Gráfico 8 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2001 e 2011



Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

Relativamente à distribuição etária dos residentes do concelho, no ano de 2017, é no grupo entre os 15 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (9.527, 59,41%), seguido do grupo dos 65 e mais anos (4.759, 29,68%) e por último, do grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (1.751, 10,92%).

Gráfico 9 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011, 2014 e 2017 (%)



Fonte: INE - Censos 2001 e 2011; PORDATA

Como já foi referido anteriormente, o número de residentes no concelho de Montemor-o-Novo tem vindo a diminuir. Entre 2011 e 2017, foi registado um decréscimo em todos os grupos etários, com maior destaque na faixa etária dos 0 aos 14 anos (menos 14 crianças em cada 100 no ano 2017). O número de residentes com 65 ou mais anos aumentou entre 2001 e 2011, mas desde então também tem sofrido uma diminuição, menos significativa que nos restantes grupos etários.

Tabela 15 - Variação percentual dos grupos etários (2001-2011; 2011-2017; 2014-2017) (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes		
	2001-2011	2011-2017	2014-2017
0 – 14 anos	-12,9	-14,7	-6,5
15 – 64 anos	-8,3	-9,0	-5,1
65 e mais anos	1,4	-2,1	-0,7

Fonte: INE - Censos 2001 e 2011, PORDATA

Analisando a variação da população residente entre os anos de 2001 e 2011, é possível verificar que foi na freguesia de S. Cristóvão que se registou o maior decréscimo de população do concelho (menos 28 pessoas em cada 100), mais especificamente na faixa etária entre os 15 e os 24 anos. No extremo oposto, encontra-se a freguesia de Nossa Senhora da Vila, que entre os anos referidos, registou um aumento de aproximadamente oito residentes em cada 100, sendo inclusivamente a única freguesia do concelho que registou um aumento da população mais jovem (aproximadamente mais 16 crianças entre os 0 e os 14 anos, em 100). Por sua vez, foi na

freguesia de Cabrela que se registou o maior aumento de população com 65 ou mais anos (cerca de 26 residentes em cada 100).

Tabela 16 - Variação percentual da população residente, por grupo etário e freguesia (2001-2011) (%)

Território	Variação total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos
Montemor-o-Novo	-6,1	-10,2	-33,7	-3,8	5,2
Cabrela	-7,7	-34,4	-57,6	-9,5	26,3
Lavre	-16,6	-36,4	-52,3	-11,2	-0,8
Nossa Senhora do Bispo	-8,9	-15,5	-28,3	-7,9	2,8
Nossa Senhora da Vila	7,8	16,2	-25,4	13,1	11,4
Santiago do Escoural	-19,5	-37,6	-38,8	-20,8	-4,3
São Cristovão	-28,4	-45,0	-50,6	-29,7	-13,8
Ciborro	-15,1	-33,7	-40,0	-14,9	-0,7
Cortiçadas	-17,5	-24,3	-49,6	-21,6	5,3
Silveiras	-10,6	-43,4	-35,9	-1,7	1,2
Foros de Vale de Figueira	0,5	-3,0	-37,7	-0,8	21,5

Fonte: INE - Censos 2001 e 2011

O concelho apresenta uma taxa de crescimento efetivo negativa, encontrando-se assim entre os oito concelhos da região do Alentejo Central que menos cresceram em termos populacionais no ano de 2017. No mesmo ano, registaram-se aproximadamente seis nascimentos por cada mil habitantes (6,4‰), sendo o quarto concelho da região com taxa de natalidade mais baixa. A taxa de mortalidade é mais elevada que a registada para Portugal, Alentejo e Alentejo Central e a nona mais elevada da região (aproximadamente quinze óbitos em cada mil habitantes, no ano de 2017).

Tabela 17 - Indicadores de população (2017) (% e ‰)

Território	Taxa de crescimento efetivo	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade
	%	‰	‰
Portugal	-0,18	8,4	10,7
Alentejo	-0,86	7,3	14,2
Alentejo Central	-1,08	7,5	14,6
Alandroal	-2,05	4,6	18,6
Arraiolos	-0,83	6,3	13,4
Borba	-1,03	7,4	13,6
Estremoz	-1,39	7,7	17,2
Évora	-0,79	8,4	12,1
Montemor-o-Novo	-1,17	6,4	15,2
Mora	-2,29	4,2	22,6
Mourão	-1,08	8,4	17,2
Portel	-1,31	8,7	18,4
Redondo	-1,41	7,2	15,9
Reguengos de Monsaraz	-1,24	7,0	15,6
Vendas Novas	-0,72	7,4	13,7
Viana do Alentejo	-1,20	8,2	19,9
Vila Viçosa	-1,02	7,1	12,1

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2017

5.1.2 Qualificações, Educação e Emprego

No domínio da educação importa realçar que a alteração à escolaridade obrigatória, alargando a mesma a 12 anos de escolaridade (até aos 18 anos), data de 2 de agosto de 2012, com o Decreto-Lei nº176/2012. Este é um fator a ter em conta ao analisar os dados dos últimos censos de 2011, período no qual a escolaridade obrigatória era ainda de 9 anos de escolaridade (até aos 16 anos).

O concelho de Montemor-o-Novo regista taxas de pré-escolarização e escolarização elevadas (superiores a 90%), pelo que se depreende que a maioria das crianças e jovens se encontra a frequentar o grau de ensino adequado à sua faixa etária. No entanto, a taxa bruta de escolarização para o ensino básico é superior a 100%, o que poderá ser reflexo da taxa de retenção e desistência no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (9,9% e 11,1%, respetivamente, no ano letivo 2016/17).

No ano letivo 2016/17 e comparativamente com os restantes concelhos da região do Alentejo Central, Montemor-o-Novo encontra-se entre as primeiras posições no que respeita à educação pré-escolar (em cada 100 crianças com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos de idade, 97 frequentam este nível de ensino) e ao ensino secundário (em cada 100 jovens com idade

compreendida entre os 15 e os 18 anos, 93 frequentam este nível de ensino). No entanto, quando analisadas as taxas de retenção e desistência no ensino básico, o concelho apresenta o sétimo valor mais elevado da região do Alentejo Central (ano letivo 2016/2017), sendo inclusivamente superior aos valores registados a nível nacional e na região do Alentejo Central.

Tabela 18 - Indicadores de Educação (2015/2016 e 2016/2017) (%)

	Taxa bruta de pré-escolarização		Taxa bruta de escolarização			
	2015/16	2016/17	Ensino básico		Ensino secundário	
			2015/16	2016/17	2015/2016	2016/17
Portugal	91,1	94,5	109,6	108,9	114,7	118,4
Alentejo	98,7	100,9	113,8	113,3	111,8	118,3
Alentejo Central	100,0	101,8	113,5	113,9	124,9	127,9
Alandroal	87,0	81,3	99,2	96,1	9,7	-
Arraiolos	74,5	84,6	95,9	95,4	76,1	83,3
Borba	98,6	97,4	105,4	106,8	5,3	-
Estremoz	104,1	90	119,8	117,4	144,1	151,1
Évora	102,0	108,1	117,3	118,9	187,2	192,1
Montemor-o-Novo	94,9	97,2	111,8	113,6	91,4	93,8
Mora	93,8	101,3	100,0	99,0	53,2	62,4
Mourão	115,9	126,7	115,0	112,1	--	-
Portel	119,0	103,2	97,8	98,1	14,3	8,5
Redondo	97,2	100,6	97,9	95,7	72,6	70,2
Reguengos de Monsaraz	104,4	106,2	119,7	123,6	114,3	137,6
Vendas Novas	103,8	100	125,2	114,1	117,4	115,5
Viana do Alentejo	85,0	97	123,1	109,7	81,0	76,1
Vila Viçosa	105,6	100	107,2		203,0	198,2

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016 e 2017

A taxa de retenção e desistência no ensino básico diminuiu entre os anos letivos 2015/16 e 2016/17 e nos três ciclos de ensino (1º, 2º e 3º CEB). No ano letivo 2016/17, a taxa de retenção e desistência é superior no 3º CEB, comparativamente com os restantes ciclos (aproximadamente 11 jovens em cada 100, que frequentavam o 3º CEB, ficaram retidos ou desistiram de frequentar a escola nesse ano letivo).

Tabela 19 – Indicadores de Educação (2015/2016 e 2016/2017) (%) (Cont.)

	Taxa de retenção e desistência no ensino básico							
	Total		1º CEB		2º CEB		3º CEB	
	2015/16	2016/17	2015/16	2016/17	2015/16	2016/17	2015/16	2016/17
Portugal	6,6	5,5	3,7	3,0	6,7	5,8	10,0	8,5
Alentejo	7,8	7,1	5,0	4,3	8,6	7,8	10,9	10,2
Alentejo Central	7,2	6,2	3,8	3,1	9,1	6,5	10,2	9,7
Alandroal	6,3	6,1	2,9	3,1	8,3	1,4	10,6	13,9
Arraiolos	9,8	11,3	2,7	1,7	12,3	13,2	16,0	19,7
Borba	6,0	5,8	6,1	4,7	5,9	8,1	5,9	5,8
Estremoz	8,7	7,3	4,6	4,3	11,8	4,9	11,3	12,2
Évora	5,5	4,8	2,6	2,6	7,7	5,4	7,9	7,2
Montemor-o-Novo	9,6	6,8	3,5	1,1	15,4	9,9	12,7	11,1
Mora	5,6	3,8	3,2	0,8	6,5	3,0	8,4	7,9
Mourão	24,1	11,8	17,0	10,5	32,0	10,9	27,3	15,0
Portel	9,3	5,2	7,9	3,0	13,6	9,6	7,6	5,4
Redondo	10,1	10,5	7,7	5,5	8,4	9,2	14,6	17,8
Reguengos de Monsaraz	10,2	11,4	6,5	6,0	9,2	12,1	15,8	17,1
Vendas Novas	4,5	1,8	0,9	0,9	5,4	0,8	8,2	3,4
Viana do Alentejo	5,3	5,3	5,2	2,0	3,2	3,7	7,0	10,0
Vila Viçosa	6,5	8,2	2,7	4,5	6,2	7,7	10,7	12,9

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016 e 2017 e Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo

O Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo registou um aumento da taxa de retenção no ensino básico no ano letivo 2017/2018 face ao ano letivo anterior (8,2% e 6,8%, respetivamente). Num total de 1.239 alunos inscritos, 94 não transitaram e 1145 foram aprovados.

Tabela 20 – Taxa de transição e retenção no Ensino Básico, no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo (ano letivo 2017/2018) (N.º e %)

Ano letivo 2017/18	Alunos inscritos	Aprovados	Reprovados	Taxa de transição	Taxa de retenção	Sucesso pleno
1º CEB	494	490	4	99,2%	0,8%	440
2º CEB	254	234	20	92,1%	7,9%	150
3º CEB	491	421	70	85,7%	14,3%	236
Total	1 239	1 145	94	91,8%	8,2%	826

Fonte: Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo

A taxa de transição/conclusão no ensino secundário aumentou entre os anos letivos 2015/16 e 2016/17 em Portugal, na região do Alentejo e em quatro concelhos da região do Alentejo Central, incluindo em Montemor-o-Novo. No ano letivo 2016/17, a taxa de transição/conclusão, no ensino secundário, no concelho de Montemor-o-Novo, situou-se nos 85,1%, sendo a quarta mais elevada da região do Alentejo Central, superior à registada a nível nacional e na região do Alentejo Central.

De destacar que a taxa de transição/conclusão, no concelho de Montemor-o-Novo, é mais elevada nos cursos gerais (científico-humanísticos) que nos cursos tecnológicos/profissionais (aproximadamente 87, em cada 100 jovens que frequentavam cursos gerais transitaram ou concluíram o nível de ensino, face a 79 jovens que transitaram/concluíram, em cada 100, que frequentavam cursos tecnológicos/profissionais).

Tabela 21 – Indicadores de Educação (2015/2016 e 2016/2017) (Conclusão)

	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário					
	Total		Cursos gerais / científico-humanísticos		Cursos tecnológicos/profissionais	
	2015/16	2016/17	2015/16	2016/17	2015/16	2016/17
Portugal	84,3	84,9	82,0	82,5	88,4	89,1
Alentejo	85,3	85,4	81,6	81,4	91,8	92,4
Alentejo Central	84,4	83,4	81,3	79,8	92,3	92,6
Alandroal	-	-	-	-	-	-
Arraiolos	76,5	81,4	76,4	81,4	77,8	-
Borba	-	-	-	-	-	-
Estremoz	85,4	80,2	83,6	76,7	95,6	100,0
Évora	86,3	85,2	82,2	80,5	92,8	92,4
Montemor-o-Novo	82,2	85,1	82,2	87,1	82,3	79,5
Mora	73,7	78,6	73,7	78,6	-	-
Mourão	-	-	-	-	-	-
Portel	92,3	-	-	-	92,3	-
Redondo	93,1	89,0	89,8	84,6	100,0	97,5
Reguengos de Monsaraz	70,8	74,7	68,2	73,5	82,5	82,2
Vendas Novas	87,8	86,5	85,2	83,3	100,0	100,0
Viana do Alentejo	86,0	76,1	86,0	76,1	-	-
Vila Viçosa	82,6	81,1	80,7	77,1	96,2	100,0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016 e 2017 e Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo

Relativamente ao Abandono Escolar, Montemor-o-Novo apresentava em 2011 uma taxa de 1,16%, sendo esta inferior à registada a nível nacional (1,70%), na região do Alentejo (1,79%) e no Alentejo Central (1,25%). De acordo com os dados disponíveis, a maior taxa de abandono escolar registou-se na freguesia de Nossa Senhora do Bispo (1,91%).

Tabela 22 – Taxa de abandono escolar, por freguesia (2011) (%)

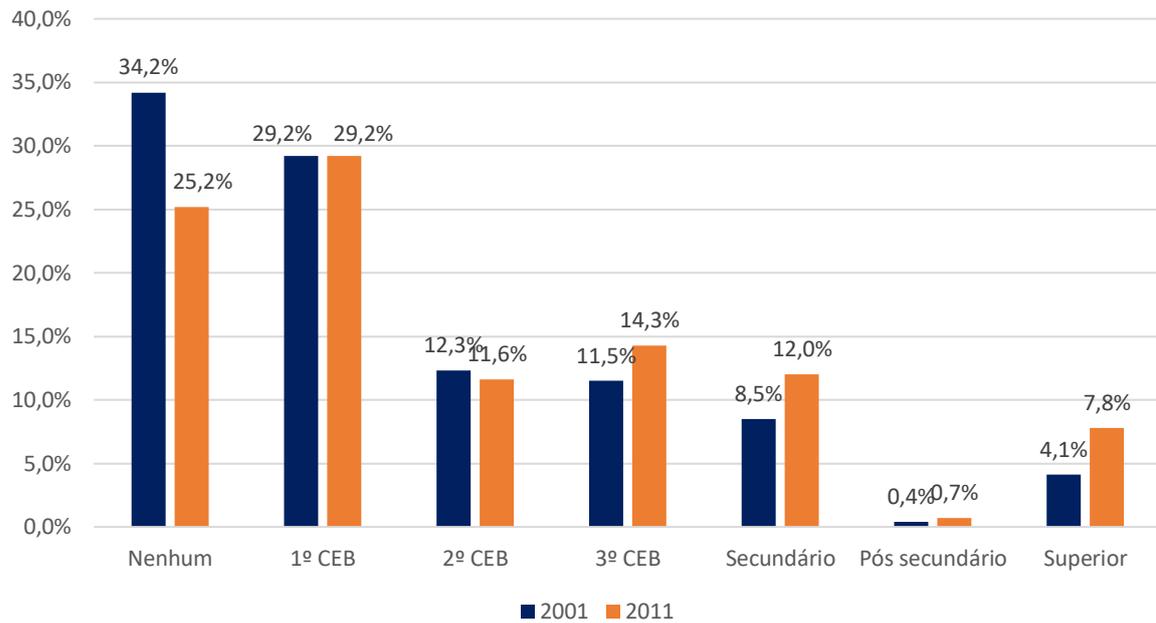
Taxa de Abandono Escolar	
Portugal	1,70
Alentejo	1,79
Alentejo Central	1,25
Montemor-o-Novo	1,16
Cabrela	0,00
Lavre	0,00
Nossa Senhora do Bispo	1,91
Nossa Senhora da Vila	1,47
Santiago do Escoural	0,00
São Cristovão	0,00
Ciborro	0,00
Cortiçadas	0,00
Silveiras	0,00
Foros de Vale de Figueira	0,00

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente ao nível de escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que, nos anos de 2001 e 2011, existia uma percentagem significativa sem nenhum nível de ensino concluído (34,20% e 25,20%, respetivamente) e com baixos níveis de escolaridade, maioritariamente com o 1º Ciclo do Ensino Básico (29,2%). O número de residentes com ensino secundário, pós secundário e superior, era reduzido comparativamente com os restantes níveis de escolaridade concluídos.

No entanto, existe uma tendência para o decréscimo de pessoas sem nenhum nível de escolaridade, na sua maioria mais idosas, e para um aumento de pessoas com níveis de escolaridade mais elevada.

Gráfico 10 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2001 e 2011) (%)



Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

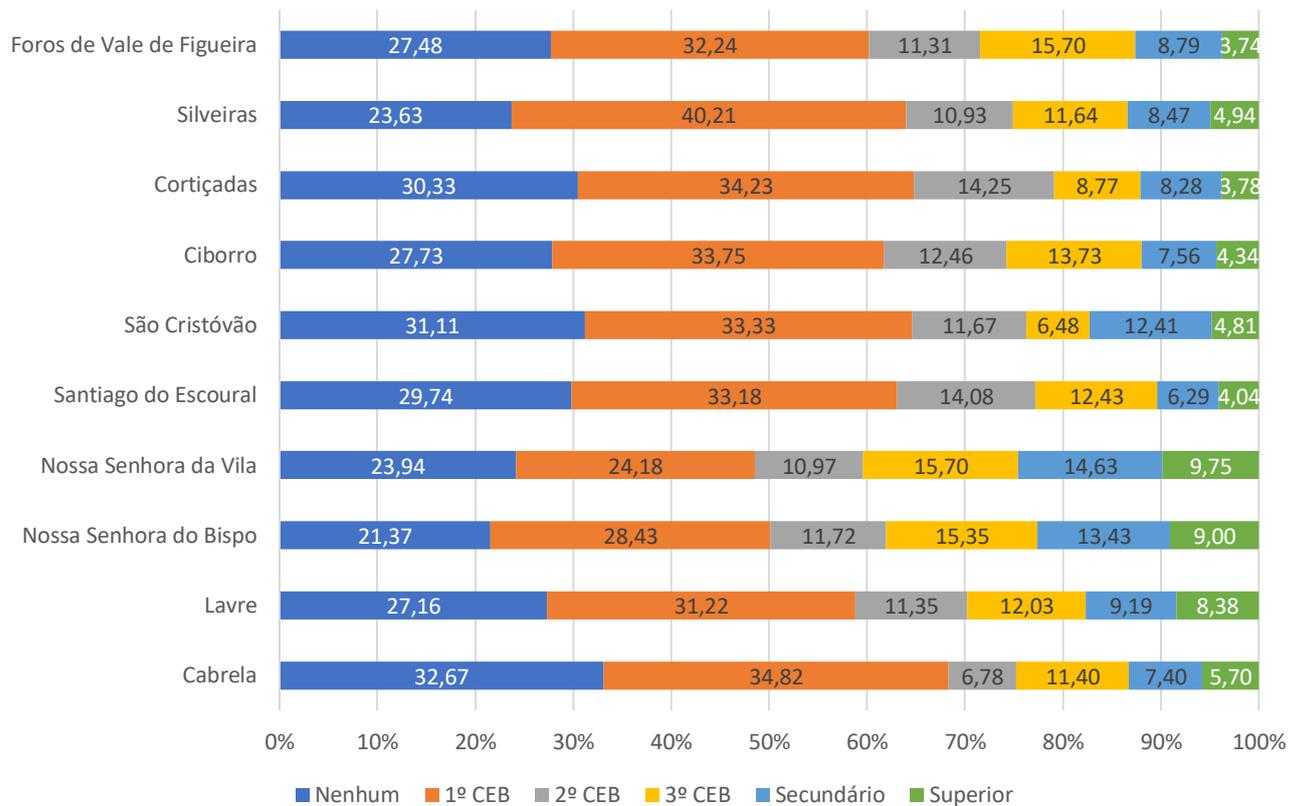
As freguesias de Cabrela e de S. Cristóvão são as que apresentavam, em 2011, a maior percentagem de residentes sem nenhum nível de escolaridade concluído (32,67% e 31,11%, respetivamente). Inversamente, a percentagem da população residente mais escolarizada encontrava-se nas freguesias de Nossa Senhora da Vila e Nossa Senhora do Bispo, com respetivamente, 14,63% e 13,43% da população com ensino secundário concluído e com 9,75% e 9% da população com ensino superior concluído.

Tabela 23 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2011) (N.º)

	Total	Nenhum	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secund.	Pós-sec.	Sup.
Montemor-o-Novo	17275	4360	5045	2012	2478	2081	116	1345
Cabrela	649	212	226	44	74	48	8	37
Lavre	740	201	231	84	89	68	5	62
Nossa Senhora do Bispo	4931	1054	1402	578	757	662	34	444
Nossa Senhora da Vila	6070	1453	1468	666	953	888	50	592
Santiago do Escoural	1335	397	443	188	166	84	3	54
São Cristovão	540	168	180	63	35	67	1	26
Ciborro	714	198	241	89	98	54	3	31
Cortiçadas	821	249	281	117	72	68	3	31
Silveiras	567	134	228	62	66	48	1	28
Foros de Vale de Figueira	1070	294	345	121	168	94	8	40

Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico 11 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2011) (%)

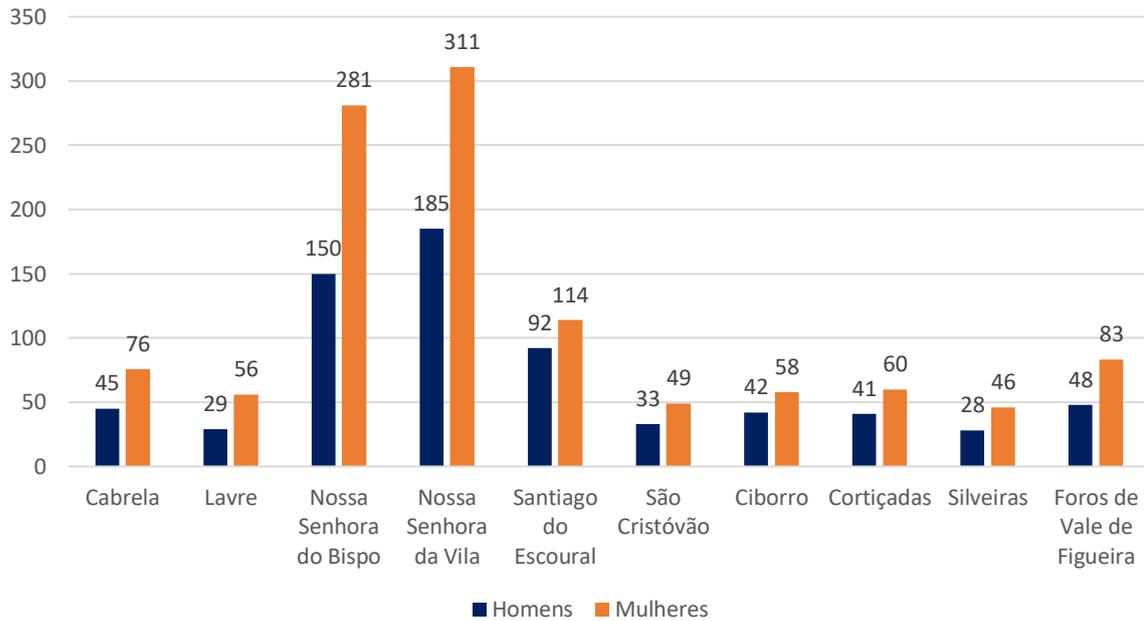


Fonte: INE – Censos 2011

As freguesias de Nossa Senhora do Bispo e Nossa Senhora da Vila reúnem o maior número de pessoas analfabetas, residentes no concelho. No entanto, quando analisada a percentagem de população analfabeta residente em cada freguesia, destacam-se as freguesias de Cabrela, Santiago do Escoural e São Cristóvão, como sendo as que apresentam maior percentagem de população analfabeta residente.

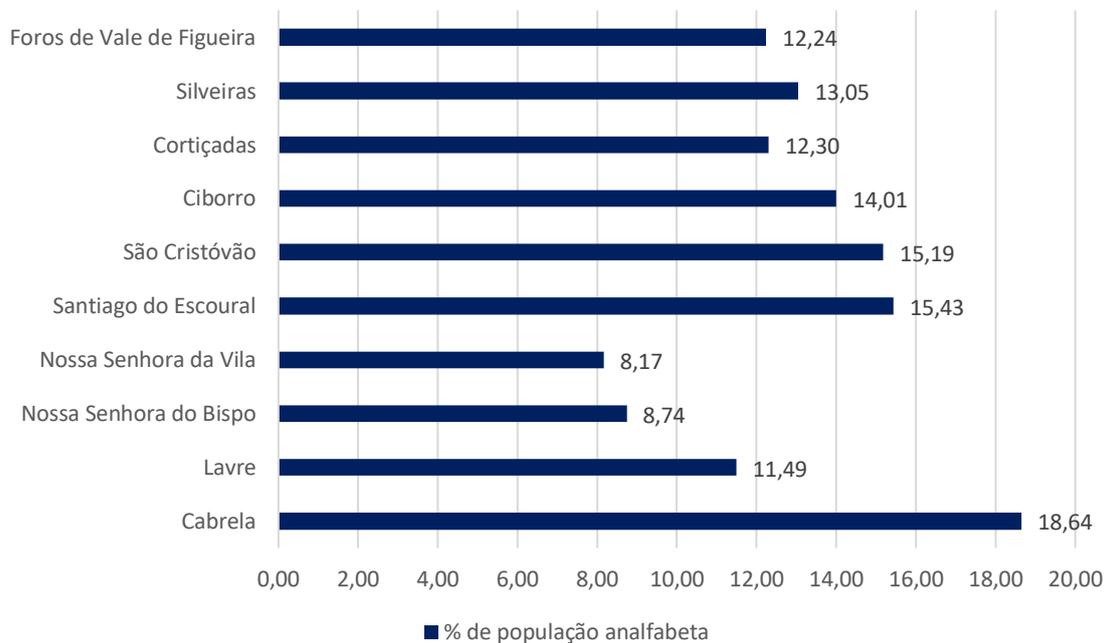
Quanto ao género, e em todas as freguesias, é possível verificar que no ano 2011 existiam mais mulheres analfabetas que homens com mais de 10 anos de idade. O que também poderá estar associado ao número elevado de pessoas idosas do sexo feminino (aquando dos Censos 2011, 1.684 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos não tinha nenhum nível de escolaridade completo (33,66% do número total de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos), destas 1.056 eram mulheres).

Gráfico 12 - População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o género, por freguesias (2011) (N.º)



Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico 13 – População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)



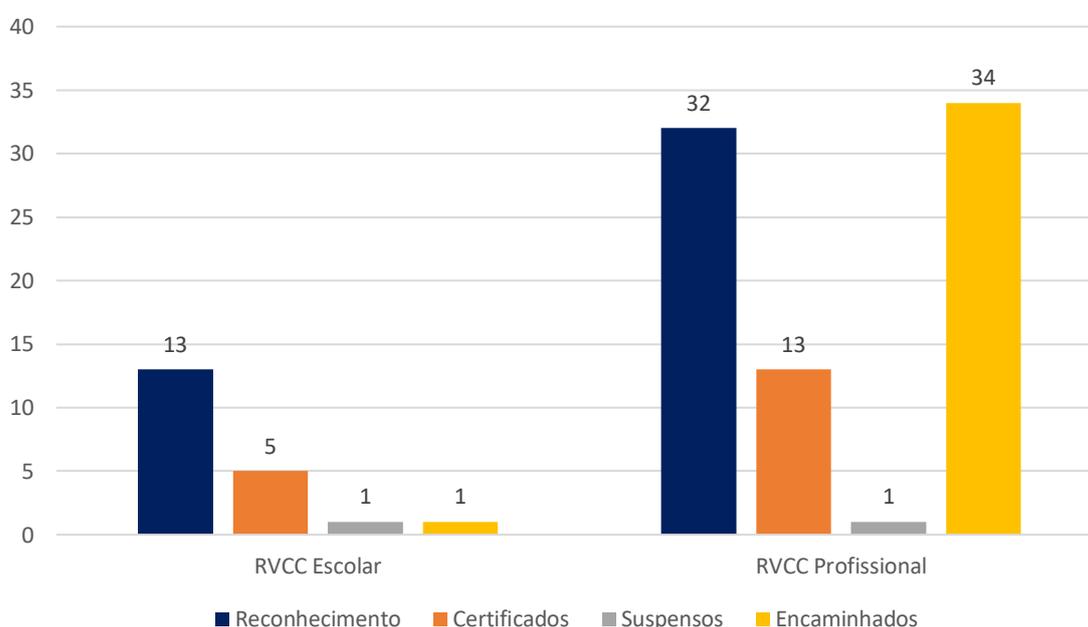
Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos Centros Novas Oportunidades (CNO), no âmbito do desenvolvimento e qualificação da população adulta, surgiram os Centros Qualifica. Através do Processo de Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências (RVCC) é possível completar a escolaridade (4º, 6º 9º e 12º ano)

e/ou obter uma qualificação profissional (de nível 2 ou 4), através do reconhecimento profissional numa determinada área/ profissão.

O Centro Qualifica do Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora, durante o ano de 2018, acompanhou, relativamente ao concelho de Montemor-o-Novo, vinte e dois (22) processos de RVCC Escolar e oitenta e dois (82) processos de RVCC Profissional.

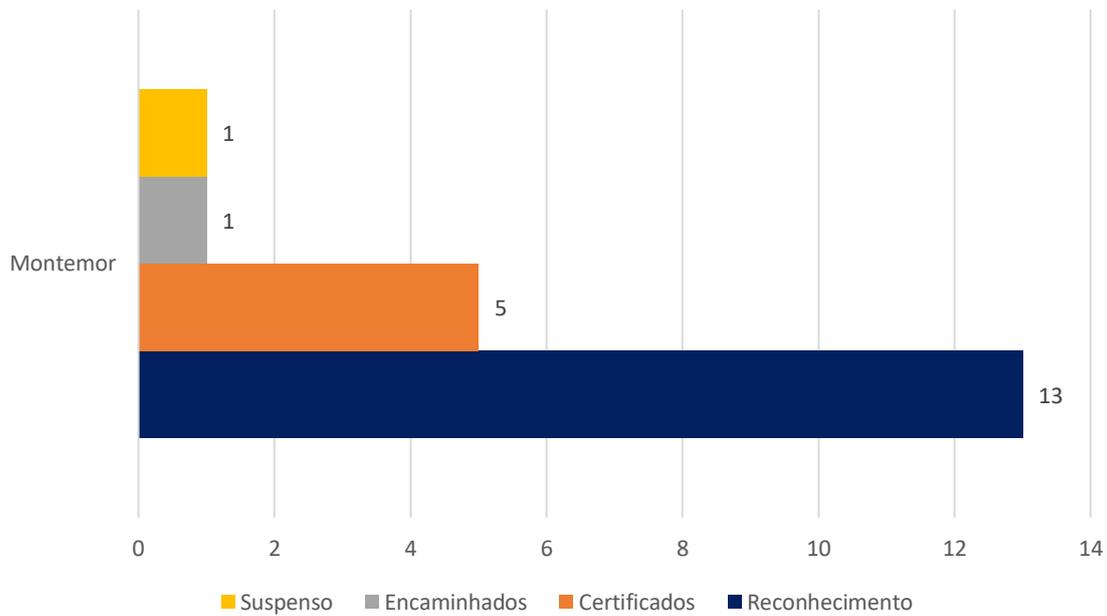
No total, foram reconhecidas competências a quarenta e cinco pessoas (treze a nível escolar e trinta e dois a nível profissional), foram certificadas dezoito pessoas (cinco a nível escolar e treze a nível profissional), foram ainda suspensos dois processos e foram realizados trinta e cinco encaminhamentos para ofertas de ensino e formação profissional.

Gráfico 14 - Processos de RVCC do concelho de Montemor-o-Novo (2018) (N.º)



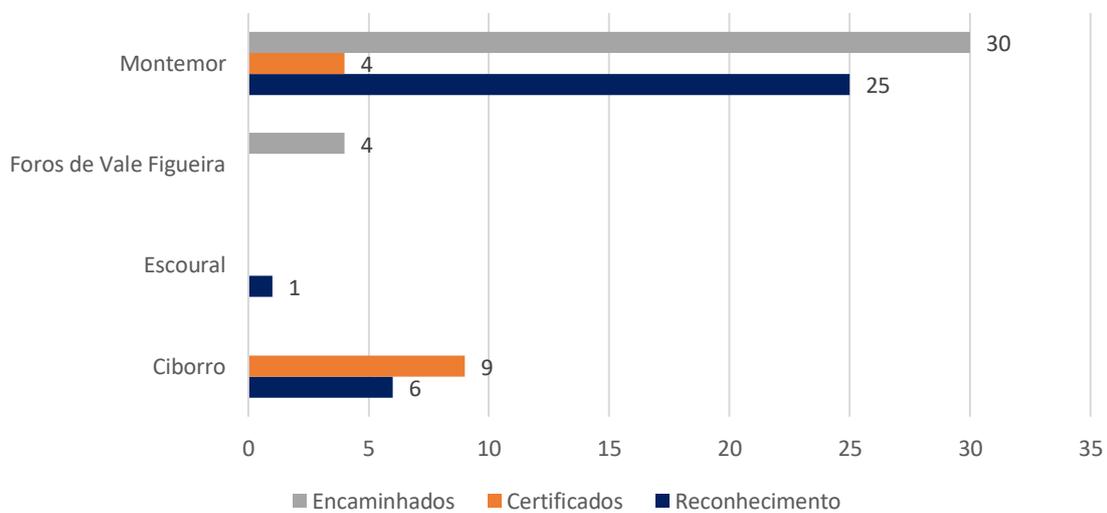
Fonte: ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

Gráfico 15 - Processos de RVCC Escolar do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias (2018) (N.º)



Fonte: ANQEP

Gráfico 16 - Processos de RVCC Profissional do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias (2018) (N.º)



Fonte: ANQEP

Relativamente ao mercado de trabalho no concelho de Montemor-o-Novo, verifica-se que a grande maioria da população residente se encontra empregada no ramo terciário (65,6%) e são trabalhadores por conta de outrem (80,71%). O número de pessoas empregadas do sexo masculino é superior ao número de pessoas empregadas do sexo feminino, no concelho e em todas as suas freguesias (54,2% e 45,8%, respetivamente).

No ano 2016, de acordo com a caracterização sócio económica do município, encontravam-se empregadas no concelho de Montemor-o-Novo 4.463 pessoas (residentes ou não no município), (INE, ficha do município, dezembro de 2018).

Tabela 24 - População empregada, residente no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o género, por freguesias (2011) (N.º)

	População empregada					Ramo de atividade		
	Total	Homens	Mulheres	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Montemor-o-Novo	7231	3918	3313	1010	1481	4740	2213	2527
Cabrela	237	134	103	69	43	125	67	58
Lavre	311	171	140	64	71	176	80	96
Nossa Senhora do Bispo	2042	1050	992	213	368	1461	731	730
Nossa Senhora da Vila	2686	1420	1266	246	513	1927	898	1029
Santiago do Escoural	504	293	211	94	103	307	116	191
São Cristovão	198	123	75	72	23	103	47	56
Ciborro	292	172	120	50	111	131	66	65
Cortiçadas	294	185	109	52	95	147	43	104
Silveiras	242	136	106	76	40	126	51	75
Foros de Vale de Figueira	425	234	191	74	114	237	114	123

Fonte: INE – Censos 2011

Tabela 25 - População empregada, residente no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias e situação na profissão (2011) (N.º)

	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro de uma cooperativa de produção	Outra situação
Montemor-o-Novo	746	540	40	5836	5	64
Cabrela	26	18	0	190	0	3
Lavre	41	20	2	247	0	1
Nossa Senhora do Bispo	212	152	7	1648	3	20
Nossa Senhora da Vila	273	188	21	2179	0	25
Santiago do Escoural	50	43	3	404	0	4
São Cristóvão	20	28	0	149	0	1
Cíborro	35	24	0	231	2	0
Cortiçadas	28	16	2	246	0	2
Silveiras	16	19	0	203	0	4
Foros de Vale de Figueira	45	32	5	339	0	4

Fonte: INE – Censos 2011

No ano 2011, a taxa de atividade registada no concelho e respetivas freguesias foi inferior a 50%, ou seja, em cada 100 pessoas residentes no concelho, menos de 50 encontravam-se em idade ativa (mais concretamente 45 pessoas). Nesse mesmo ano, em cada 100 pessoas em idade ativa, cerca de 8 encontravam-se em situação de desemprego, afetando mais mulheres que homens.

As freguesias que nesse ano registaram valores mais elevados da taxa de desemprego foram Nossa Senhora do Bispo e Nossa Senhora da Vila (9,49% e 9,04%, respetivamente), contrariamente às freguesias de Lavre e Santiago do Escoural que registaram os valores mais baixos, 4,31% e 5,26%, respetivamente.

Tabela 26 - Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, por género e freguesias (2011) (%)

	Taxa de atividade			Taxa de desemprego		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Montemor-o-Novo	45,21	49,99	40,71	8,28	7,38	9,33
Cabrela	38,98	44,62	33,63	6,32	4,96	8,04
Lavre	43,92	49,17	38,95	4,31	3,39	5,41
Nossa Senhora do Bispo	45,75	48,97	42,84	9,49	8,38	10,63
Nossa Senhora da Vila	48,65	52,01	45,41	9,04	8,33	9,83
Santiago do Escoural	39,85	47,89	32,42	5,26	4,56	6,22
São Cristóvão	39,63	51,94	28,37	7,48	8,21	6,25
Ciborro	43,84	50,28	37,50	6,71	3,37	11,11
Cortiçadas	38,37	49,25	27,92	6,67	6,57	6,84
Silveiras	46,56	51,22	41,79	8,33	7,48	9,40
Foros de Vale de Figueira	42,90	48,19	37,80	7,41	7,51	7,28

Fonte: INE – Censos 2011

Ao analisar o número de pessoas em situação de desemprego, inscritas no Serviço de Emprego de Montemor-o-Novo, é possível verificar que apesar de ter existido um aumento ao nível do número de inscritos, a partir de 2016 começa a haver uma diminuição.

Comparativamente com o cenário nacional e com a região do Alentejo e Alentejo Central, Montemor-o-Novo registou nos anos de 2001, 2011, 2016 e 2017, um número inferior de desempregados por cada 100 residentes. Em 2017, Montemor-o-Novo foi o segundo concelho da região do Alentejo Central com menor percentagem de pessoas inscritas no total da população residente.

Tabela 27 - Desempregados inscritos nos Centros de Emprego no total da população residente com 15 a 64 anos (2001, 2011, 2016 e 2017) (%)

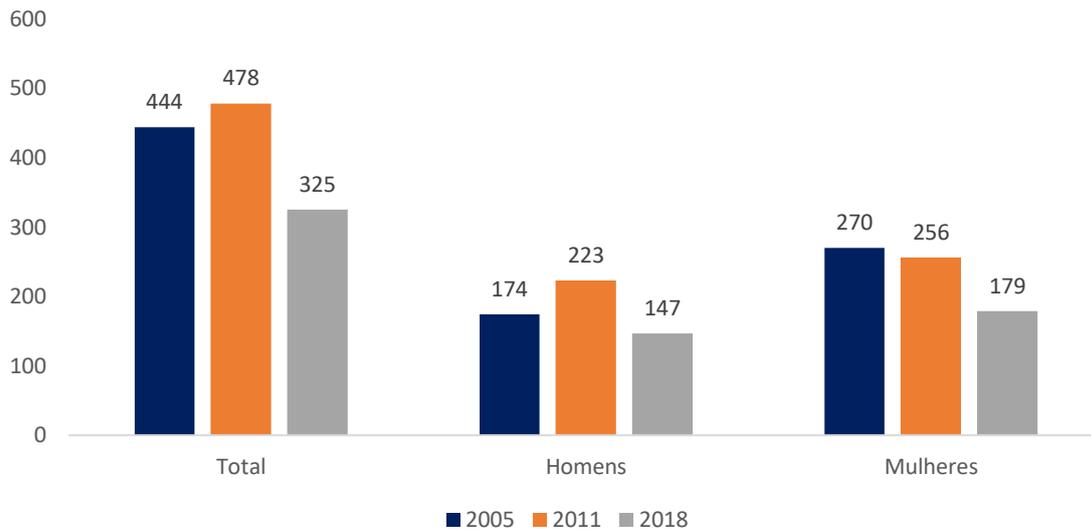
% de desempregados no total da população residente				
	2001	2011	2016	2017
Portugal	4,7	7,9	7,8	6,5
Alentejo	6,4	7,3	7,7	6,3
Alentejo Central	4,7	6,7	7,8	6,4
Alandroal	6,0	8,8	8,8	7,2
Arraiolos	5,7	5,7	6,7	5,7
Borba	4,6	6,7	8,4	7,0
Estremoz	4,5	6,7	7,9	6,9
Évora	3,4	7,0	8,0	6,2
Montemor-o-Novo	4,3	4,6	5,7	4,7
Mora	6,8	6,8	6,1	4,9
Mourão	10,9	10,1	15,0	13,1
Portel	10,3	8,9	9,6	7,9
Redondo	6,6	7,4	9,1	7,6
Reguengos de Monsaraz	4,9	8,3	10,4	8,4
Vendas Novas	3,5	5,0	5,0	4,3
Viana do Alentejo	7,2	6,1	7,5	6,7
Vila Viçosa	3,9	6,4	7,6	6,1

Fonte: PORDATA

No final do mês de fevereiro de 2019, encontravam-se inscritas no Centro de Emprego e Formação Profissional de Montemor-o-Novo 378 pessoas, das quais 232 se encontram inscritas à menos de 1 ano e 337 procuram um novo emprego.

Ao analisar o número médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego e Formação Profissional de Montemor-o-Novo desde 2005, é possível verificar que este foi mais elevado no ano de 2011 (média anual de 478 inscritos), quando a nível nacional também foram registados valores elevados de desemprego. O número médio de mulheres em situação de desemprego, em 2005, 2011 e 2018, foi superior ao número médio de homens em situação de desemprego inscritos no Centro de Emprego.

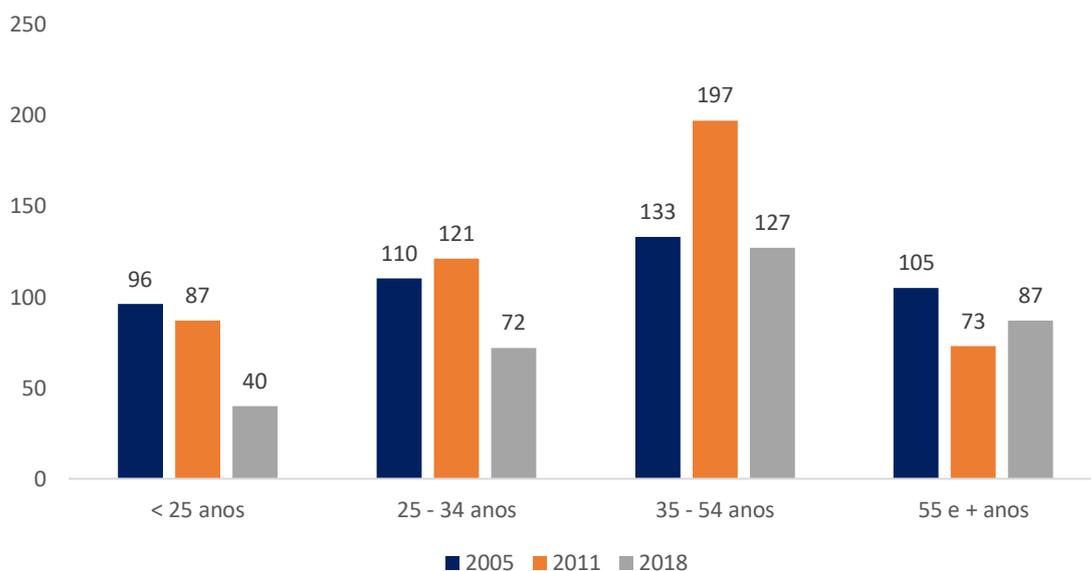
Gráfico 17 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo o género, nos anos 2005, 2011 e 2018 (N.º)



Fonte: IEFP – Publicações estatísticas

Nos três anos referidos, observa-se um predomínio do número médio de pessoas em situação de desemprego, com idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos. Nos anos 2005 e 2011, e comparativamente com o ano 2018, constata-se que o número médio de jovens inscritos (até aos 34 anos) foi mais elevado.

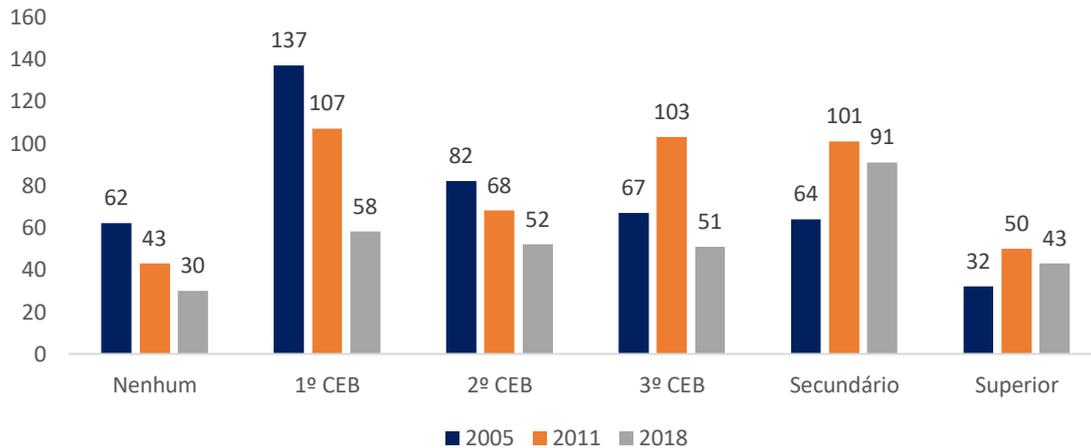
Gráfico 18 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, por grupos etários, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º)



Fonte: IEFP – Publicações estatísticas

Relativamente às habilitações académicas, é possível observar que nos anos 2005 e 2011, a grande maioria das pessoas inscritas no Centro de Emprego concluiu o Ensino Básico (mais especificamente o 1º Ciclo). No ano 2018, o número de pessoas em situação de desemprego com o ensino secundário concluído foi superior quando comparado com os restantes níveis de escolaridade.

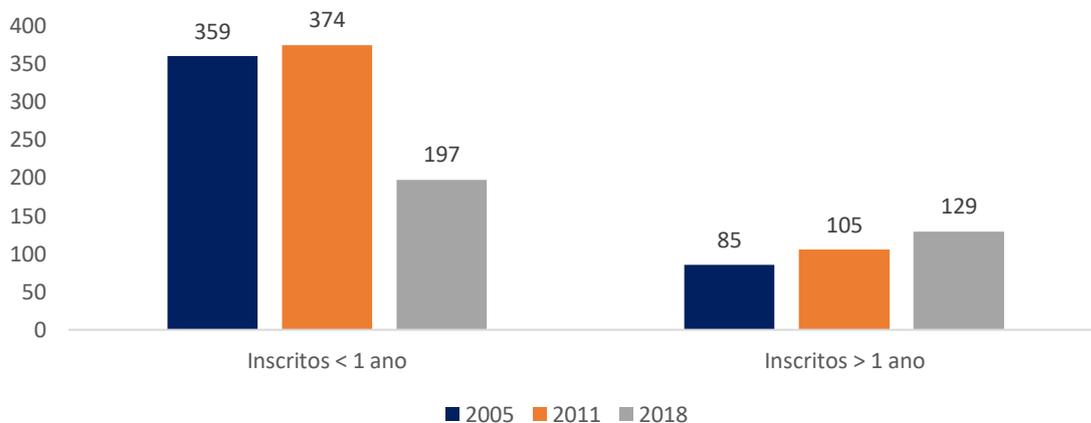
Gráfico 19 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo os níveis de escolaridade, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º)



Fonte: IEFPP – Publicações estatísticas

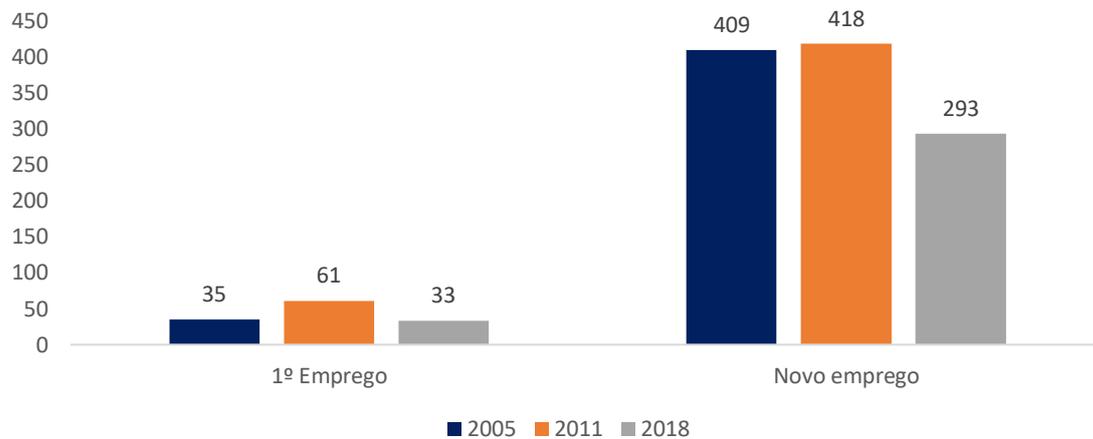
Nos três anos referidos, constata-se que a grande maioria se encontra inscrita há menos de um ano e se encontra à procura de um novo emprego. Note-se que o número médio de inscritos “há mais de um ano” tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos anos.

Gráfico 20 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo tempo de inscrição, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º)



Fonte: IEFPP – Publicações estatísticas

Gráfico 21 – N.º médio de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, segundo a situação face à procura de emprego, nos anos de 2005, 2011 e 2018 (N.º)



Fonte: IEFP – Publicações estatísticas

No ano de 2011, o número de pessoas em situação de desemprego foi superior nas freguesias de Nossa Senhora da Vila e Nossa Senhora do Bispo. Face ao número de residentes em cada freguesia, a percentagem de pessoas em situação de desemprego foi também superior nas freguesias de Nossa Senhora da Vila (4,4%), Nossa Senhora do Bispo (4,34%) e Silveiras (3,88%).

Tabela 28 - População desempregada residente no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia e situação face à procura de emprego (2011) (N.º e %)

	Situação face à procura de emprego					
	Total		1º emprego		Novo emprego	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Montemor-o-Novo	653	3,78	145	22,21	508	77,79
Cabrela	16	2,47	2	12,50	14	87,50
Lavre	14	1,89	3	21,43	11	78,57
Nossa Senhora do Bispo	214	4,34	47	21,96	167	78,04
Nossa Senhora da Vila	267	4,40	67	25,09	200	74,91
Santiago do Escoural	28	2,10	9	32,14	19	67,86
São Cristovão	16	2,96	3	18,75	13	81,25
Ciborro	21	2,94	1	4,76	20	95,24
Cortiçadas	21	2,56	2	9,52	19	90,48
Silveiras	22	3,88	3	13,64	19	86,36
Foros de Vale de Figueira	34	3,18	8	23,53	26	76,47

Fonte: INE – Censos 2011 Fonte: INE, Sistemas de contas integradas das empresas

5.1.3 Habitação

Montemor-o-Novo é o segundo concelho da Região do Alentejo Central com maior número de edifícios de habitação familiar clássica e de alojamentos familiares clássicos. O valor preliminar para 2017 indica que existiam no concelho 10345 alojamentos familiares clássicos, dos quais 8018 são edifícios. Entre 2011 e 2017 registou-se um aumento pouco significativo do seu número, mais 28 edifícios de habitação familiar clássica e mais 29 alojamentos familiares clássicos.

Tabela 29 - Parque habitacional dos municípios da Região do Alentejo Central (2011 e 2017) (N.º)

	Edifícios de habitação familiar clássica		Alojamentos familiares clássicos	
	2011 Rv ⁴	2017 Pe ⁵	2011 Rv	2017 Pe
Portugal	3 556 032	3 596 827	5 879 159	5 942 131
Alentejo	384 774	387 384	470 496	474 496
Alentejo Central	80 660	81 281	98 271	99 184
Alandroal	4 385	4 413	4 504	4 532
Arraiolos	4 430	4 458	4 753	4 782
Borba	3 298	3 336	4 179	4 216
Estremoz	7 399	7 417	9 465	9 485
Évora	20 730	20 977	29 235	29 756
Montemor-o-Novo	7 990	8 018	10 316	10 345
Mora	3 878	3 898	3 888	3 908
Mourão	1 875	1 881	1 929	1 935
Portel	4 177	4 197	4 261	4 283
Redondo	3 903	3 955	4 568	4 625
Reguengos de Monsaraz	5 995	6 052	6 395	6 459
Vendas Novas	5 261	5 311	6 431	6 482
Viana do Alentejo	3 452	3 460	3 574	3 582
Vila Viçosa	3 887	3 902	4 773	4 788

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2017

Segundo os Censos de 2011, existiam no concelho um total de 10.366 alojamentos, dos quais 99,6% (10.323 alojamentos) correspondiam a alojamentos familiares e os restantes 0,4% (43 alojamentos) a alojamentos coletivos (21 estabelecimentos hoteleiros e 22 alojamentos de convívios, 15 dos quais destinados a apoio social). Os alojamentos familiares eram na sua grande maioria clássicos (99,8%, 10.304 alojamentos), no entanto ainda existiam no concelho 19 alojamentos não clássicos (entre os quais 11 barracas ou casas rudimentares, na freguesia de Nossa Senhora da Vila).

⁴ Rv – Valor revisto

⁵ Pe – Valor preliminar

Tabela 30 - Tipologia de alojamentos do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (N.º)

	Total	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	
		Clássicos	Não clássicos	Hoteleiros	Convivência
Montemor-o-Novo	10366	10304	19	21	22
Cabrela	429	427	0	1	1
Lavre	526	521	0	4	1
Nossa Senhora do Bispo	2749	2739	1	5	4
Nossa Senhora da Vila	3023	2995	15	4	9
Santiago do Escoural	942	940	0	1	1
São Cristóvão	500	493	0	4	3
Ciborro	482	481	0	0	1
Cortiçadas	615	613	1	1	0
Silveiras	421	420	1	0	0
Foros de Vale de Figueira	679	675	1	1	2

Fonte: INE – Censos 2011

Na sua maioria, os alojamentos familiares do concelho são residências habituais, no entanto cerca de 20% dos alojamentos familiares destinam-se a uso sazonal/ secundário e 12% encontram-se sem uso/ vagos.

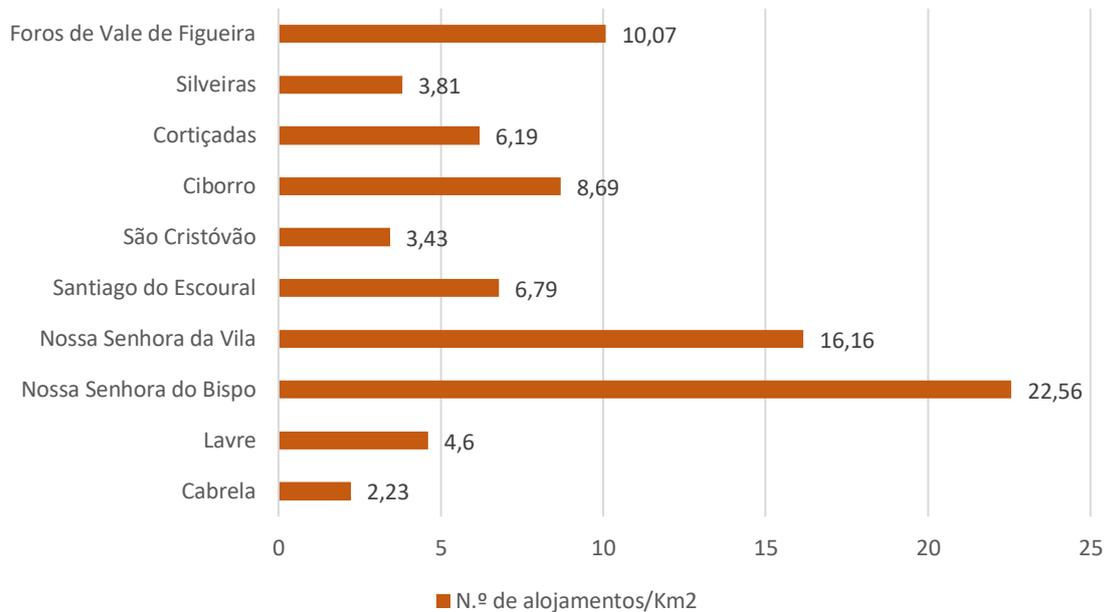
Tabela 31 - Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (N.º)

	Alojamentos familiares						
	Total	De residência habitual		De uso sazonal ou secundário		Vagos	
		N.º	N.º	%	N.º	%	N.º
Montemor-o-Novo	10323	6994	67,75	2066	20,01	1244	12,05
Cabrela	427	268	62,76	132	30,91	27	6,32
Lavre	521	300	57,58	158	30,33	63	12,09
Nossa Senhora do Bispo	2740	1973	72,01	414	15,11	352	12,85
Nossa Senhora da Vila	3010	2316	76,94	436	14,49	243	8,07
Santiago do Escoural	940	594	63,19	168	17,87	178	18,94
São Cristóvão	493	246	49,90	185	37,53	62	12,58
Ciborro	481	297	61,75	161	33,47	23	4,78
Cortiçadas	614	356	57,98	168	27,36	89	14,50
Silveiras	421	240	57,01	98	23,28	82	19,48
Foros de Vale de Figueira	676	404	59,76	146	21,60	125	18,49

Fonte: INE – Censos 2011

No que respeita à densidade de alojamentos nas freguesias do concelho, constata-se que é nas freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Foros de Vale de Figueira onde se encontra um maior número de alojamentos por Km².

Gráfico 22 - Densidade de alojamentos no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (N.º/Km²)



Fonte: INE – Censos 2011

Relativamente à habitação social, o concelho é o terceiro com maior número de edifícios e de fogos, tendo sido registada uma variação positiva de 1, entre 2011 e 2015. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo é proprietária de, aproximadamente, sessenta fogos e os contratos de arrendamento existentes são de longa duração. A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, a Unidade Pastoral das Paróquias de Montemor-o-Novo e a Casa do Povo de Lavre também dispõem de habitações sociais para arrendar.

Tabela 32 - Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alentejo Central (2011 e 2015) (N.º)

	Edifícios de habitação social			Fogos de habitação social			
	Total		Objeto de obras de conservação	Total		Arrendados	Objeto de obras de reabilitação
	2011	2015	2015	2011	2015	2015	2015
Portugal	25042	26195	2019	118570	119691	112188	9437
Alentejo	2877	3034	182	4652	5164	4923	376
Alentejo Central	692	716	84	1200	1330	1241	89
Alandroal	0	0	0	0	0	0	0
Arraiolos	0	0	0	0	0	0	0
Borba	16	62	5	16	62	62	5
Estremoz	0	0	0	0	0	0	0
Évora	405	401	53	863	843	796	53
Montemor-o-Novo	54	55	0	64	65	49	1
Mora	8	53	1	8	56	45	3
Mourão	0	2	0	0	2	1	0
Portel	31	0	0	31	0	0	0
Redondo	36	41	5	36	140	132	6
Reguengos de Monsaraz	48	39	0	48	39	38	0
Vendas Novas	15	17	12	55	57	52	13
Viana do Alentejo	0	0	0	0	0	0	0
Vila Viçosa	79	46	8	79	66	66	8

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016

Em 2011, Montemor-o-Novo foi o segundo concelho da Região do Alentejo Central com mais pedidos de agregados familiares para a habitação social (115 pedidos), possivelmente devido à crise económica sentida nesse período. Em 2015, Montemor foi o quinto concelho com mais pedidos (17). À data de julho de 2018, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tem registo de cento e cinquenta pedidos (150) de habitação, devido maioritariamente a dificuldades económicas no pagamento de renda e más condições de habitabilidade.

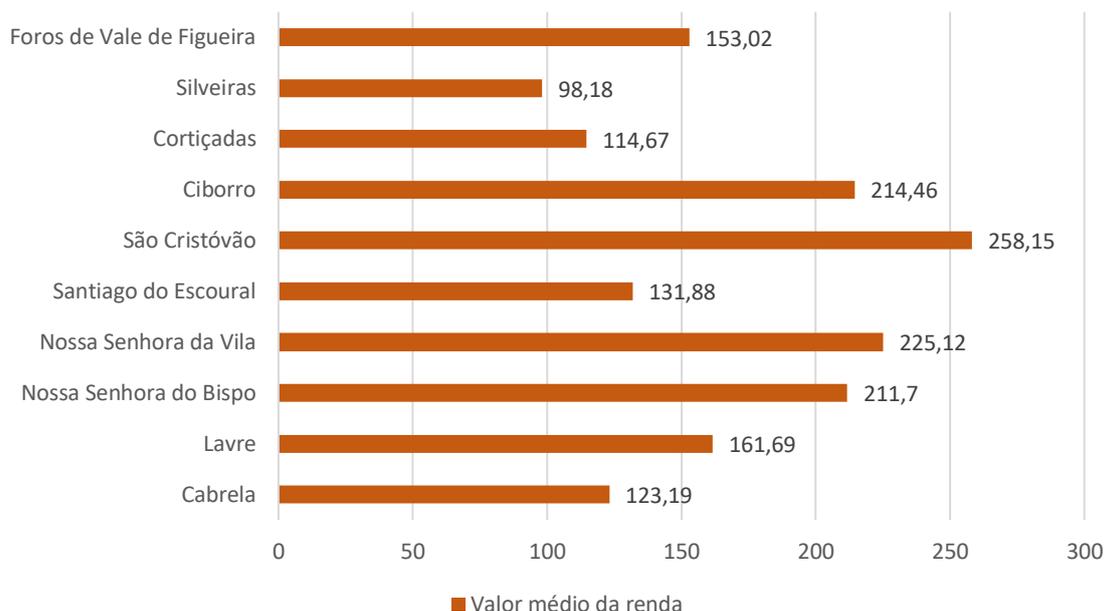
Tabela 33 - Agregados familiares que pediram habitação social (2011 e 2015) (N.º)

Agregados familiares que pediram habitação social		
	2011	2015
Portugal	42248	19809
Alentejo	3871	1029
Alentejo Central	1950	286
Alandroal	0	0
Arraiolos	0	0
Borba	25	36
Estremoz	0	0
Évora	1676	120
Montemor-o-Novo	115	17
Mora	0	8
Mourão	0	0
Portel	0	0
Redondo	66	9
Reguengos de Monsaraz	8	24
Vendas Novas	32	59
Viana do Alentejo	0	0
Vila Viçosa	28	13

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016

Relativamente aos valores de renda mensal praticados no concelho, no ano de 2011, verifica-se que é na freguesia de Silveiras que os valores médios de renda são mais baixos e são superiores nas freguesias de São Cristóvão, Nossa Senhora da Vila e Ciborro.

Gráfico 23 - Valor médio das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia (2011) (€)



Fonte: INE – Censos 2011

5.1.4 Saúde

a) Caracterização dos recursos em Saúde

Na Região do Alentejo Central existem três hospitais, um público (Hospital Espírito Santo, EPE, em Évora) e dois privados (Hospital S. João de Deus, em Montemor-o-Novo e Hospital da Misericórdia de Évora). No concelho existem também seis farmácias e cinco postos farmacêuticos (aproximadamente um por cada mil habitantes).

Segundo o INE, em 2017, Montemor-o-Novo foi o segundo concelho da região do Alentejo Central com maior rácio de enfermeiras/os por 1000 habitantes e o quinto com maior rácio de médicas/os por 1000 habitantes (valores superiores aos registados na região do Alentejo).

Tabela 34 - Indicadores de saúde do concelho de Montemor-o-Novo (2017) (N.º)

	Enfermeiras/os por 1000 habitantes	Médicas/os por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes
Portugal	7,0	5,0	0,3
Alentejo	6,7	2,9	0,5
Alentejo Central	7,3	3,8	0,6
Montemor-o-Novo	3,2 (2º)	1,6 (5º)	0,7 (7º)

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2017



O Centro de Saúde de Montemor-o-Novo integra o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Alentejo Central, o qual pertence à Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo.

O Centro de Saúde é constituído pelas seguintes Unidades de Saúde, a Unidade de Saúde Familiar (USF) Foral, a USF Alcaides e a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Monte Mor, o Serviço de Urgência Básico (SUB), com atendimento permanente (24h/dia) e a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), que integra profissionais de diferentes áreas e que prestam apoio às Unidades enumeradas anteriormente (Serviço Social, Psicologia, Medicina Dentária, Fisioterapia e Nutrição).

Atualmente, as duas USF são compostas na totalidade por uma equipa de dez médicos, dez enfermeiros, cinco internos e doze secretários clínicos que prestam cuidados de saúde a uma população de cerca de 17.000 utentes do concelho. O SUB funciona com dois médicos e dois enfermeiros.

Todos os utentes inscritos têm médico de família, no entanto existem onze utentes que não são acompanhados por médico de família por opção. A grande maioria dos utentes tem entre 7 e 64 anos, seguido do grupo com mais de 75 anos.

A UCC Monte Mor é constituída por uma equipa multidisciplinar, que presta cuidados de saúde, apoio psicológico e social em contexto domiciliário e comunitário e desenvolve projetos de intervenção na comunidade, nomeadamente nas áreas de Saúde Escolar, Intervenção Precoce, Cuidados Continuados Integrados ou outros, nomeadamente para grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco e/ou dependência. Encontram-se abrangidos pela UCC Monte Mor, aproximadamente, 16.000 utentes, pertencentes a outras Unidades Funcionais do ACES do Alentejo Central, para além das que integram o Centro de Saúde de Montemor-o-Novo.

É importante destacar que existem postos médicos em todas as freguesias do concelho, com consultas médicas e de enfermagem.

No âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), encontram-se sediadas no Hospital S. João de Deus, as Unidades de Convalescença, de Média Duração e Reabilitação e de Longa Duração e Manutenção. Na UCC Monte Mor encontra-se integrada a Equipa domiciliária da RNCCI.

Tabela 35 - Utentes inscritos no Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, por Unidades Funcionais (fevereiro de 2019) (N.º)

	Total	Homens	Mulheres	Com médico de família	S/ médico de família por opção	Sem médico de família
USF Foral	7907	3800	4107	7899	8	0
USF Alcoides	9097	4401	4696	9093	2	2
UCC Monte Mor⁶	16049	7722	8327			

Fonte: SNS – BI-CSP

Tabela 36 - Utentes inscritos no Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, por Unidades Funcionais e grupos etários (fevereiro de 2019) (N.º)

	Total	≤ 6 anos	07 - 64 anos	65 – 74 anos	≥ 75 anos
USF Foral	7907	385	5210	975	1337
USF Alcoides	9097	440	5872	1162	1623
UCC Monte Mor	16049	788	10366	2076	2819

Fonte: SNS – BI-CSP

b) Indicadores de Saúde

Entre os anos 2007/2011 e 2012/2016 não foram registados, no concelho de Montemor-o-Novo, óbitos neonatais nem de crianças com menos de um ano de idade.

⁶ Abrange utentes das Unidades Funcionais: UCSP Vendas Novas (93 utentes), USF Alcoides (8579 utentes), USF Eborae (67 utentes), USF Foral (7047 utentes), USF Planície (101 utentes) e outras.

Tabela 37 - Indicadores de saúde dos municípios da Região do Alentejo Central (2011 e 2016 Po⁷) (%)

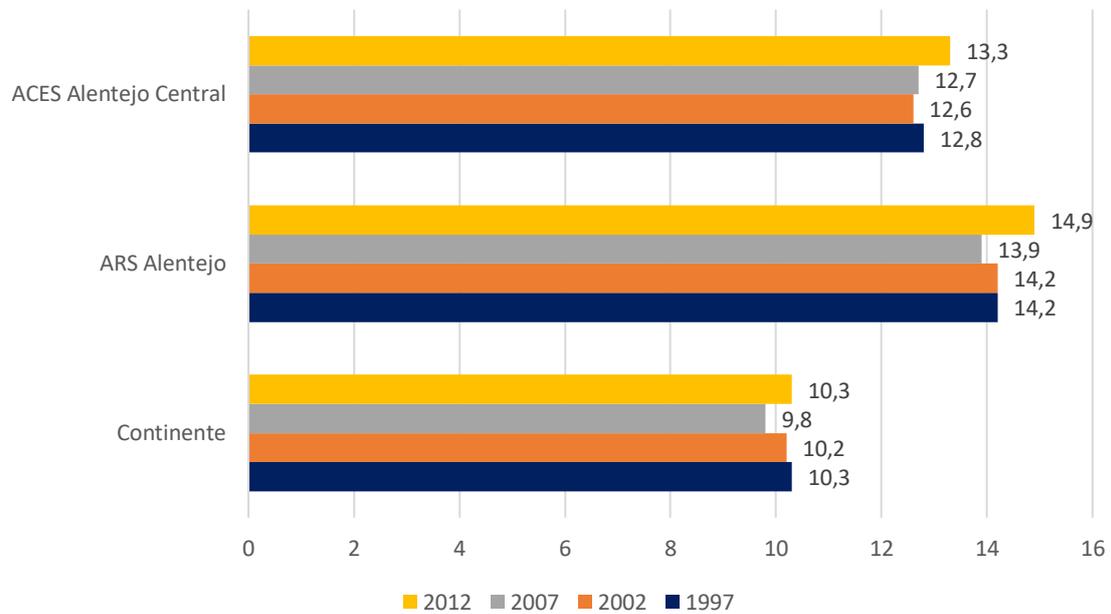
	Taxa quinquenal de mortalidade infantil		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal		Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório		Taxa de mortalidade por tumores malignos	
	2007/2011	2012/2016	2007/2011	2012/2016	2011	2016	2011	2016
Portugal	3,2	3,1	2,1	2,1	3,0	3,2	2,4	2,6
Alentejo	3,3	3,2	2,1	2,1	4,5	3,2	3,0	2,7
Alentejo Central	2,4	2,4	1,5	1,5	4,1	4,5	2,8	3,4
Alandroal	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	4,9	2,6	3,8
Arraiolos	0,0	8,4	0,0	4,2	3,7	3,8	1,8	2,4
Borba	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7	4,6	3,4	3,6
Estremoz	3,9	0,0	2,0	0,0	6,2	5,7	2,5	4,3
Évora	3,4	0,9	3,0	0,9	3,3	3,9	2,8	2,8
Montemor-o-Novo	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	4,9	3,6	3,5
Mora	0,0	7,6	0,0	0,0	7,5	7,2	1,9	5,6
Mourão	0,0	9,3	0,0	0,0	5,0	5,2	3,9	2,8
Portel	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1	6,1	3,3	3,3
Redondo	0,0	4,0	0,0	4,0	3,6	4,8	2,9	3,2
Reguengos de Monsaraz	0,0	4,9	0,0	4,9	5,9	4,1	3,0	2,9
Vendas Novas	6,1	4,4	2,0	2,2	3,1	3,1	2,1	4,4
Viana do Alentejo	8,4	0,0	0,0	0,0	3,8	5,5	2,3	4,3
Vila Viçosa	0,0	10,8	0,0	7,2	4,8	4,2	2,3	3,5

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Alentejo 2011 e 2017

Desde o ano de 2002 que o número de mortes por mil habitantes tem vindo a aumentar no ACES do Alentejo Central. No ano de 2012 registaram-se, aproximadamente treze óbitos por mil habitantes, número inferior ao registado na ARS do Alentejo, mas superior ao observado em Portugal continental.

⁷ Po – Valor provisório

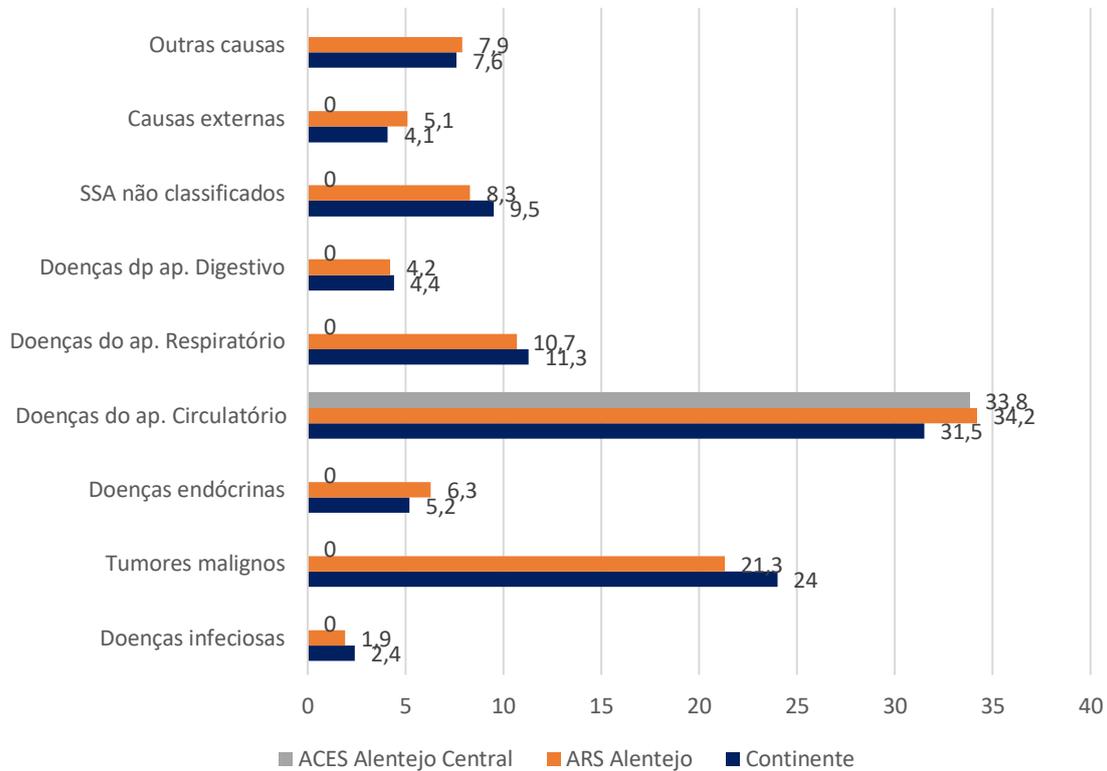
Gráfico 24 - Evolução da taxa bruta de mortalidade (1997, 2002, 2007, 2012) (‰)



Fonte: Perfil Local de Saúde 2014, ACES Alentejo Central; INE – Observatórios Regionais de Saúde

Entre 2009 e 2011, a principal causa de morte dos utentes inscritos no ACES do Alentejo Central, estava associada a doenças do aparelho circulatório, tendo-se verificado o mesmo na ARS Alentejo e a nível nacional. No ano de 2016, a taxa de mortalidade associada a esta causa aumentou na Região do Alentejo Central e também no concelho de Montemor-o-Novo, onde se registaram aproximadamente cinco óbitos por mil habitantes (ver tabela 37).

Gráfico 25 - Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2009-2011, no Continente, ARS Alentejo e ACES Alentejo Central, para ambos os sexos e para todos os grupos etários



SSA – Sinais, Sintomas e Achados

Fonte: Perfil Local de Saúde 2014, ACES Alentejo Central; INE

A prevalência de doenças do aparelho circulatório nos utentes inscritos no ACES do Alentejo Central, poderá estar associada a determinantes de saúde, como o abuso do tabaco e o excesso de peso, bem como, ao diagnóstico de hipertensão e alterações do metabolismo dos lípidos, todos eles frequentes nos utentes deste ACES.

Tabela 38 - Determinantes de saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Alentejo e ACES Alentejo Central, por sexo (2013) (%)

	Continente			ARS Alentejo			ACES Alentejo Central		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Abuso do tabaco	6,8	8,3	5,5	7,0	7,8	6,2	7,4	9,0	5,9
Excesso de peso	3,9	4,0	3,8	3,2	3,2	3,2	3,5	3,5	3,4
Abuso crónico do álcool	1,0	1,8	0,2	0,9	1,7	0,1	0,9	1,8	0,1
Abuso de drogas	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M – Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2014, ACES Alentejo Central

Segundo informação facultada pelo Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, à data de agosto de 2018, as patologias predominantes dos utentes são: doenças cardio-cerebrovasculares e acidentes vasculares cerebrais (AVC), doença oncológica, doença osteoarticular, hipertensão arterial, diabetes mellitus, síndromes depressivos e obesidade. Estes dados não diferem significativamente dos obtidos em 2013, no âmbito dos diagnósticos ativos nos utentes do ACES Alentejo Central, que destacam a hipertensão, as alterações do metabolismo dos lípidos, as perturbações depressivas e a diabetes, como sendo os mais prevalentes entre os utentes do referido ACES.

Tabela 39 - Morbilidade – Proporção de inscritos por diagnóstico ativo no ACES Alentejo Central (2013) (%)

	ACES Alentejo Central		
	Total	Homens	Mulheres
Hipertensão	26,2	23,3	28,8
Alterações do metabolismo dos lípidos	19,4	17,9	20,7
Perturbações depressivas	8,5	3,2	13,3
Diabetes	8,1	8,3	8,0
Doenças dos dentes e gengivas	7,2	8,0	6,4
Obesidade	5,8	4,6	6,9
Osteoartrose do joelho	3,4	2,0	4,7
Osteoporose	3,1	0,6	5,4
Doença cardíaca isquémica	2,6	2,6	2,6
Asma	2,1	1,9	2,3

Fonte: Perfil Local de Saúde 2014, ACES Alentejo Central; INE - Observatórios Regionais de Saúde

De acordo com a análise efetuada pelos profissionais de saúde do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, os recursos económicos insuficientes e as baixas pensões de reforma são fatores que contribuem para o aumento de doenças e polipatologias, derivado do não cumprimento da terapêutica e ausência de vigilância e comportamentos de prevenção.

Entre 2011 e 2017 registou-se um decréscimo do número de partos a nível nacional, na região do Alentejo e no Alentejo Central, onde Montemor-o-Novo não é exceção (menos dezoito nascimentos). O número de IVG também diminuiu em todo o território, com exceção do concelho de Portel que registou mais duas IVG em 2016.

Tabela 40 - Partos e interrupções voluntárias da gravidez (IVG), por município de residência da mãe (2011 e 2017) (N.º)

	Partos		IVG	
	2011	2017 Po ⁸	2011	2016
Portugal	96 856	84 952	20480	15959
Alentejo	6 073	5 168	1248	836
Alentejo Central	1 356	1 148	243	173
Alandroal	41	25	5	2
Arraiolos	54	43	6	1
Borba	45	50	12	0
Estremoz	121	98	18	2
Évora	562	443	109	109
Montemor-o-Novo	120	102	19	16
Mora	23	17	5	1
Mourão	21	20	2	0
Portel	33	50	9	11
Redondo	68	48	8	3
Reguengos de Monsaraz	76	70	17	9
Vendas Novas	96	85	15	13
Viana do Alentejo	44	41	10	4
Vila Viçosa	52	56	8	2

Fonte: INE, Censos 2011; Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2016 e 2017

5.1.5 Ação Social

No que se refere à dimensão da ação social e mais concretamente ao nível da proteção social, em Portugal, na região do Alentejo e na maioria dos municípios da região do Alentejo Central, o valor médio anual das pensões de velhice é superior aos valores médios das restantes pensões e subsídios. O concelho de Montemor-o-Novo registou, em 2017, um valor médio anual de pensões de velhice superior à maioria dos concelhos da Região do Alentejo Central, mas inferior à média nacional, da região do Alentejo e do Alentejo Central.

A nível nacional, regional e no concelho, as pensões de invalidez são as segundas a apresentar o valor médio anual mais elevado, seguidas das pensões de sobrevivência, subsídio de desemprego e subsídio de doença.

⁸ Po – Valor provisório

Tabela 41 - Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alentejo Central (2017) (€)

	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Portugal	4 960	6 093	3 127	2 826	877
Alentejo	4 937	6 116	3 142	2 488	876
Alentejo Central	5 209	5 347	2 853	2 376	735
Alandroal	5 090	4 974	2 710	1 916	675
Arraiolos	5 136	5 247	2 804	2 673	644
Borba	5 172	5 657	2 941	1 975	818
Estremoz	4 869	5 249	2 923	2 221	737
Évora	5 526	5 497	2 982	2 678	671
Montemor-o-Novo	5 053	5 325	2 809	2 353	739
Mora	5 139	5 327	2 865	2 126	783
Mourão	4 853	5 035	2 652	2 648	678
Portel	4 723	4 671	2 484	2 319	589
Redondo	4 560	4 958	2 665	2 033	494
Reguengos de Monsaraz	5 264	5 175	2 652	2 334	701
Vendas Novas	5 397	5 800	3 014	2 131	1 254
Viana do Alentejo	4 859	4 729	2 677	2 549	714
Vila Viçosa	5 316	5 824	2 959	2 132	802

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2017

O número médio de dias, no ano de 2017, em que foram pagos subsídios de desemprego e subsídios de doença a residentes no concelho de Montemor-o-Novo, foi inferior ao número médio registado a nível nacional e a nível regional.

Tabela 42 - Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alentejo Central (2017) (N.º)

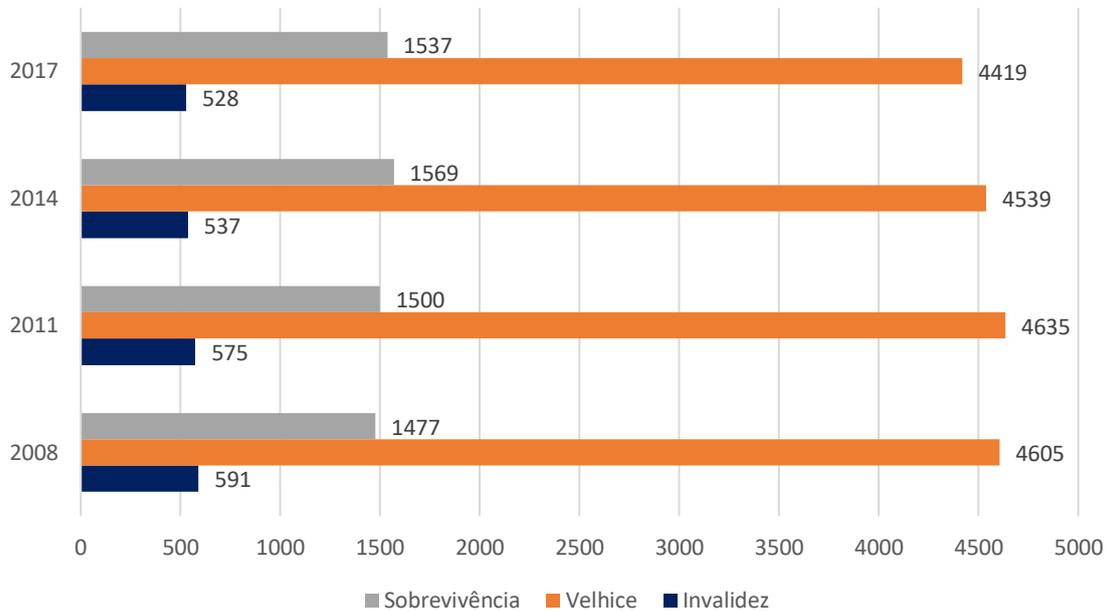
	Número médio de dias de subsídio de desemprego	Número médio de dias de subsídio de doença
Portugal	176	53
Alentejo	161	54
Alentejo Central	158	48
Alandroal	138	49
Arraiolos	177	44
Borba	143	61
Estremoz	155	49
Évora	167	41
Montemor-o-Novo	157	47
Mora	145	53
Mourão	180	49
Portel	162	45
Redondo	145	36
Reguengos de Monsaraz	163	48
Vendas Novas	136	73
Viana do Alentejo	169	51
Vila Viçosa	144	54

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2017

O número de pensionistas, residentes no concelho, que beneficiam de pensões de velhice é superior ao número de pensionistas de sobrevivência e de invalidez, embora desde o ano de 2011 até ao presente se tenha verificado uma diminuição, não significativa, dos mesmos.

Os beneficiários de pensão de sobrevivência representam o segundo maior grupo de pensionistas do concelho. O seu número aumentou entre 2008 e 2014, tendo decrescido em 2017.

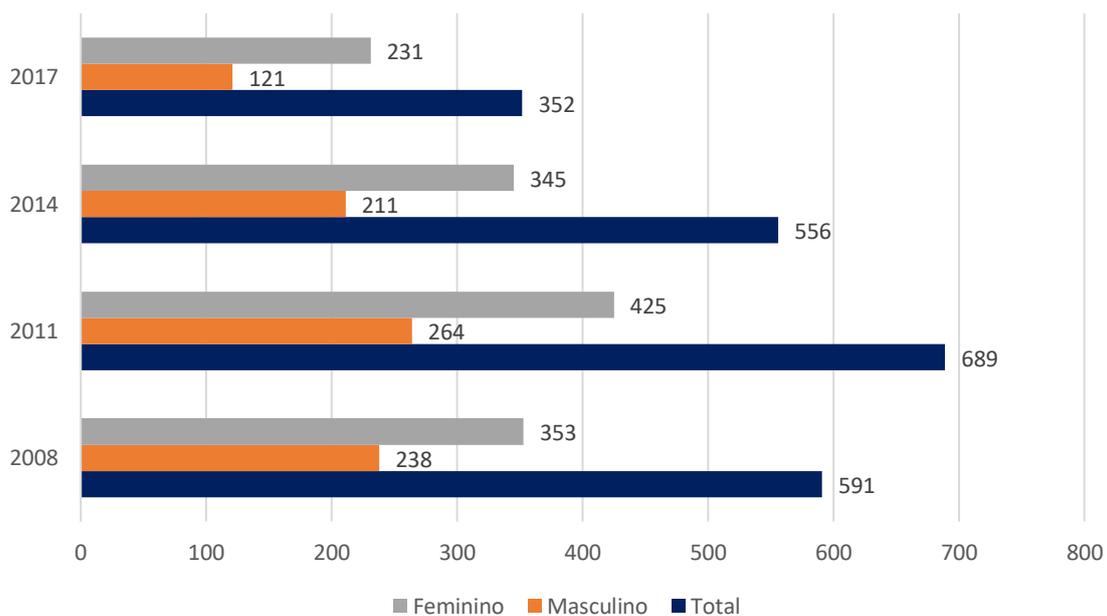
Gráfico 26 - Pensionistas residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o tipo de pensão, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: ISS, IP Gabinete de Planeamento e Estratégia (CNP, Beneficiários, Estatística anual)

O número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI), residentes em Montemor-o-Novo, registou um pico no ano de 2011, tendo vindo a diminuir até 2017. Em todos os anos mencionados, a maioria dos beneficiários do CSI são do sexo feminino.

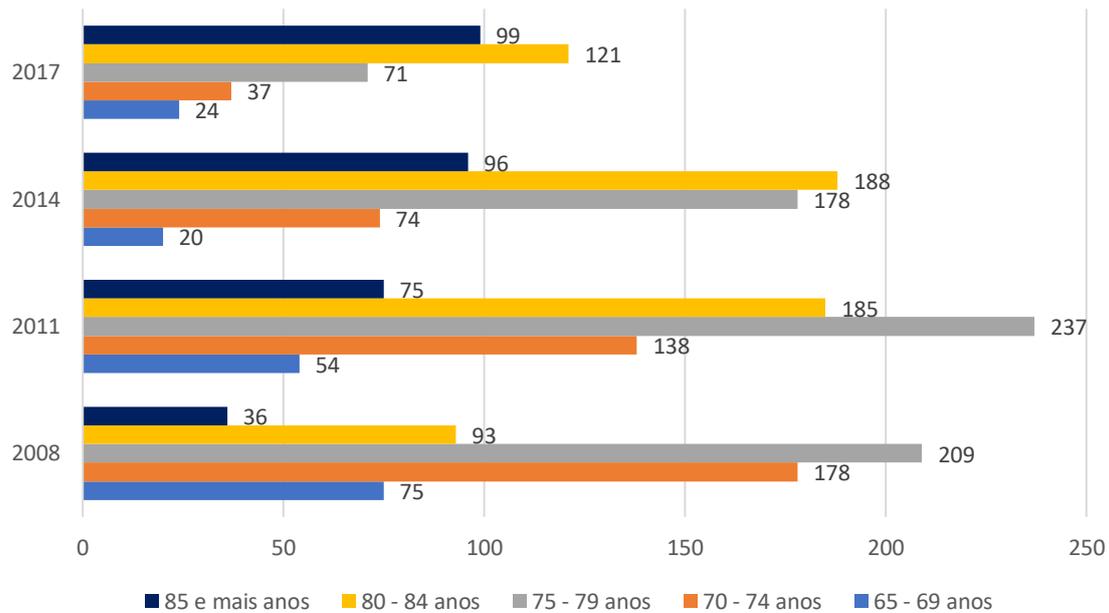
Gráfico 27 - Beneficiários com processamento de CSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: ISS, IP – Sistema de Informação da Segurança Social

Relativamente ao grupo etário dos beneficiários do CSI, verifica-se que o número de pessoas com idades entre os 65 e os 74 anos tem vindo a diminuir desde 2008 e que o número de beneficiários com mais de 85 anos tem vindo a aumentar. Em maior número encontram-se os beneficiários com idades compreendidas entre os 75 e os 84 anos.

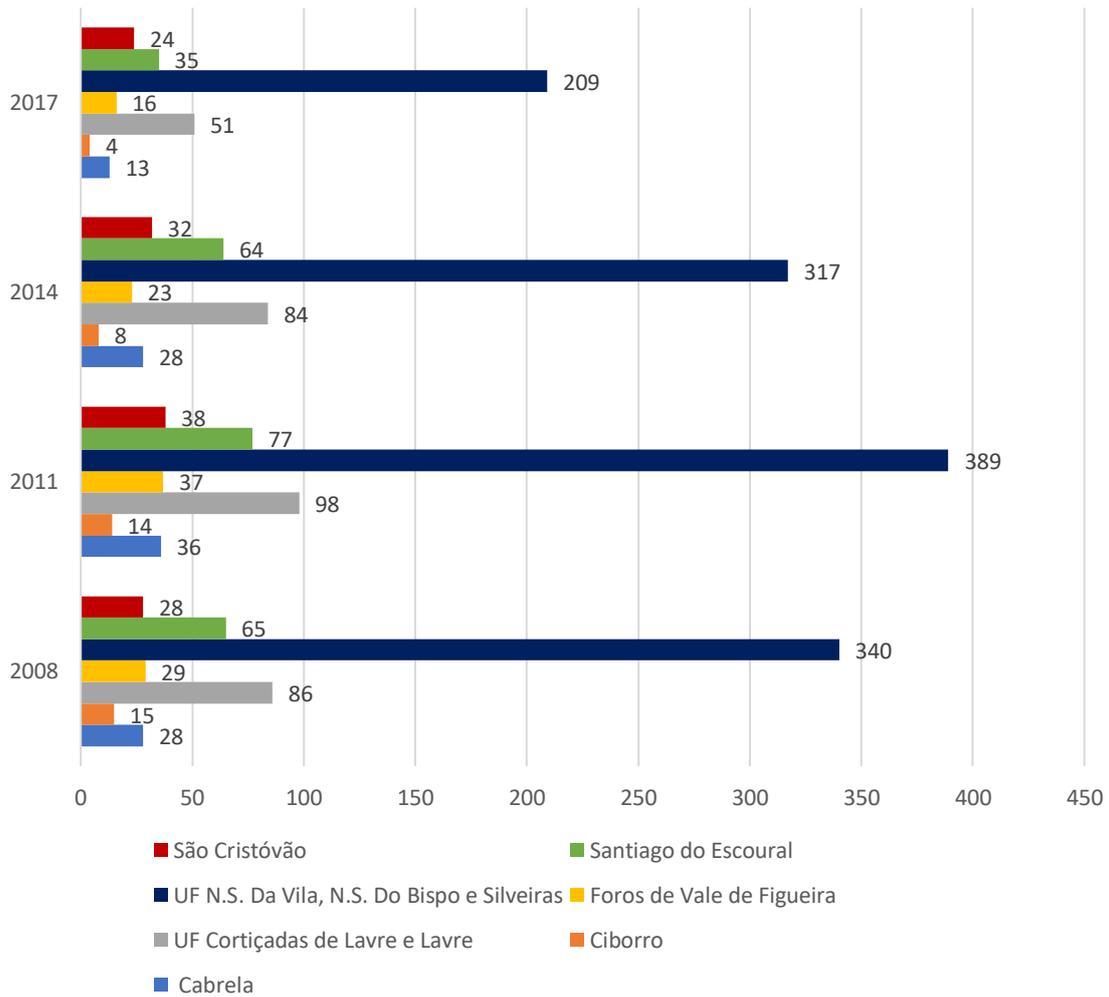
Gráfico 28 - Beneficiários com processamento de CSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: ISS, IP – Sistema de Informação da Segurança Social

É na União de Freguesias de N. S. da Vila, N. S. do Bispo e Silveiras que se encontra o maior número de beneficiários do CSI. Em segundo e terceiro lugar, com maior número de beneficiários deste subsídio, encontram-se a União de Freguesias de Cortiçadas do Lavre e Lavre e a Freguesia de Santiago do Escoural.

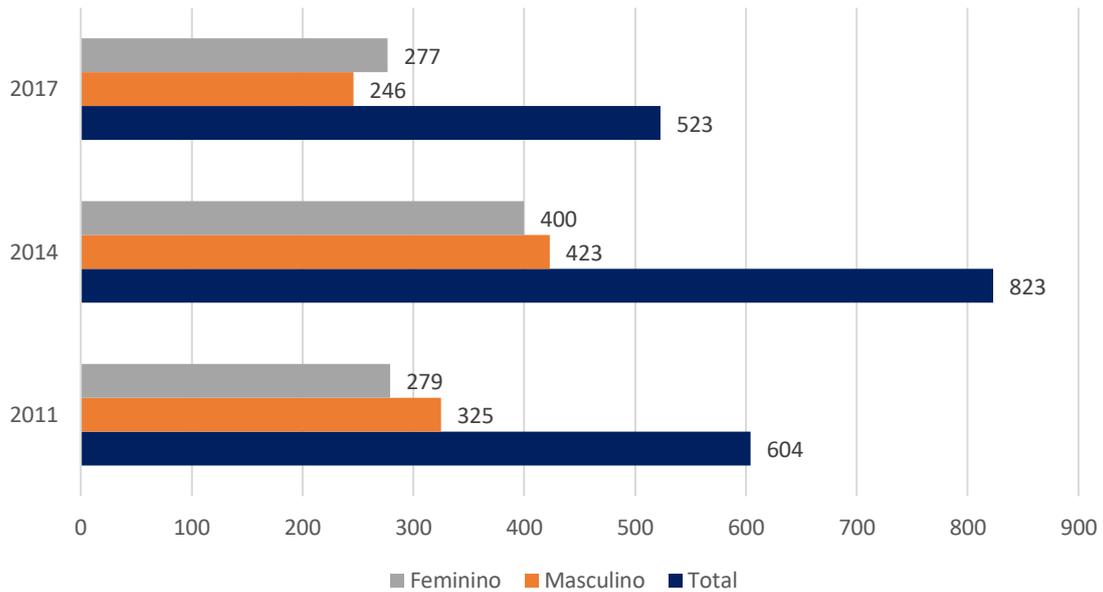
Gráfico 29 - Beneficiários com processamento de CSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: ISS, IP – Sistema de Informação da Segurança Social

Entre 2011 e 2017, o número de beneficiários de subsídio de desemprego, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, aumentou até ao ano de 2013, quando atingiu o seu valor máximo (912 beneficiários), tendo vindo a diminuir até 2017.

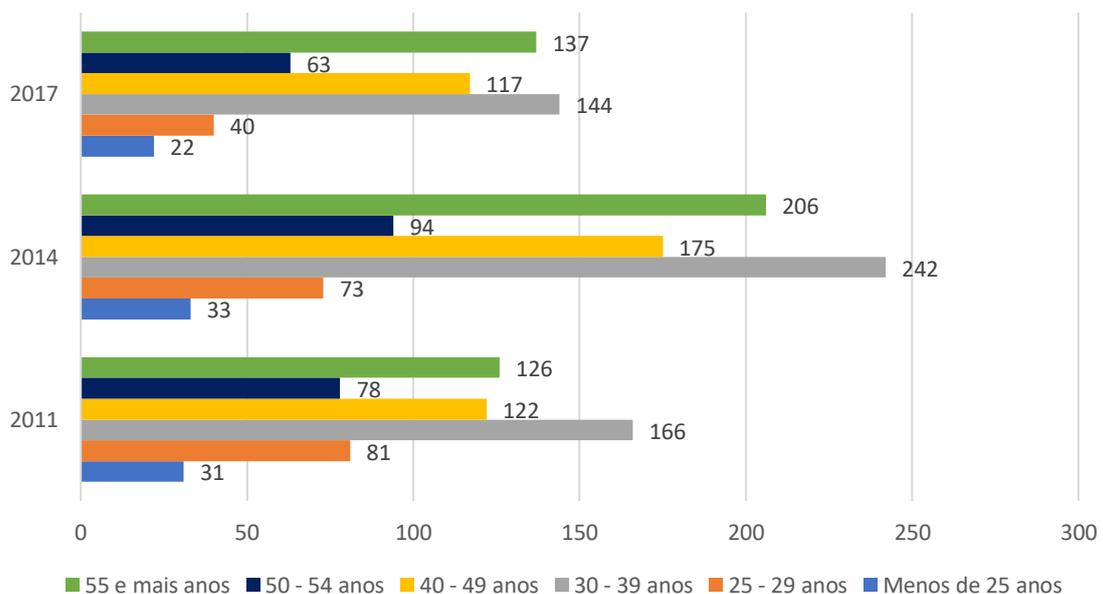
Gráfico 30 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2011, 2014 e 2017

Relativamente ao grupo etário, constata-se que, nos anos referidos tem-se registado uma diminuição do número de beneficiários de subsídio de desemprego com idades inferiores a 29 anos e um aumento do número de beneficiários com idade superior a 30 anos até 2014, ano em que o seu número começa a decrescer.

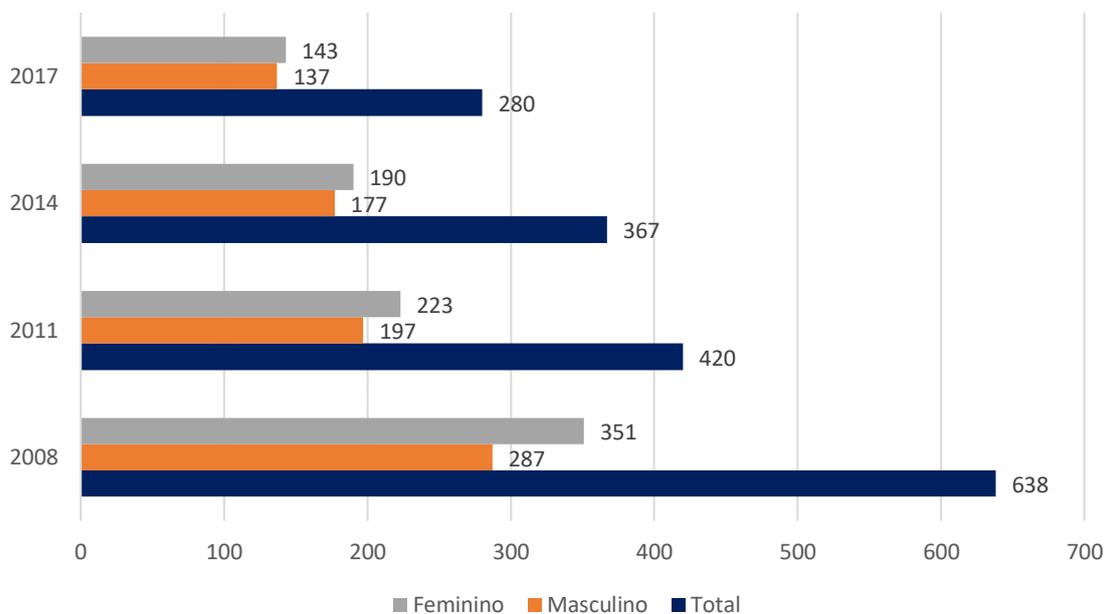
Gráfico 31 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2011, 2014 e 2017

O número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) tem vindo a diminuir desde o ano 2008. Nos anos referidos, o número de beneficiárias de RSI tem sido superior ao número de beneficiários, no entanto esta diferença tem vindo a diminuir.

Gráfico 32 - Beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)

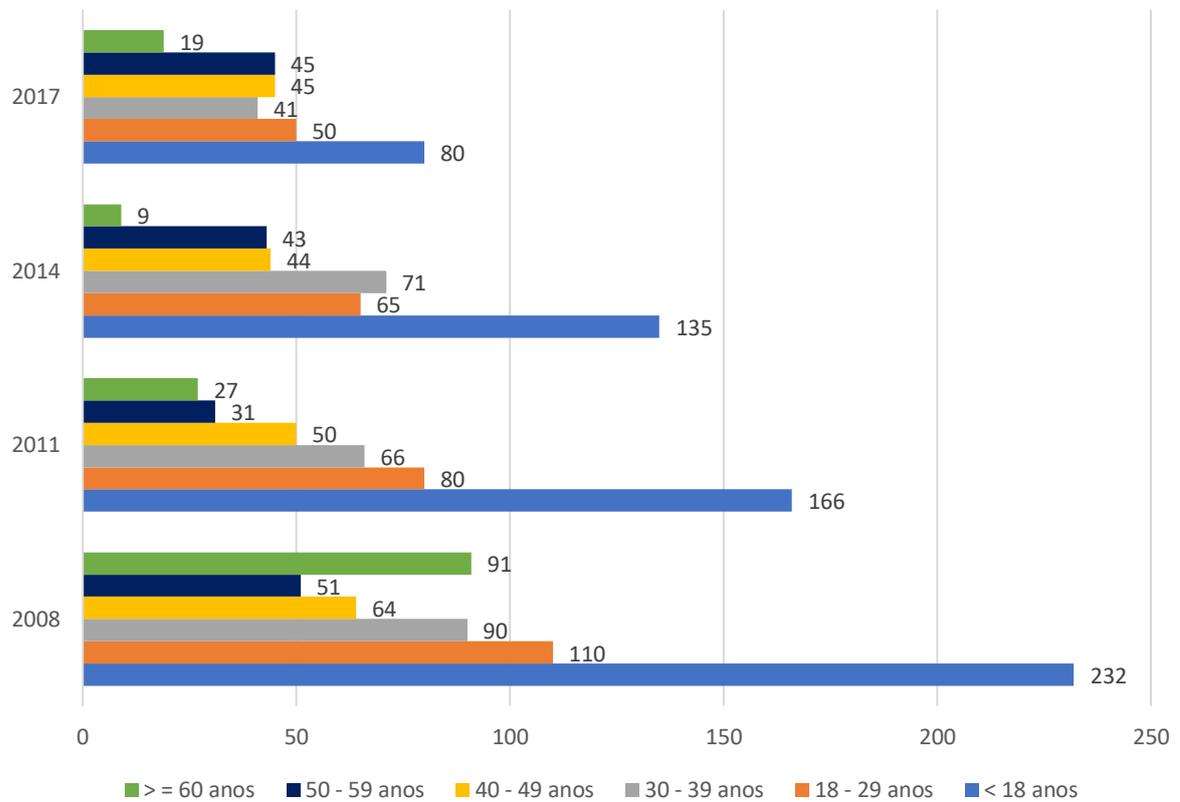


Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No que respeita ao grupo etário dos beneficiários de RSI, e nos anos referidos, verifica-se que a grande maioria tem menos de 18 anos de idade, embora seja importante destacar que, desde o ano de 2008 até 2017, se tem vindo a verificar uma diminuição gradual, mas significativa do seu número.

O número de beneficiários de RSI com idade igual ou superior a 60 anos, que no ano 2008 eram o terceiro maior grupo, registou uma diminuição acentuada até ao ano 2014. Desde 2011 este grupo etário é o que comporta menor número de beneficiários de RSI, seguido dos grupos etários entre os 40 e os 59 anos.

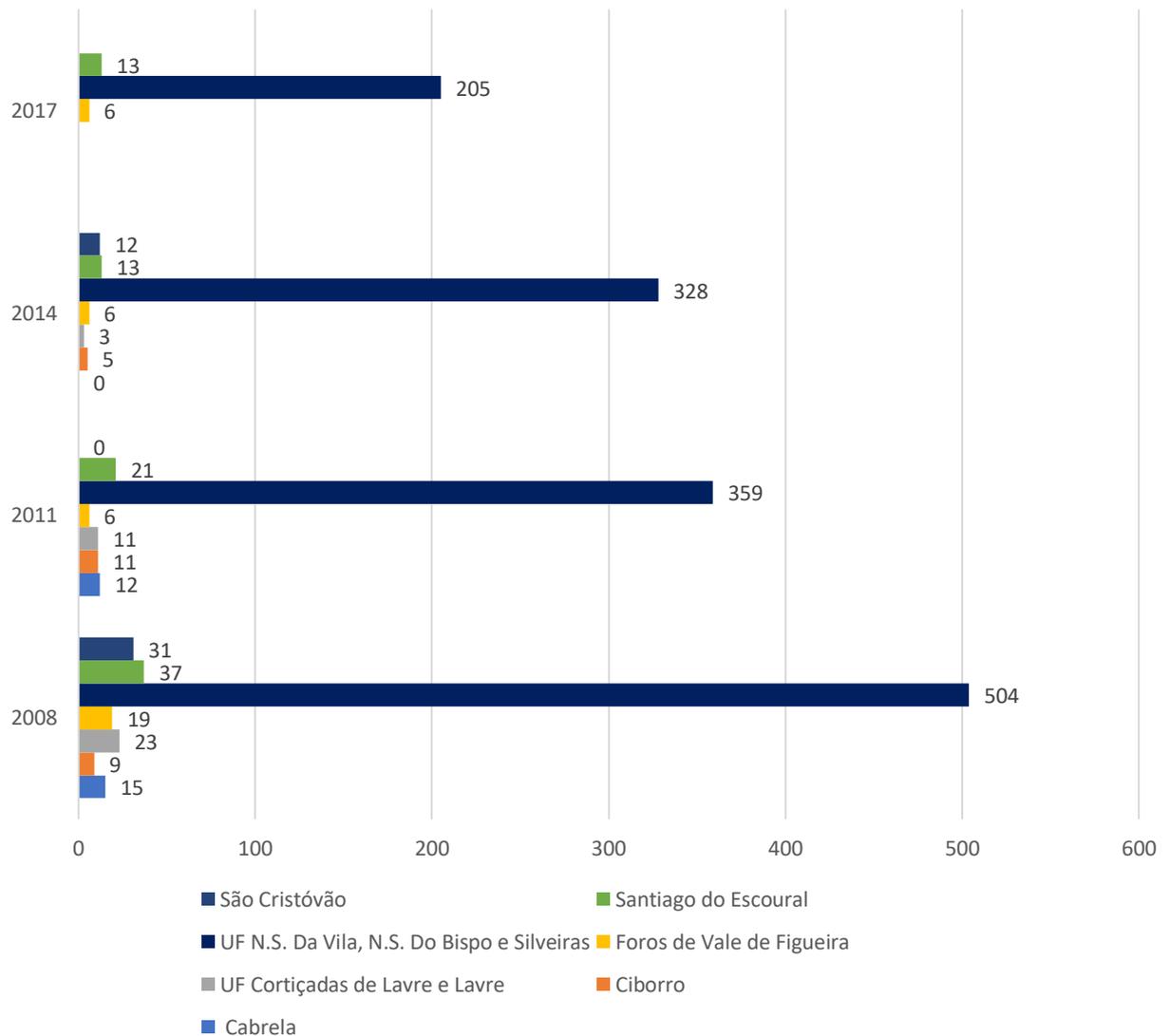
Gráfico 33 - Beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social

A grande maioria dos beneficiários de RSI reside na União de Freguesias de N. S. da Vila, N. S. do Bispo e Silveiras, seguida da freguesia de Santiago do Escoural. Entre 2008 e 2017, registou-se uma diminuição do número de residentes beneficiários de RSI em todas as freguesias e Uniões de freguesias do concelho, devendo esta redução estar associada ao processo que ocorreu em todo o país, condicionado pela alteração das regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição desta prestação, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 70/2010.

Gráfico 34 - Beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)⁹

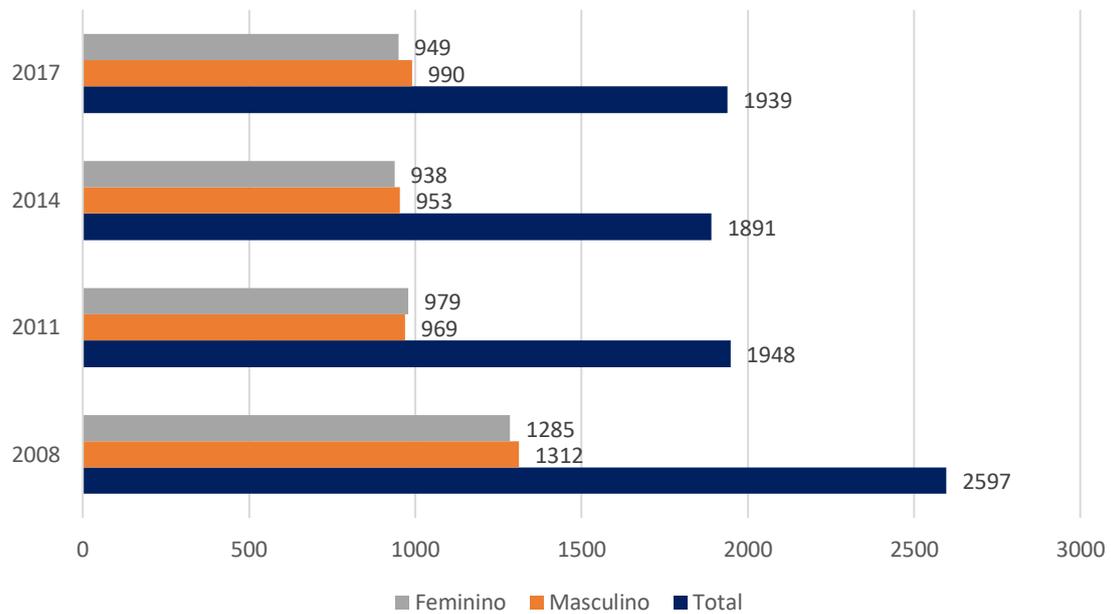


Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social

O número de titulares com processamento de Abono de Família para Crianças e Jovens diminuiu entre 2008 e 2011 (menos 649 titulares), desde então o número não tem sofrido oscilações significativas. Também não existem diferenças de género entre os titulares de Abono de Família, nos anos em questão.

⁹ No ano de 2017, os dados de algumas freguesias não foram divulgados por violarem o segredo estatístico

Gráfico 35 - Titulares com processamento de Abono de Família para Crianças e Jovens, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o sexo, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)

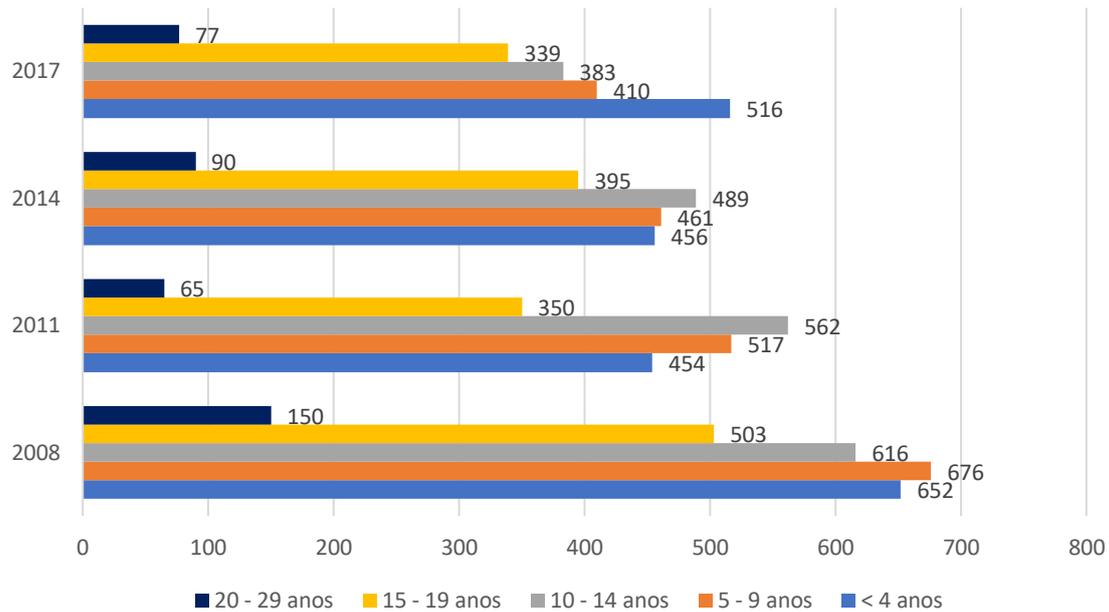


Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Relativamente ao grupo etário dos titulares desta prestação social, nos anos referidos, são as crianças até aos dez anos que representam a grande maioria dos beneficiários e, em menor número encontram-se os jovens entre os vinte e os vinte e nove anos.

O número de beneficiários menores de quatro anos diminuiu entre 2008 e 2011, tendo sofrido um aumento em 2017. O número de beneficiários entre os cinco e os dezanove anos foi sofrendo uma diminuição ao longo dos anos referidos.

Gráfico 36 - Titulares com processamento de Abono de Família para Crianças e Jovens, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o grupo etário, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)

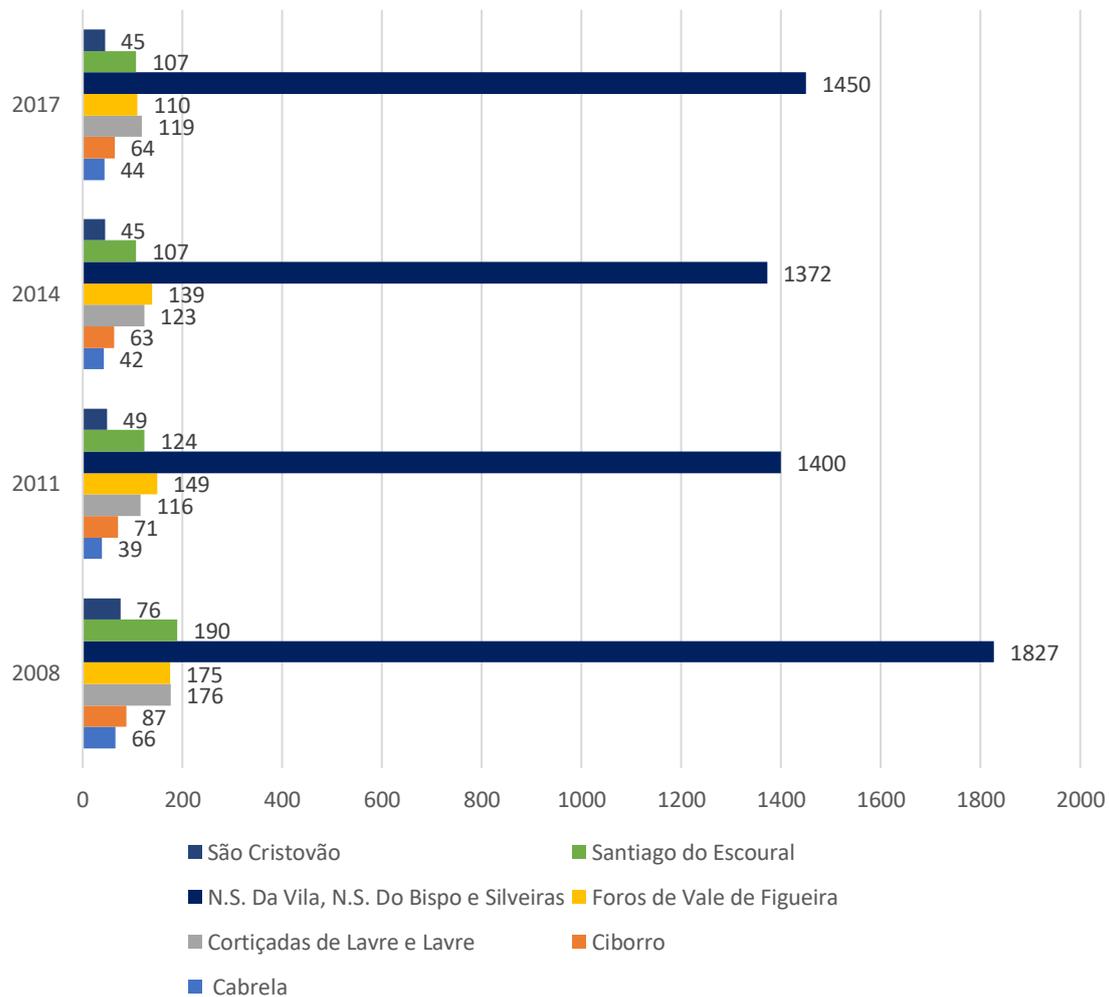


Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social

A grande maioria dos beneficiários desta prestação social reside na União de freguesias de N.S. da Vila, N.S. do Bispo e Silveiras, seguida das freguesias de Santiago do Escoural, União de freguesias de Cortiçadas do Lavre e Lavre e Foros de Vale de Figueira.

Entre 2008 e 2011 registou-se uma diminuição de quatrocentos e vinte e sete titulares de Abono de Família na União de freguesias de N.S. da Vila, N.S. do Bispo e Silveiras, nas restantes freguesias não se registaram variações significativas nos períodos em questão.

Gráfico 37 - Titulares com processamento de Abono de Família para Crianças e Jovens, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo a freguesia, nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 (N.º)



Fonte: ISS, IP – Sistema de Estatísticas da Segurança Social

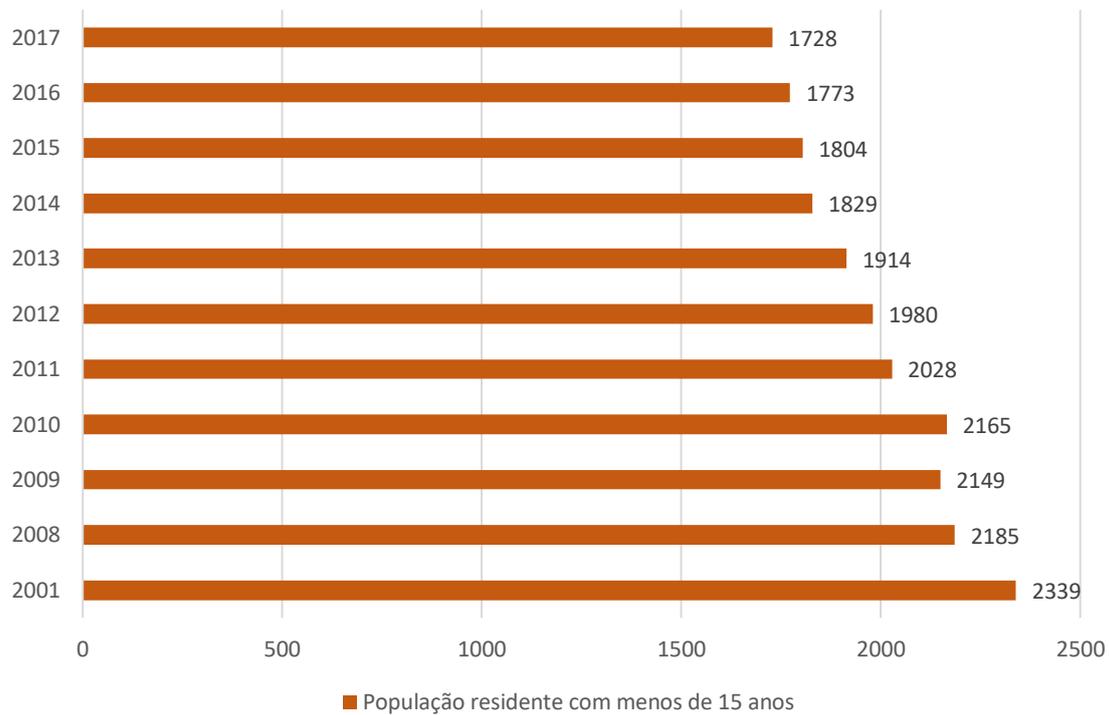
5.2 Grupos Vulneráveis

5.2.1 Crianças e Jovens

O número de crianças e jovens, com menos de 15 anos de idade, residentes no concelho de Montemor-o-Novo, tem vindo a diminuir nas últimas duas décadas.

De acordo com os valores estimados pelo PORDATA, em dezembro de 2017 residiam no concelho aproximadamente mil setecentas e trinta crianças e jovens, menos 14,79% que no ano 2011.

Gráfico 38 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2017 (N.º)



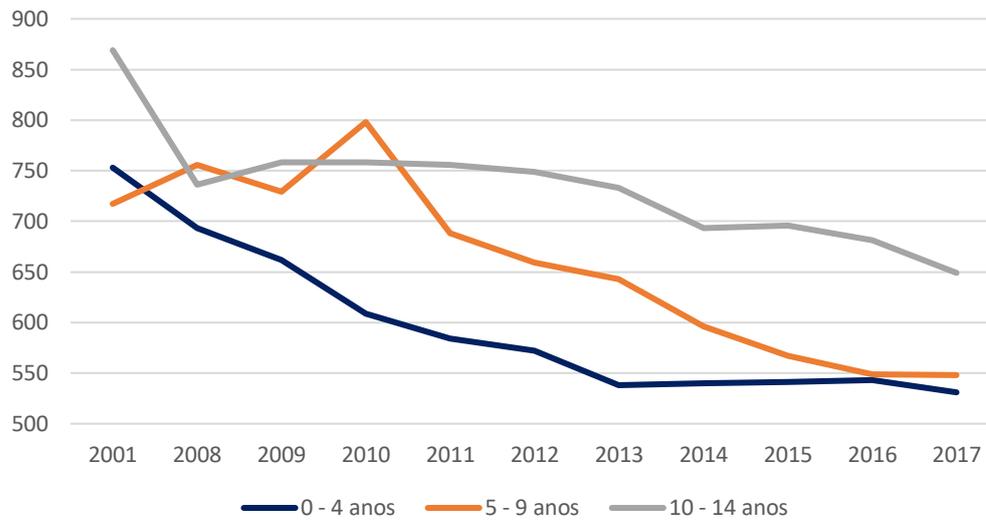
Fonte: PORDATA

Ao analisar a evolução da população residente com menos de 15 anos, nos últimos dezasseis anos, é possível verificar que tem sido registado um decréscimo gradual no número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos de idade, sendo que, entre 2001 e 2011 a variação foi de menos 22,44%.

O número de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos atingiu o seu pico máximo no ano 2010 (798 crianças), ano a partir do qual se registou um decréscimo mais acentuado. Entre 2011 e 2017, registaram-se menos vinte crianças, por cada cem, do referido grupo etário.

Entre 2001 e 2008, observou-se uma diminuição do número de crianças e jovens entre os 10 e os 14 anos (cento e vinte e três). Desde 2008, tem sido registada um decréscimo gradual deste grupo etário.

Gráfico 39 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2017 (N.º)



Fonte: PORDATA

Tabela 43 - Variação percentual da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (2001-2011 e 2011-2017) (%)

	Total	0 – 4 anos	5 – 9 anos	10 – 14 anos
2001 - 2011	-13,30	-22,44	-4,04	-13,00
2011 - 2017	-14,79	-9,08	-20,35	-14,15

Fonte: PORDATA

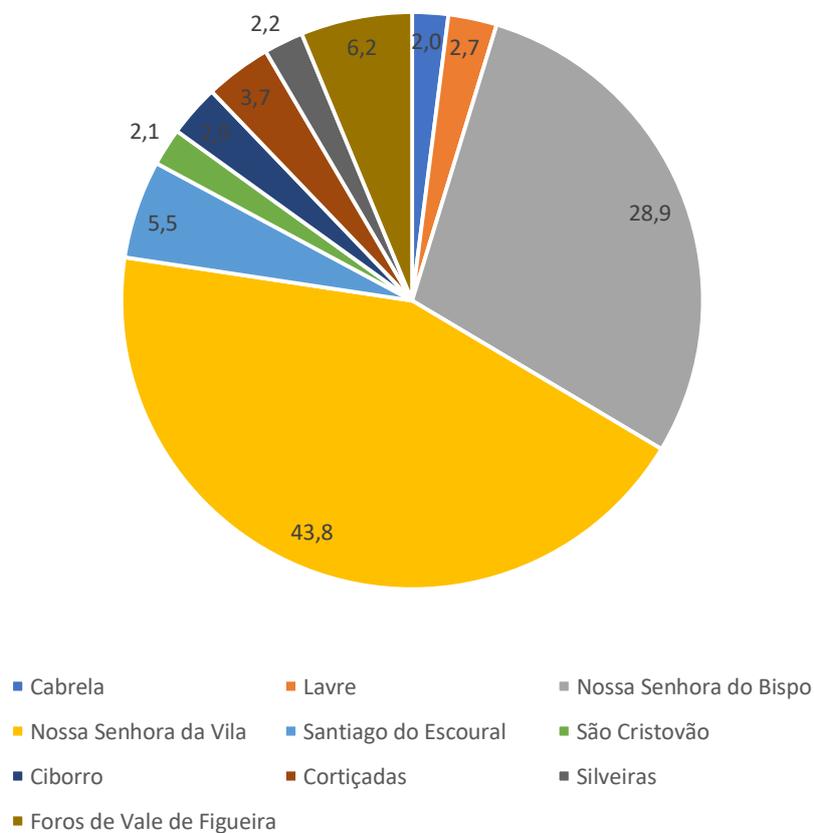
De acordo com os dados dos Censos 2011, as freguesias onde se encontravam maior número de residentes com idades inferiores a 15 anos foram Nossa Senhora da Vila (43,8%: 917), Nossa Senhora do Bispo (28,9%: 605), Foros de Vale de Figueira (6,2%: 129) e Santiago do Escoural (5,5%: 116). Não foram registadas diferenças de género significativas. Através da análise da população com idade inferior a 15 anos em cada freguesia, destaca-se que as freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Foros de Vale de Figueira são as que apresentam maior percentagem de população jovem (15,11%, 12,27% e 12,06%, respetivamente).

Tabela 44 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, segundo o sexo, por freguesia (N.º) (2011)

	Total		Masculino	Feminino
	N.º	%		
Montemor-o-Novo	2095	12,13	1072	1023
Cabrela	42	6,47	22	20
Lavre	56	7,57	31	25
Nossa Senhora do Bispo	605	12,27	317	288
Nossa Senhora da Vila	917	15,11	469	448
Santiago do Escoural	116	8,69	58	58
São Cristóvão	44	8,15	20	24
Ciborro	61	8,54	27	34
Cortiçadas	78	9,50	38	40
Silveiras	47	8,29	26	21
Foros de Vale de Figueira	129	12,06	64	65

Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico 40 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (2011) (%)



Fonte: INE – Censos 2011

Nos anos 2011, 2014 e 2017, o concelho de Montemor-o-Novo registou valores do Índice de Dependência de Jovens inferiores aos obtidos a nível nacional e das regiões do Alentejo e Alentejo Central. É também dos municípios da Região do Alentejo Central com valores mais baixos. No ano de 2017, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente dezoito residentes com idade inferior a 15 anos.

Tabela 45 - Índice de Dependência de Jovens dos municípios da Região do Alentejo Central (2011, 2014, 2017) (%)

	2011	2014	2017
Portugal	22,7	22,1	21,5
Alentejo	21,7	21,2	20,5
Alentejo Central	21,1	20,5	20,1
Alandroal	19,3	17,9	18,0
Arraiolos	20,3	19,2	18,4
Borba	18,5	18,8	18,1
Estremoz	19,0	18,2	18,1
Évora	22,0	21,8	21,7
Montemor-o-Novo	19,6	18,6	18,4
Mora	17,7	17,3	17,5
Mourão	25,0	23,0	21,5
Portel	21,0	20,9	18,9
Redondo	21,6	20,8	20,1
Reguengos de Monsaraz	22,8	21,8	21,1
Vendas Novas	22,6	21,9	21,3
Viana do Alentejo	23,9	21,1	20,5
Vila Viçosa	19,5	18,8	18,1

Fonte: PORDATA

Montemor-o-Novo é um dos cinco concelhos do Distrito de Évora que não tem uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Atualmente, as situações de risco são acompanhadas no território pela equipa de Intervenção Precoce e pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da Cercimor, bem como, pela equipa da resposta social Atendimento e Acompanhamento Social “Família e Comunidade”, da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo e por técnicos da Segurança Social.

As situações mais graves e de grande complexidade que não são possíveis de acompanhar ou resolver na intervenção de primeira linha, por não haver a colaboração das famílias ou por existir perigo eminente, e cujo acompanhamento pelos técnicos existentes no território não é possível, são sinalizadas para o Ministério Público, que através da Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais (EMAT) realiza as diligências necessárias.

À data do mês de janeiro de 2019 encontravam-se a decorrer 36 processos na EMAT referentes a menores residentes no concelho de Montemor-o-Novo. No referido período, 67 menores encontravam-se com Processos de Promoção e Proteção, sendo que as tipologias de perigo com

maior número de sinalizações eram referentes a negligência parental, absentismo escolar e violência doméstica.

Tabela 46 – Menores com Processo de Promoção e Proteção por Tipologia de Problemática (janeiro de 2019) (N.º)

Tipologia de problemática	N.º de menores
Negligência parental	16
Absentismo escolar	15
Violência doméstica	9
Desorganização familiar	8
Comportamentos desviantes	5
Demissão/ incapacidade familiar	3
Incumprimento das responsabilidades parentais	3
Negligência na habitação	2
Sintomatologia psiquiátrica grave / Doença mental	2
Conflito intrafamiliar com queixa na GNR	1
Instabilidade psicológica	1
Denúncia de negligência	1
Transferência	1
Total	67

Fonte: EMAT/NIJ, CD ISS, IP – janeiro de 2019

Tabela 47 – Menores com processo na EMAT, por Tipologia de Processo (janeiro de 2019) (N.º)

Processos Administrativos (PA)		Processos de Promoção e Proteção		Total
N.º de PA	11	N.º de PP	25	36 Processos
N.º de menores abrangidos	15	Nº de menores abrangidos	35	50 Menores abrangidos

Fonte: EMAT/NIJ, CD ISS, IP – janeiro de 2019

O CAFAP é uma resposta social que intervém de forma próxima e sistémica ao nível do diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, mediante a promoção de uma parentalidade positiva, com vista à salvaguarda dos interesses e bem-estar das crianças e dos jovens. A intervenção do CAFAP visa a qualificação familiar através da valorização de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, tendo em consideração o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar.

Em janeiro de 2019, o CAFAP da Cercimor acompanhava 44 crianças e jovens (e suas famílias) e 3 famílias aguardavam admissão na resposta social. O número de famílias acompanhadas pelo CAFAP excede, atualmente, a sua capacidade (23 famílias) para a modalidade Preservação Familiar (fonte, CD ISS, IP – 2019).

A maioria das crianças e jovens acompanhadas é do sexo masculino (26) e têm 17, 14 e 16 anos de idade (8, 7, 6 jovens, respetivamente).

Tabela 48 – Crianças e jovens acompanhadas pelo CAFAP, segundo idade e sexo (janeiro de 2019) (N.º)

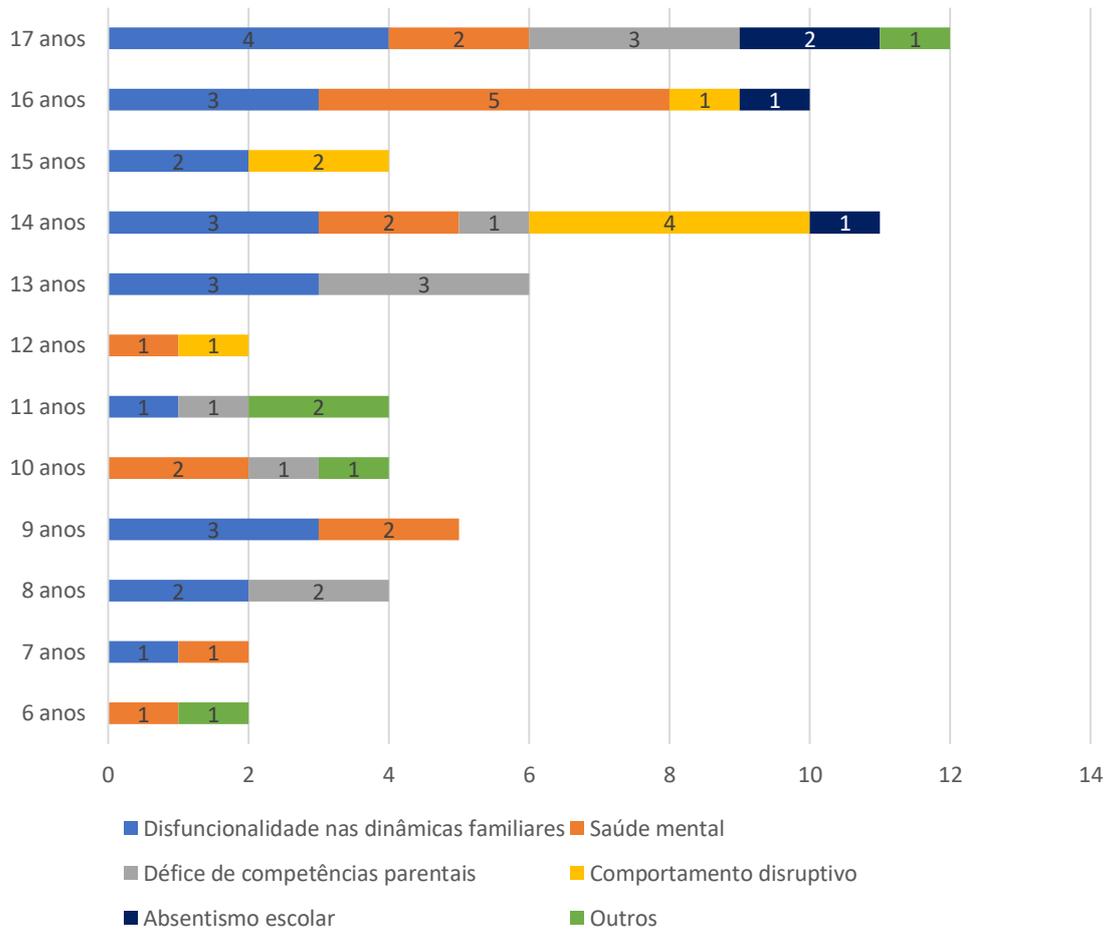
Idade	Sexo		Total
	M	F	
6 anos	1	0	1
7 anos	1	1	2
8 anos	0	2	2
9 anos	2	1	3
10 anos	2	2	4
11 anos	1	2	3
12 anos	1	1	2
13 anos	4	0	4
14 anos	4	3	7
15 anos	1	1	2
16 anos	3	3	6
17 anos	6	2	8
Total	26	18	44

Fonte: CAFAP da Cercimor – janeiro de 2019

Relativamente às problemáticas que fundamentam o acompanhamento das crianças e jovens pelo CAFAP, salienta-se a “disfuncionalidade nas dinâmicas familiares” (presente em 22 das 44 situações em acompanhamento), questões relacionadas com a “saúde mental” (presentes em 16 situações), o “défice de competências parentais” (presente em 11 situações), o “comportamento disruptivo (presente em 8 situações), o “absentismo escolar” (presente em 4 situações) e ainda questões relacionadas com dependências (alcooolismo e toxicodependência), processo de luto e conflito entre ambos os progenitores.

As problemáticas relacionadas com a “saúde mental”, “disfuncionalidade nas dinâmicas familiares” e “défice de competências parentais” não se encontram associadas a nenhum grupo etário específico, sendo inclusivé transversais a quase todas as idades das crianças em acompanhamento. As problemáticas associadas a “comportamentos disruptivos” e ao “absentismo escolar” encontram-se referenciadas a partir dos 12 anos e 14 anos, respetivamente.

Gráfico 41 – Problemáticas referenciadas por idade das crianças e jovens em acompanhamento no CAFAP (janeiro de 2019) (N.º)



Fonte: CAFAP da Cercimor – janeiro de 2019

• Outros recursos na área das crianças e jovens

De acordo com a Carta Social (atualizada em janeiro/ fevereiro de 2019), no concelho de Montemor-o-Novo existem as seguintes respostas sociais direcionadas para as crianças e jovens: Creche, Educação Pré-escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), Lar de Infância e Juventude e Intervenção Precoce.

No total, são 19 as respostas para crianças e jovens, 57,9% da rede solidária (11 respostas) e 42,1% da rede pública (8 respostas). É na União de freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras que se concentra o maior número de respostas (11 respostas), seguida da União de freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre (3 respostas), na freguesia de Cabrela não se encontra sediada nenhuma resposta social.

Em todas as freguesias e Uniões de freguesias (com exceção da freguesia de Cabrela) existe a resposta de Educação Pré-escolar (na sua maioria, da rede pública), a resposta de Creche existe na freguesia de Ciborro e nas UF de Cortiçadas de Lavre e Lavre, e N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do

Bispo e Silveiras, e a resposta de CATL apenas existe na UF de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras.

Tabela 49 – Respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º)

Território	Respostas sociais para crianças e jovens				
	CATL	Creche	Pré-escolar		
	Rede solidária	Rede Solidária	Total	Rede Solidária	Rede Pública
Montemor-o-Novo	2	4	11	3	8
Cabrela	0	0	0	0	0
Ciborro	0	1	1	1	0
Foros de Vale de Figueira	0	0	1	0	1
Santiago do Escoural	0	0	1	0	1
São Cristóvão	0	0	1	0	1
UF Cortiçadas de Lavre e Lavre	0	1	2	0	2
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	2	2	5	2	3

Fonte: Carta Social (consultada a 12 de Março de 2019)

Para além da resposta social CAFAP, referida anteriormente, a Cercimor também tem a resposta “Intervenção precoce”, com capacidade para 80 utentes, embora atualmente tenha excedido a mesma e se encontre a acompanhar 88 crianças.

A resposta social “Lar de Infância e Juventude” é promovida pela Associação de Solidariedade Social – Porta Mágica, tem capacidade para 20 crianças e jovens e, atualmente, a sua ocupação é total.

Tabela 50 – Respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º)

Território	Respostas sociais para crianças e jovens	
	Intervenção precoce	Lar de Infância e Juventude
	Rede Solidária	Rede Solidária
Montemor-o-Novo	1	1
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	1	1

Fonte: Carta Social (consultada a 12 de Março de 2019)

Tabela 51 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º)

Território	Respostas sociais para crianças e jovens			
	Intervenção precoce		Lar de Infância e Juventude	
	Capacidade	Ocupação	Capacidade	Ocupação
Montemor-o-Novo	80	88	20	20
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	80	88	20	20

Fonte: Carta Social (consultada a 12 de Março de 2019)

Relativamente aos restantes equipamentos da rede solidária e pública, estes apresentam uma capacidade de resposta para 674 crianças: 174 em Creche, 430 em Pré-escolar e 70 em CATL.

Nos últimos anos tem-se verificado um investimento da Administração Central na Educação Pré-escolar, de forma a garantir o ensino público para crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Montemor-o-Novo não é exceção. No concelho encontram-se em funcionamento 8 estabelecimentos de Educação Pré-escolar da rede pública, que responderam a um total de 204 e 211 crianças nos anos letivos 2016/17 e 2017/18, respetivamente (Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2017 e Carta Social, 2019).

Atualmente a ocupação do número total de equipamentos com as referidas respostas sociais encontra-se na ordem dos 82,1% nos equipamentos da rede solidária (73% em Creche, 84,6% em Pré-escolar e 100% em CATL) e na ordem dos 70,3% nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública.

Tabela 52 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º) (Cont.)

Território	Respostas sociais para crianças e jovens			
	CATL		Creche	
	Capacidade	Ocupação	Capacidade	Ocupação
Montemor-o-Novo	70	70	174	127
Cabrela	0	0	0	0
Cíborro	0	0	10	7
Foros de Vale de Figueira	0	0	0	0
Santiago do Escoural	0	0	0	0
São Cristóvão	0	0	0	0
UF Cortiçadas de Lavre e Lavre	0	0	37	10
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	70	70	127	110

Fonte: Carta Social (consultada a 12 de Março de 2019)

Tabela 53 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para crianças e jovens no concelho de Montemor-o-Novo (março de 2019) (N.º) (Conclusão)

Território	Respostas sociais para crianças e jovens					
	Pré-escolar					
	Rede Solidária		Rede Pública		Total	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Montemor-o-Novo	130	110	300	211	430	321
Cabrela	0	0	0	0	0	0
Cíborro	23	10	0	0	23	10
Foros de Vale de Figueira	0	0	25	19	25	19
Santiago do Escoural	0	0	25	17	25	17
São Cristóvão	0	0	25	3	25	3
UF Cortiçadas de Lavre e Lavre	0	0	50	29	50	29
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	107	100	175	143	282	243

Fonte: Carta Social (consultada a 12 de Março de 2019)

É importante destacar que, para além dos serviços prestados pelas respostas sociais referidas anteriormente, existem no território programas e projetos que intervêm com a população jovem, nomeadamente:

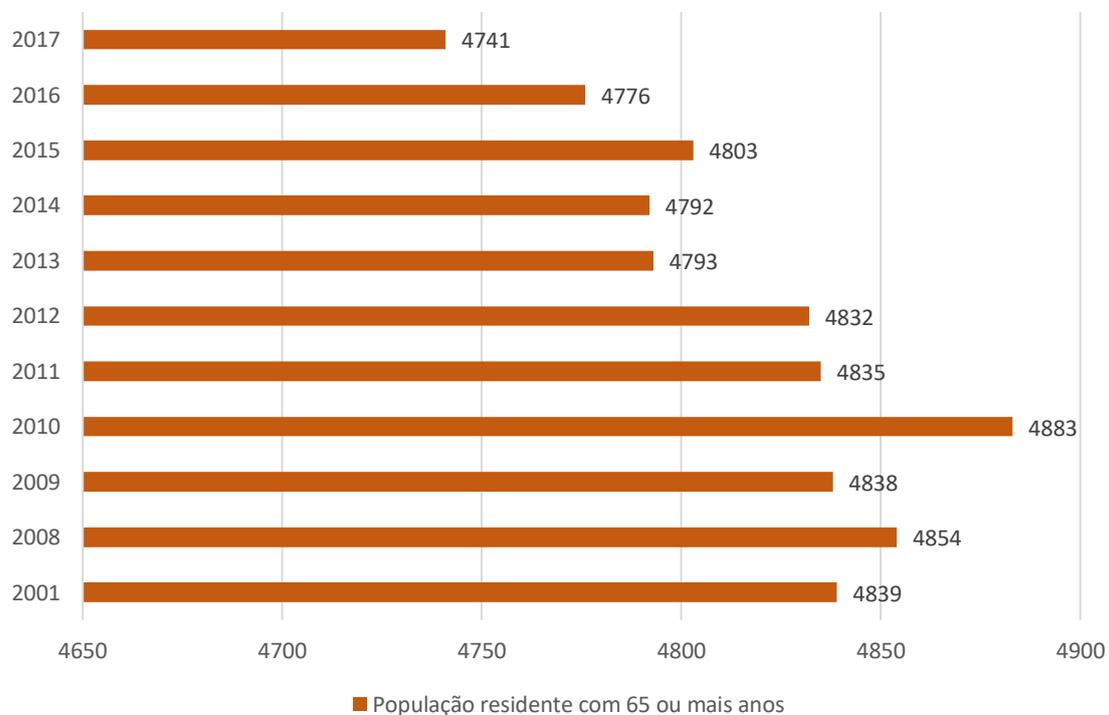
- Escola de Ballet – é da responsabilidade da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e promove o ensino da prática de ballet a crianças a partir dos 4 anos de idade;
- Oficina do Canto – tem como objetivo fomentar o gosto pela música e pelo canto nas crianças e jovens a partir dos 4 anos de idade;
- Oficina da Criança – é um projeto promovido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, que tem como objetivo a ocupação de tempos livres de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos numa vertente de desenvolvimento sócio-cultural e que privilegia a expressão criadora e lúdica;
- Projeto “À Descoberta das 4 Cidades” – projeto que tem como objetivo o intercâmbio entre os alunos e as escolas envolvidas, bem como, a promoção da igualdade de oportunidades e partilha de vivências e aprendizagens;
- Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior – esta iniciativa é promovida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;
- Centro Juvenil – Espaço de convívio e dinamização de atividades para a população jovem do concelho;
- Escolas e Escolinhas de Desporto – projeto de animação desportiva, dinamizado pela autarquia em parceria com as Juntas de Freguesia, para crianças entre os 4 e os 13 anos de idade.

5.2.2 Pessoas Idosas

Entre 2001 e 2017, o número de pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho de Montemor-o-Novo foi sofrendo oscilações. No ano 2010 registou-se o número mais elevado de pessoas idosas a residir no concelho (quatro mil oitocentas e oitenta e três pessoas) e no ano 2017, estima-se o registo do menor número de residentes deste grupo etário (quatro mil setecentos e quarenta e uma pessoas).

Entre os períodos 2001/2011 e 2011/2017 a variação do número de pessoas idosas registada foi negativa.

Gráfico 42 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2017 (N.º)



Fonte: PORDATA

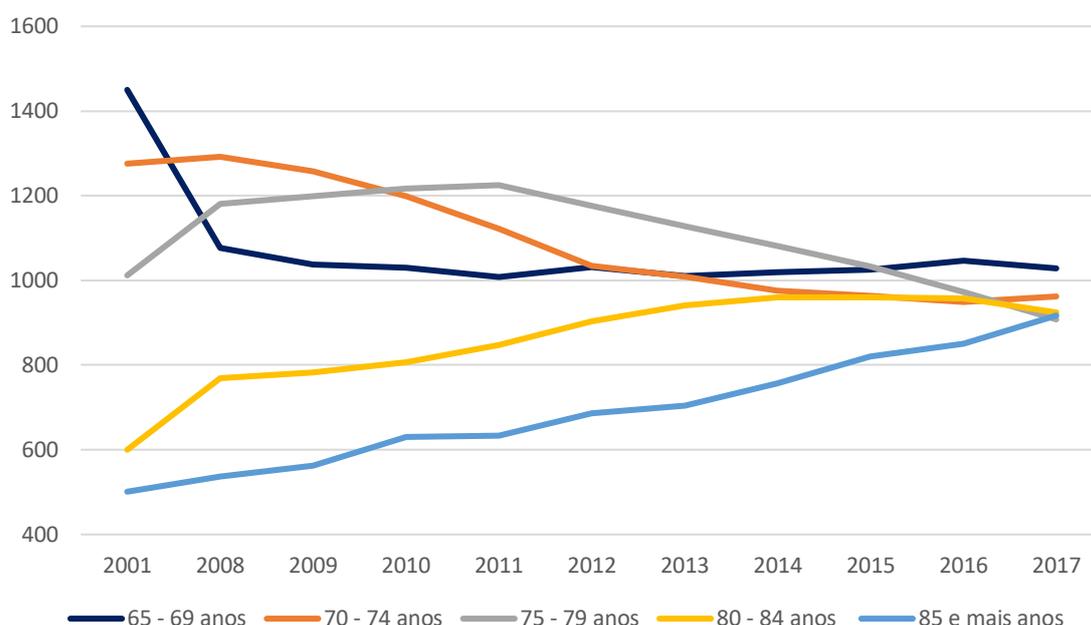
Relativamente à evolução dos vários grupos etários, que integram o grupo das pessoas idosas, constata-se o aumento gradual do número de pessoas com 80 ou mais anos, desde o ano 2001. Nos períodos entre 2001/2011 e 2011/2017, foi registada uma variação positiva no grupo etário de pessoas com mais de 80 anos, sendo que a maior variação registada ocorreu no grupo etário dos 85 e mais anos, com o aumento de, aproximadamente, quarenta e cinco pessoas por cada cem da referida faixa etária.

A variação negativa mais acentuada verificou-se no grupo de pessoas entre os 65 e os 69 anos, com uma perda de, aproximadamente, trinta pessoas por cada cem, entre 2001 e 2011.

Destaca-se também o grupo de pessoas com idades compreendidas entre os 70 e os 74 anos de idade, que tem vindo a decrescer de forma gradual, entre 2001 e 2017.

Através do gráfico 43 é visível a diluição da diferença existente entre o número de pessoas idosas dos vários grupos etários. No ano 2001, a maioria das pessoas idosas tinha entre 65 e 79 anos de idade e a minoria tinha mais de 80 anos de idade. No ano 2017, os valores estimados apontam para um número aproximado de pessoas idosas dos vários grupos etários, resultado da diminuição do número de pessoas idosas mais jovens e do aumento da longevidade.

Gráfico 43 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2017 (N.º)



Fonte: PORDATA

Tabela 54 - Variação percentual da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário (2001-2011 e 2011-2017) (%)

	Total	65 – 69 anos	70 – 74 anos	75 – 79 anos	80 – 84 anos	85 e + anos
2001 - 2011	-0,08	-30,48	-12,07	21,05	41,17	26,35
2011 - 2017	-1,94	2,08	-14,26	-25,88	9,21	44,87

Fonte: PORDATA

Segundo os dados dos Censos 2011, o número de pessoas idosas do sexo feminino residentes no concelho era superior ao número de pessoas idosas do sexo masculino. Este facto também se verificou em todas as freguesias do concelho.

No ano 2011, o número de pessoas idosas com mais de 75 anos foi superior ao número de pessoas idosas com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos.

As freguesias de Nossa Senhora do Bispo (26,8%: 1343 pessoas), Nossa Senhora da Vila (26,7%: 1335 pessoas) e Santiago do Escoural (9,8%: 490 pessoas) são onde se encontram a residir a maioria das pessoas idosas. Nas freguesias de São Cristóvão e Lavre reside um número de pessoas com mais de 75 anos significativamente superior ao número de pessoas com idades compreendidas entre 65 e 74 anos, sendo que nas freguesias de Cortiçadas e Silveiras se regista um número próximo de residentes dos dois grupos etários (65-74 anos e mais de 75 anos).

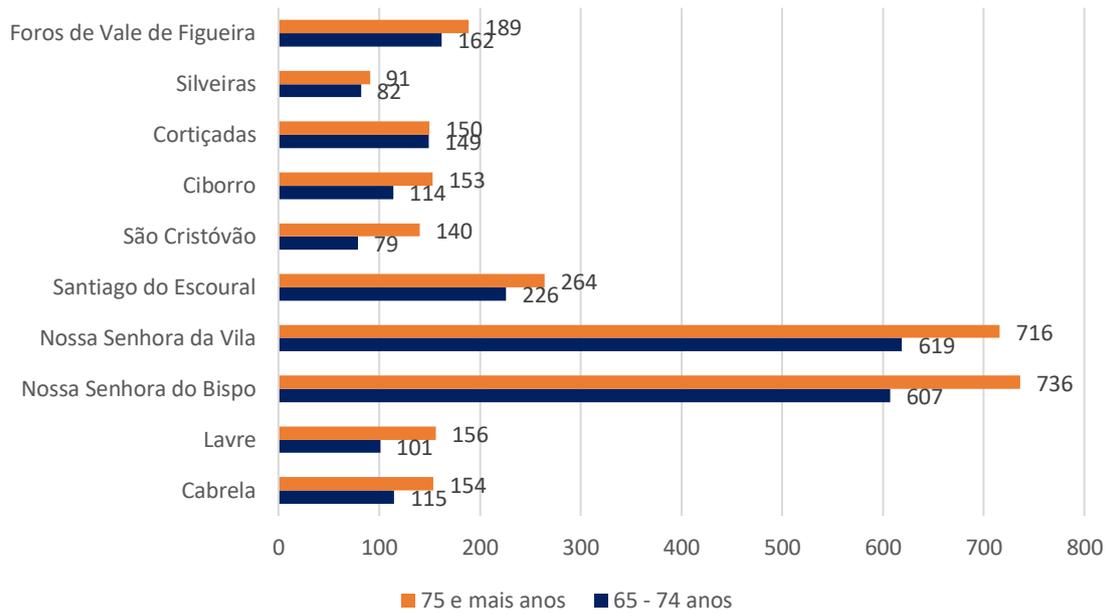
No ano 2011, as freguesias de Cabrela e São Cristóvão eram as mais envelhecidas, pois 41,45% e 40,56% (respetivamente) da sua população residente tinha idade igual ou superior a 65 anos.

Tabela 55 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário, por freguesia (N.º) (2011)

	Total		Total		Entre 65 e 74 anos		Com mais de 75 anos	
	N.º	%	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Montemor-o-Novo	5003	28,96	2209	2794	977	1277	1232	1517
Cabrela	269	41,45	117	152	41	74	76	78
Lavre	257	34,73	113	144	47	54	66	90
Nossa Senhora do Bispo	1343	27,24	581	762	258	349	323	413
Nossa Senhora da Vila	1335	21,99	605	730	290	329	315	401
Santiago do Escoural	490	36,70	212	278	95	131	117	147
São Cristóvão	219	40,56	87	132	28	51	59	81
Ciborro	267	37,39	124	143	47	67	77	76
Cortiçadas	299	36,42	129	170	63	86	66	84
Silveiras	173	30,51	77	96	32	50	45	46
Foros de Vale de Figueira	351	32,80	164	187	76	86	88	101

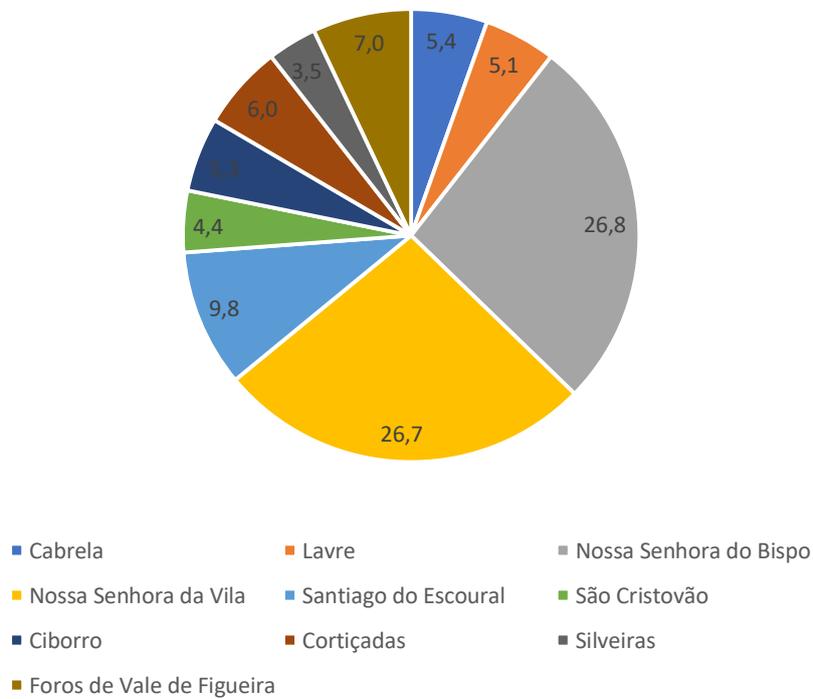
Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico 44 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o grupo etário, por freguesia (2011) (N.º)



Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico 45 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)



Fonte: INE – Censos 2011

Nos anos 2011, 2014 e 2017, o concelho de Montemor-o-Novo registou valores do Índice de Dependência de Idosos superiores aos obtidos a nível nacional e das regiões do Alentejo e Alentejo Central. É também o terceiro município da Região do Alentejo Central com valores mais elevados. O valor do Índice de Dependência de Idosos tem vindo a aumentar nos anos referidos, sendo que, no ano de 2017, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente cinquenta residentes com idade igual ou superior a 65 anos.

A mesma tendência é visível para o Índice de Envelhecimento. O concelho de Montemor-o-Novo, registou nos três anos referidos, valores superiores aos registados a nível nacional e nas Regiões do Alentejo e Alentejo Central. No ano 2017, é o terceiro município da Região do Alentejo Central com valores mais elevados do Índice de Envelhecimento, sendo que se estima que, por cada cem residentes com menos de 15 anos existam, aproximadamente, duzentas e setenta e duas pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Tabela 56 - Índice de dependência de idosos e Índice de envelhecimento dos municípios da Região do Alentejo Central (2011, 2014, 2017) (%)

	Índice de dependência			Índice de envelhecimento		
	2011	2014	2017	2011	2014	2017
Portugal	28,5	30,7	32,9	125,8	138,6	153,2
Alentejo	37,8	38,9	40,4	174,1	183,6	197,0
Alentejo Central	38,5	39,6	41,4	182,2	193,5	206,1
Alandroal	52,5	49,8	51,3	272,6	278,4	284,7
Arraiolos	42,2	43,1	44,5	208,0	224,3	242,1
Borba	42,3	43,2	45,2	228,1	229,5	249,1
Estremoz	47,6	47,2	49,4	250,0	259,4	272,6
Évora	30,1	32,5	35,1	136,7	149,0	161,6
Montemor-o-Novo	46,4	47,7	50,0	236,9	256,1	271,8
Mora	53,6	53,5	55,2	302,4	309,1	315,4
Mourão	37,3	35,1	34,8	148,8	153,1	161,9
Portel	44,0	45,6	45,2	210,0	218,2	239,5
Redondo	39,4	39,0	39,9	182,6	187,5	198,3
Reguengos de Monsaraz	38,9	38,7	39,4	170,3	177,2	187,2
Vendas Novas	40,9	44,6	46,6	181,2	203,5	218,6
Viana do Alentejo	38,7	36,7	34,7	161,6	173,6	169,6
Vila Viçosa	34,4	34,7	36,4	176,1	184,2	201,6

Fonte: PORDATA

De acordo com os dados dos Censos 2011, a freguesia que apresenta maior Índice de Dependência de Idosos e maior Índice de Envelhecimento é a freguesia de Cabrela, e inversamente, é a freguesia de Nossa Senhora da Vila que regista os menores valores dos respetivos Índices.

Tabela 57 - Índice de dependência de idosos e Índice de envelhecimento do concelho de Montemor-o-Novo, por freguesias (2011) (N.º)

	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
Montemor-o-Novo	48,4	238,8
Cabrela	79,6	640,5
Lavre	60,2	458,9
Nossa Senhora do Bispo	45,0	222,0
Nossa Senhora da Vila	35,0	145,6
Santiago do Escoural	67,2	422,4
São Cristóvão	79,1	497,7
Ciborro	69,2	437,7
Cortiçadas	67,3	383,3
Silveiras	49,9	368,1
Foros de Vale de Figueira	59,5	272,1

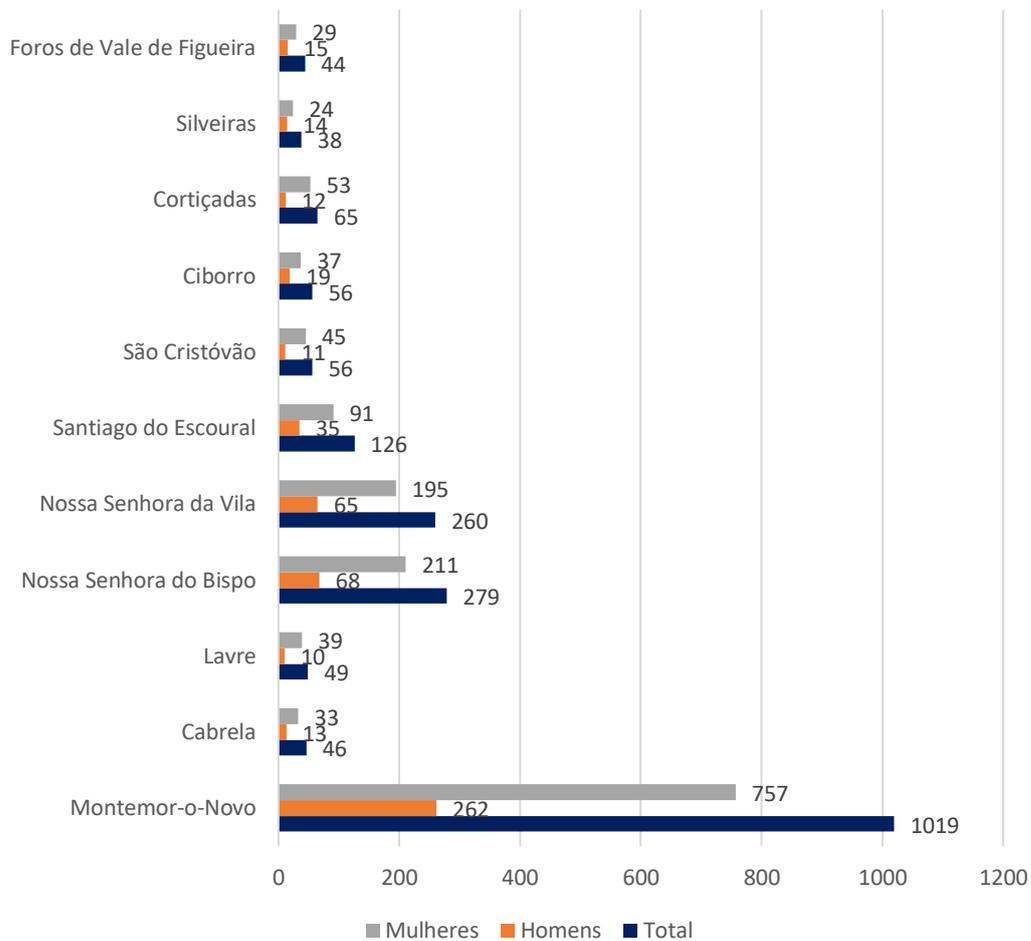
Fonte: INE – Censos 2011

No ano de 2011, encontravam-se a residir no concelho de Montemor-o-Novo cinco mil e três pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, destas cerca de 20,4% (1.019 pessoas) residiam sós.

A grande maioria das pessoas idosas que residiam sós, são do sexo feminino, e encontram-se nas freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Santiago do Escoural.

No capítulo 6 (Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social do Concelho de Montemor-o-Novo), sub-capítulo 6.3 (Pessoas Idosas) encontra-se informação recolhida pela GNR, no âmbito das pessoas idosas que residem sozinhas e que se encontram em situação de isolamento (Censos Sénior 2016, 2017 e 2018).

Gráfico 46 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com 65 ou mais anos, a residir só, segundo o género e a freguesia (2011) (N.º)



Fonte: INE – Censos 2011

5.2.3 Migrantes

Entre 2011 e 2017, o saldo migratório de Montemor-o-Novo tem registado valores negativos, resultado do número de pessoas que tem emigrado ser superior ao número de imigrantes que o concelho tem acolhido. No ano de 2014, observou-se a diferença mais significativa dos últimos dezassete anos, com mais cento e quarenta e seis pessoas a sair do concelho face ao número de pessoas que entraram. A mesma tendência foi observada, durante o respetivo período de tempo, nos restantes municípios da Região do Alentejo Central, na Região do Alentejo e a nível nacional, com a diferença que neste último o saldo migratório registou valores positivos no ano de 2017.

Tabela 58 - Saldo migratório dos municípios da Região do Alentejo Central, nos anos 2011, 2014 e 2017

Território	Saldo migratório		
	2011	2014	2017
Portugal	-24 331	-30 003	4 886
Alentejo	-361	-5147	-1 257
Alentejo Central	-646	-1403	-570
Alandroal	-43	-57	-34
Arraiolos	23	-41	-8
Borba	6	-41	-29
Estremoz	-68	-127	-57
Évora	-430	-589	-224
Montemor-o-Novo	-66	-146	-46
Mora	-29	-45	-19
Mourão	-4	-20	-6
Portel	1	-40	-20
Redondo	-28	-54	-35
Reguengos de Monsaraz	-11	-68	-38
Vendas Novas	36	-66	-11
Viana do Alentejo	-23	-56	-2
Vila Viçosa	-10	-53	-41

Fonte: PORDATA

De acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o número de estrangeiros residentes no concelho de Montemor-o-Novo, entre 2011 e 2017, tem sido relativamente constante (entre 340, em 2011 e 325, em 2017).

Entre os municípios da Região do Alentejo Central, Montemor-o-Novo tem sido desde 2011, o terceiro concelho com maior número de estrangeiros residentes, apenas ultrapassado por Évora, Reguengos de Monsaraz e, no ano 2011, por Estremoz.

Tabela 59 - População estrangeira residente nos municípios da Região do Alentejo Central, com Título de Residência (2011, 2014 e 2017) (N.º)

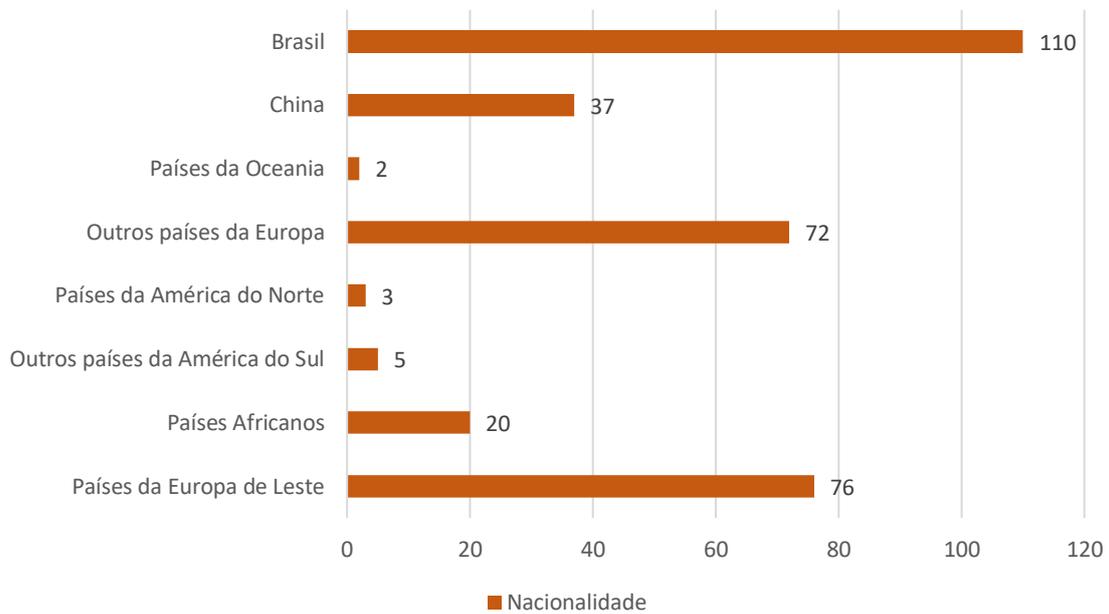
Território	População estrangeira		
	2011	2014	2017
Alentejo Central	4 075	3 600	3 897
Alandroal	129	96	97
Arraiolos	135	86	95
Borba	128	120	134
Estremoz	380	300	279
Évora	1913	1540	1729
Montemor-o-Novo	340	326	325
Mora	57	53	56
Mourão	25	26	21
Portel	97	101	128
Redondo	183	157	179
Reguengos de Monsaraz	287	458	461
Vendas Novas	211	180	231
Viana do Alentejo	106	79	81
Vila Viçosa	84	78	81

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Em 2017, a população estrangeira residente no concelho era maioritariamente proveniente do Brasil, dos países da Europa de Leste (especificamente da Roménia e da Ucrânia, com 42 e 31, respetivamente), de outros países da Europa (especificamente da Holanda e da Alemanha, com 23 e 18 cidadãos residentes) e da China.

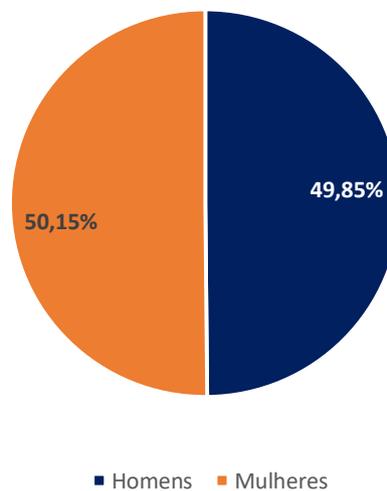
No mesmo ano, o número de cidadãos estrangeiros do sexo masculino foi próximo do número de cidadãos estrangeiros do sexo feminino (162 e 163, respetivamente).

Gráfico 47 - Nacionalidade da população estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, por grandes zonas mundiais e países (2017) (N.º)



Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Gráfico 48 - População estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, segundo o género (2017) (%)



Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

No ano 2011, a população estrangeira representava 2,10% da população residente no concelho. Embora as freguesias de Nossa Senhora do Bispo e Nossa Senhora da Vila tenham sido onde residia a maioria dos cidadãos, especificamente de nacionalidade europeia e americana, a

representação de população estrangeira foi superior nas freguesias de Silveiras e Ciborro (3% e 2,94% da população residente).

Destaca-se também os 173 residentes no concelho com dupla nacionalidade.

Tabela 60 - População estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, por freguesia e nacionalidade (2011) (N.º)

	Residentes segundo a nacionalidade						Dupla nacionalidade	Apátrida
	Total		Europa	África	América	Ásia		
	N.º	%						
Montemor-o-Novo	362	2,10	169	15	143	35	173	1
Cabrela	12	1,85	9	0	3	0	8	0
Lavre	20	2,70	8	0	12	0	11	0
Nossa Senhora do Bispo	136	2,76	61	8	42	25	56	1
Nossa Senhora da Vila	118	1,94	46	6	61	5	67	0
Santiago do Escoural	11	0,82	10	0	1	0	7	0
São Cristóvão	13	2,41	4	0	9	0	1	0
Ciborro	21	2,94	11	0	5	5	1	0
Cortiçadas	8	0,97	8	0	0	0	4	0
Silveiras	17	3,00	7	1	9	0	4	0
Foros de Vale de Figueira	6	0,56	5	0	1	0	14	0

Fonte: INE – Censos 2011

A população estrangeira residente no concelho, no ano de 2011, encontrava-se maioritariamente em idade ativa, entre os 15 e os 64 anos de idade. Os residentes estrangeiros com idade igual ou superior a 65 anos, eram na sua maioria europeus.

Tabela 61 - População estrangeira residente no concelho de Montemor-o-Novo, com Título de Residência, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º)

	Total	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 e mais anos
Montemor-o-Novo	17437	2095	10339	5003
Estrangeira	362	48	295	19
Europa	169	16	140	13
África	15	0	13	2
América	143	26	114	3
Ásia	35	6	28	1
Dupla nacionalidade	173	40	119	14
Apátrida	1	0	1	0

Fonte: INE – Censos 2011

5.2.4 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade

A abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada nos Censos 2011, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Desta forma, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa, face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação).

Desta forma, nos Censos 2011, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

No ano de 2011, cerca de 3.775 residentes no concelho de Montemor-o-Novo (21,85% da população residente), reportaram ter pelo menos uma das dificuldades enumeradas, na sua maioria mulheres (59,4%: 2.243 pessoas) e com idade igual ou superior a 75 anos (49,7%: 1.846 pessoas).

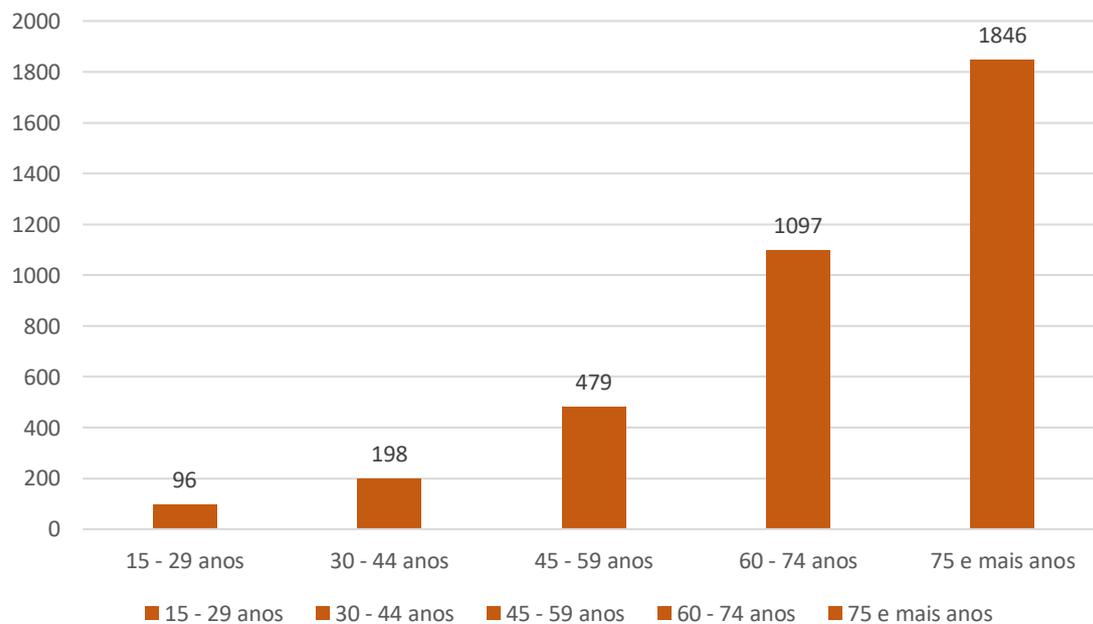
Apesar de serem as freguesias de Nossa Senhora da Vila e Nossa Senhora do Bispo, as que registam maior número de pessoas com pelo menos uma dificuldade, é nas freguesias de São Cristóvão e Ciborro, que estas dificuldades têm maior expressão (respetivamente com 32,22% e 30,39% de residentes com pelo menos uma dificuldade).

Tabela 62 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º)

	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Montemor-o-Novo	17275	3775	1532	2243	21,85
Cabrela	649	188	81	107	28,97
Lavre	740	161	64	97	21,76
Nossa Senhora do Bispo	4931	993	395	598	20,14
Nossa Senhora da Vila	6070	1105	455	650	18,20
Santiago do Escoural	1335	369	150	219	27,64
São Cristóvão	540	174	62	112	32,22
Ciborro	714	217	100	117	30,39
Cortiçadas	821	216	88	128	26,31
Silveiras	567	128	52	76	22,57
Foros de Vale de Figueira	1070	224	85	139	20,93

Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico 49 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º)

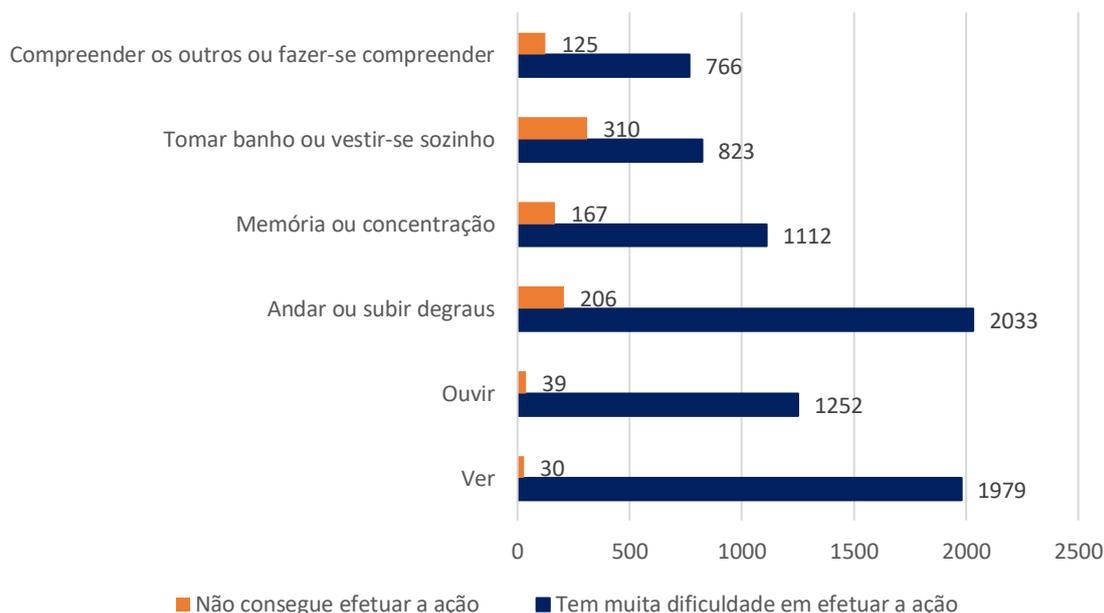


Fonte: INE – Censos 2011

No que concerne ao tipo de dificuldade sentida, as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de visão são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de audição, de memória ou concentração, de autocuidado (tomar banho e vestir-se sozinho) e por último, de compreensão/ expressão.

Relativamente ao grau de dificuldade em executar as ações referidas, são as questões relativas ao auto cuidado e à mobilidade as que são identificadas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram.

Gráfico 50 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)



Fonte: INE – Censos 2011

Relativamente ao número de pessoas com pelo menos uma dificuldade que se encontra em cada uma das freguesias, bem como, ao tipo e grau de dificuldade que sentem na execução das ações referidas, destaca-se o número de pessoas que não consegue andar ou subir degraus e tomar banho ou vestir-se sozinho nas freguesias de Cabrela, Santiago do Escoural e São Cristóvão.

Tabela 63 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)

	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	1 ¹⁰	2 ¹¹	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Montemor-o-Novo (total)	1979	30	1252	39	2033	206	1112	167	823	310	766	125
Cabrela	101	1	68	4	96	13	51	12	45	17	34	9
Lavre	82	5	57	2	87	14	35	6	34	14	24	5
Nossa Senhora do Bispo	501	11	306	10	537	42	309	45	219	61	185	28
Nossa Senhora da Vila	595	6	363	10	577	73	352	70	223	122	253	44
Santiago do Escoural	195	1	114	2	183	28	111	10	77	39	81	9
São Cristóvão	95	1	83	0	86	11	56	4	62	12	47	3
Ciborro	120	1	58	1	133	6	33	1	23	13	18	6
Cortiçadas	105	0	82	2	131	9	56	6	40	14	38	7
Silveiras	69	2	41	1	70	2	25	1	21	4	19	1
Foros de Vale de Figueira	116	2	80	7	133	8	84	12	79	14	67	13

Fonte: INE – Censos 2011

No que concerne ao principal meio de vida, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontra-se a reformada (79,5%), algumas encontram-se a laborar (12,38%) e outras estão a cargo de familiares (3,9%).

¹⁰ Tem muita dificuldade em efetuar a ação

¹¹ Não consegue efetuar a ação

Tabela 64 - População residente no concelho de Montemor-o-Novo, com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º) (%)

	População residente com pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Montemor-o-Novo	3716	100,00
Trabalho	460	12,38
Reforma / Pensão	2956	79,55
Subsídio de desemprego	38	1,02
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	12	0,32
Rendimento social de inserção	31	0,83
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	17	0,46
Rendimento da propriedade ou da empresa	15	0,40
Apoio social	14	0,38
A cargo da família	146	3,93
Outro	27	0,73

Fonte: INE – Censos 2011

5.2.5 Famílias em Situação de Risco

Numa análise mais detalhada ao nível familiar e considerando as famílias em situação de risco, ainda que não possa ser considerado um problema, é possível afirmar que a questão da monoparentalidade e das famílias numerosas são indicadores relevantes.

No ano de 2011, residiam no concelho de Montemor-o-Novo 7.055 famílias, 304 das quais com cinco ou mais pessoas (4,3%). As freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Lavre e Nossa Senhora da Vila são as que reúnem maior percentagem de famílias com cinco ou mais pessoas (5,4%, 5,0% e 4,9%, respetivamente).



Tabela 65 - Famílias clássicas residentes no concelho de Montemor-o-Novo, com mais de 5 pessoas, segundo a freguesia (2011) (N.º)

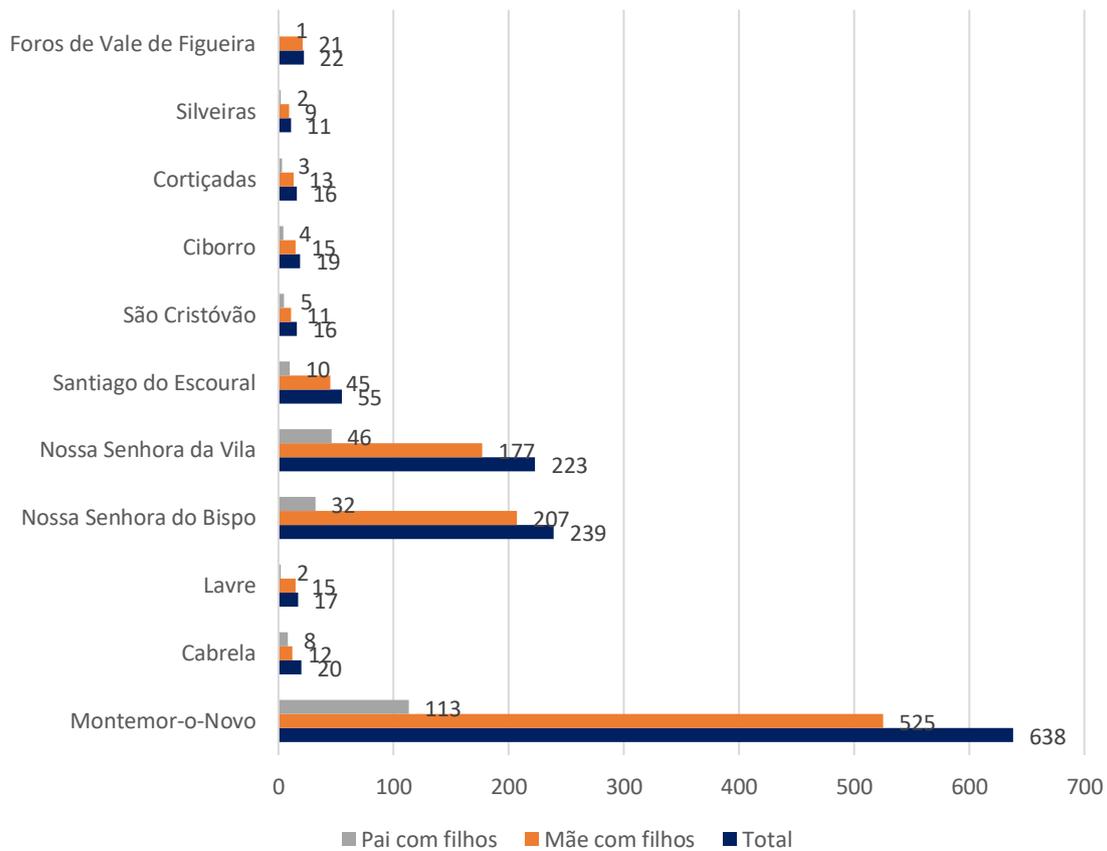
	Número de pessoas do agregado familiar					
	Total	5 pessoas	6 pessoas	7 pessoas	8 pessoas	9 ou mais pessoas
Montemor-o-Novo	7055	235	58	6	3	2
Cabrela	274	5	0	0	1	0
Lavre	301	14	1	0	0	0
Nossa Senhora do Bispo	1994	78	27	1	1	1
Nossa Senhora da Vila	2335	87	21	4	1	1
Santiago do Escoural	594	16	3	1	0	0
São Cristóvão	247	2	1	0	0	0
Ciborro	299	9	1	0	0	0
Cortiçadas	361	4	0	0	0	0
Silveiras	244	9	0	0	0	0
Foros de Vale de Figueira	406	11	4	0	0	0

Fonte: INE – Censos 2011

Segundo os dados dos Censos 2011, residiam no concelho 638 famílias monoparentais (9,04%), maioritariamente mães com filhos (82,3%).

As freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Santiago do Escoural são onde se regista maior percentagem de famílias monoparentais (12,0%, 9,6% e 9,3%, respetivamente).

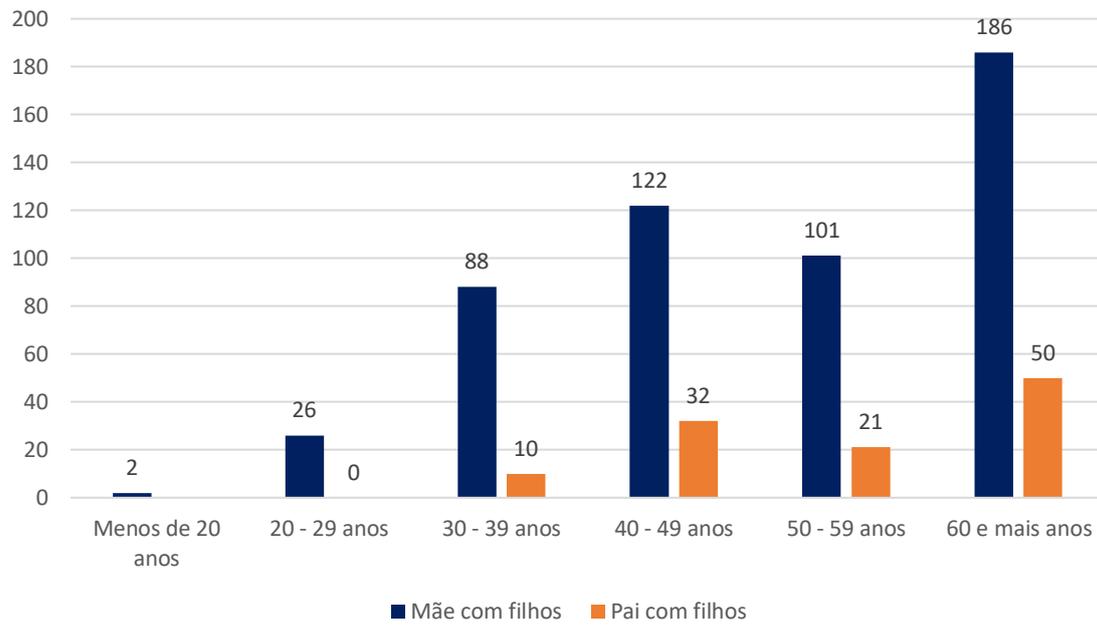
Gráfico 51 - Núcleos familiares monoparentais residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o tipo de núcleo, por freguesia (2011) (N.º)



Fonte: INE – Censos 2011

Relativamente à idade do pai ou da mãe, constata-se que têm ambos, maioritariamente, 60 ou mais anos e entre 40 e 49 anos. Não foram registadas famílias monoparentais masculinas, cujo pai tivesse idade inferior a 30 anos.

Gráfico 52 - Núcleos familiares monoparentais residentes no concelho de Montemor-o-Novo, segundo o tipo de núcleo e o grupo etário do pai e mãe (2011) (N.º)



Fonte: INE – Censos 2011

6. Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social do Concelho de Montemor-o-Novo

Neste capítulo procuraremos identificar as principais áreas de intervenção no concelho de Montemor-o-Novo, numa análise cruzada de dados estatísticos com a perceção dos atores. Pretende-se assim apresentar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento social, mas também aquelas que são as atuais respostas, de modo a perspetivar possíveis linhas de ação.

6.1 Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional

No que se refere a esta área, pode-se afirmar que Montemor-o-Novo segue a tendência nacional relativamente à percentagem de desempregados, mas também do ponto de vista da formação, tendo a crise económica afetado este concelho, com repercussões na dinâmica empresarial.

Nos últimos anos, tem sido realizado em Portugal, um investimento em medidas de combate ao desemprego. Estas medidas têm como objetivo melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, promover a reafecção dos postos de trabalho e de trabalhadores e facilitar as transições para o emprego e entre empregos. Surgiram assim, as Medidas Ativas de Emprego, que incluem: Apoios à Contratação (Contrato-Emprego e Prémio ao Emprego), Apoios à Colocação (Mobilidade Geográfica), Criação do Próprio Emprego e Empreendedorismo, Estágios Profissionais, Emprego Jovem Ativo (Garantia Jovem), Trabalho Socialmente Necessário (CEI+ e CEI), Reabilitação Profissional (Apoios a Deficientes), Promoção das Artes e Formação Profissional.

No âmbito da política de emprego nacional, destacam-se como instrumentos: o Quadro Estratégico Comum (QEC), para o período 2014-2020, que prevê contribuir para o crescimento e emprego de forma alinhada com as orientações comunitárias enunciadas na estratégia Europa 2020; a Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020, que vem reforçar as iniciativas dirigidas à empregabilidade e à dinamização das políticas ativas de emprego, e ainda o Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem, o qual corresponde à adoção por Portugal da iniciativa comunitária com o mesmo nome. Destacam-se também na área do emprego, as Grandes Opções do Plano (GOP), que se traduzem num conjunto de medidas de política e de investimentos, que contribuem para a sua concretização. Estas medidas centram-se, nomeadamente, na promoção do emprego e combate à precariedade, através de políticas de combate ao desemprego jovem e ao desemprego de longa duração, devendo por isso ser mais efetivas, seletivas e dirigidas aos segmentos e grupos mais atingidos pelo desemprego e que apresentem dificuldades de entrada/ reentrada no mercado de trabalho.



Desta forma, a educação de adultos e a formação ao longo da vida são também respostas às novas exigências de empregabilidade, quer para os desempregados de longa duração, quer para trabalhadores que ainda não tenham adquirido os níveis de qualificação necessários.

Considerando que o conceito de empregabilidade traduz a capacidade de adequação das pessoas, enquanto trabalhadores e fatores de produção, às novas exigências e dinâmicas dos mercados de trabalho (regionais, nacionais e internacionais), Portugal tem apostado num quadro de políticas ativas de emprego, que visam a promoção da empregabilidade dos portugueses, nomeadamente ao nível de:

- Capacitação dos jovens e transição para a vida ativa – incide num esforço de apoio ao primeiro emprego (e.g. estágios profissionais) e na superação dos défices escolares e profissionais, por via da formação (nomeadamente, direcionadas aos jovens NEET), como por exemplo, a formação em alternância – cursos tecnológicos de Aprendizagem.
- Qualificação e capacitação profissional de desempregados – incide em programas que visam a formação em competências básicas e o reconhecimento, certificação e validação de competências adquiridas (por exemplo, o Programa Qualifica).

Em Portugal, os grupos funcionais com maiores fragilidades no que respeita à sua relação com o mercado de trabalho são: i) o escalão etário entre os 15 e os 24 anos com o ensino básico ou inferior; ii) o grupo dos jovens 15-34 anos e iii) os adultos com baixas qualificações (básico ou inferior).

Na última década registou-se em Portugal, uma oscilação do número de pessoas desempregadas inscritas nos centros de emprego. No ano de 2008 existiam cerca de 416 000 pessoas desempregadas, este número continuou a aumentar até ao ano de 2012, quando se registaram 712 700 pessoas inscritas. Desde esse ano até à atualidade, o número de pessoas desempregadas tem vindo a diminuir, sendo que em 2017, eram aproximadamente 403 000.

Detendo-nos sobre o concelho de Montemor-o-Novo e como já referido, este acompanha a evolução do número de pessoas desempregadas, inscritas nos centros de emprego, registada a nível nacional. Em dezembro do ano de 2012, o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego foi 746. Em dezembro de 2018, este número decresceu para 307 pessoas em situação de desemprego inscritas no referido Centro de Emprego, sendo que 38% das mesmas tinha entre 35 e 54 anos e 56% tinham escolaridade igual ou inferior ao 3º Ciclo do Ensino Básico.

No que concerne a serviços de apoio a esta população, destaca-se o funcionamento do Serviço de Emprego (IEFP), que se encontra sediado em Montemor-o-Novo, e que para além de responder à população de todas as freguesias e Uniões de freguesias do concelho, tem também como área de intervenção os concelhos de Vendas Novas e Mora.

Relativamente a respostas no âmbito da formação profissional que se encontram localizadas no concelho, são de referir o Centro de Formação Profissional Montemaior, o Centro de Reabilitação Profissional da Cercimor, que promove formação destinada a jovens e adultos com deficiência, problemas de aprendizagem ou provenientes de grupos socialmente desfavorecidos, a Associação de Desenvolvimento Local – Marca, que disponibiliza ações de formação profissional dirigidas a jovens à procura do primeiro emprego, desempregados e ativos desempregados, bem como promove ações nas áreas da pobreza/exclusão social,



ambiente, património cultural e apoio à iniciativa empresarial e a Ofício das Artes – Associação para o Ensino, Formação e Desenvolvimento de Atividades Artísticas, a qual promove o curso profissional de instrumentista de jazz e o curso EFA tecnológico de construção de instrumentos musicais. A Oficinas do Convento – Associação Cultural de Artes e Comunicação, também promove, apoia e realiza ações de formação artística e profissional.

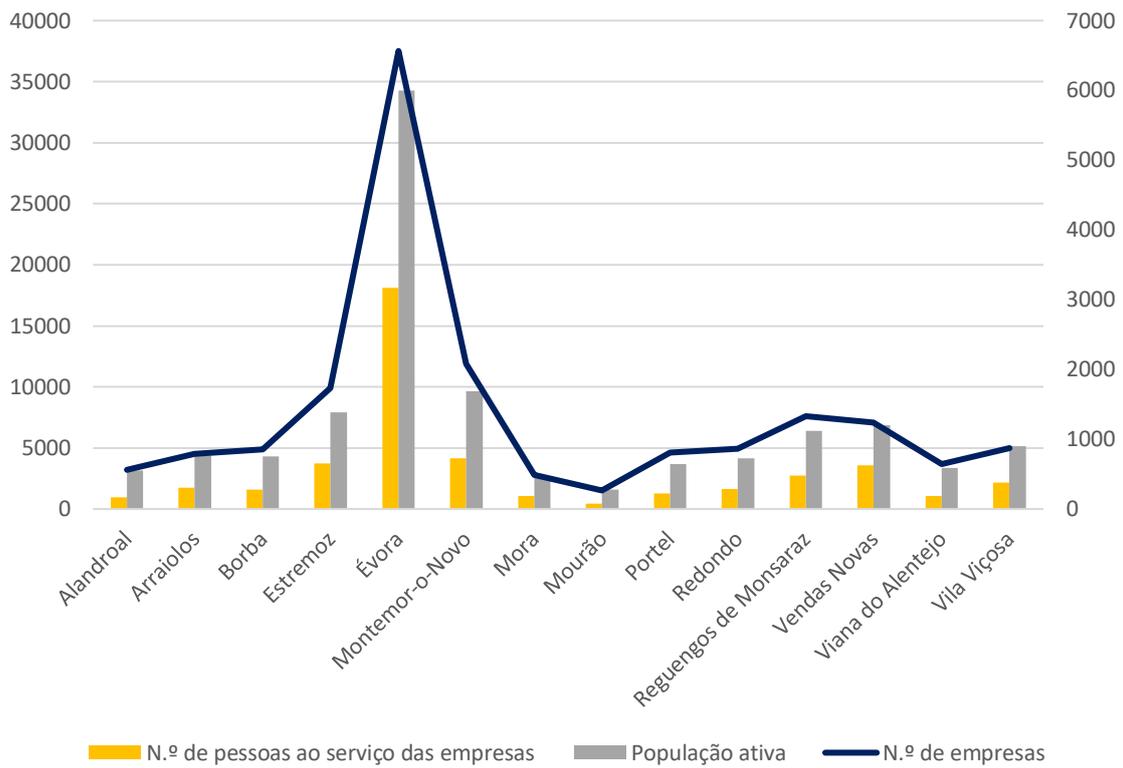
A Cercimor e o CELF são entidades acreditadas/ certificadas pela DGERT no âmbito da formação profissional. A entidade CELF realiza cursos profissionais de formação em alternância – com cursos de aprendizagem para jovens, mediante parceria com o IEFP, IP.

Ainda no âmbito da formação / qualificação e do emprego é importante destacar a intervenção de outras Associações de Desenvolvimento Local, que apesar de não se encontrarem sediadas no concelho, desenvolvem ações que abrangem a sua população, nomeadamente:

- MONTE – ACE, Desenvolvimento Alentejo Central: com sede social em Arraiolos, intervém nas freguesias de Cabrela, Ciborro, Foros de Vale Figueira, na UF de Cortiçadas de Lavre e Lavre e na UF de N^a Sra. do Bispo, N^a Sra. da Vila e Silveiras. Promove ações nas áreas de desenvolvimento rural, artesanato, economia social, ambiente, cooperação transnacional, formação profissional e apoio à iniciativa empresarial;
- Terras Dentro – Associação para o desenvolvimento integrado: com sede social em Alcáçovas, tem como áreas de intervenção - ambiente, desenvolvimento rural, intervenção social, cooperação para o desenvolvimento, educação e formação. Desenvolve formação, nomeadamente nas áreas, da violência doméstica e promoção da igualdade de género e ações de informação e sessões de extensão na área da agricultura e floresta. Desenvolve também, de uma forma sistemática, e sobretudo das freguesias de S. Cristóvão e de Santiago do Escoural, ações no âmbito da criação do próprio emprego e apoio à criação de empresas e empreendedorismo (CLDS+, LEADER, PRODER e DLBC);
- Associação Trilho: com sede social em Évora, intervém na região do Alentejo Central. Promove atividades nas áreas da educação, formação, emprego, exclusão, agricultura e desenvolvimento rural, turismo, artes e ofícios;
- Centro de Formação Profissional de Évora do IEFP, IP: tem como área de atuação a região do Alentejo Central (NUT III). Desenvolve formação profissional para desempregados e empregados ativos em todas as áreas do Catálogo Nacional de Profissões. É também onde se encontra localizado o Pólo Tecnológico, o qual está adaptado às necessidades do tecido empresarial da indústria transformadora, e onde se ministra formação nas áreas de Maquinação CNC, Produção e Transformação de Compósitos, Produção Aeronáutica – Montagem de Estruturas, Produção e Controlo Industrial e Produção Aeronáutica – Processos Especiais.

Ao nível da dinâmica empresarial do concelho, a informação que dispomos revela que no ano de 2017 existiam 2 109 empresas com sede no concelho, das quais 70% eram empresas em nome individual (1 476 empresas) e 30% eram Sociedades (633 empresas). As referidas empresas empregavam 4 232 pessoas, quando no concelho existiam 9.527 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos de idade, empregadas e desempregadas).

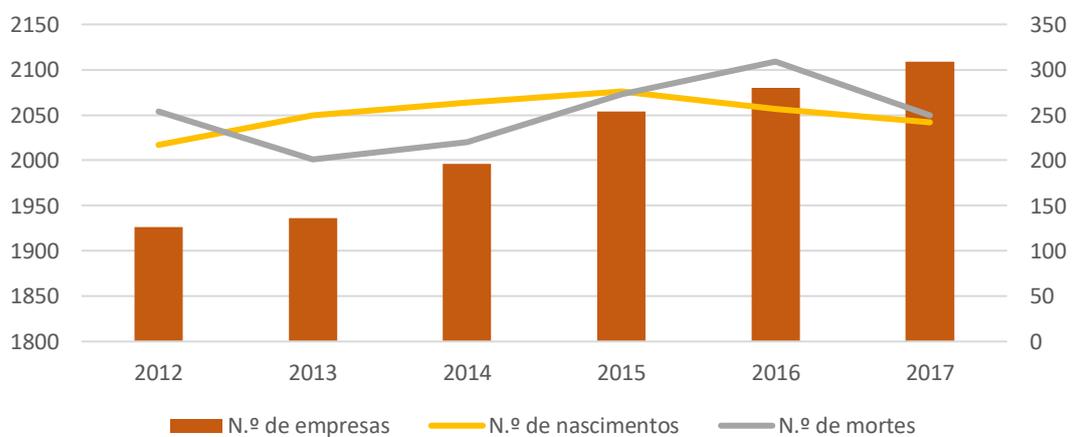
Gráfico 53 – Empresas sediadas nos concelhos da região do Alentejo Central (2017) (N.º)



Fonte: INE – Sistema de contas integradas das empresas

Apesar do número de empresas sediadas em Montemor-o-Novo ter vindo a aumentar progressivamente desde o ano 2012, registaram-se nos anos 2012, 2016 e 2017 um número superior de empresas que cessaram atividade face a empresas que iniciaram a atividade.

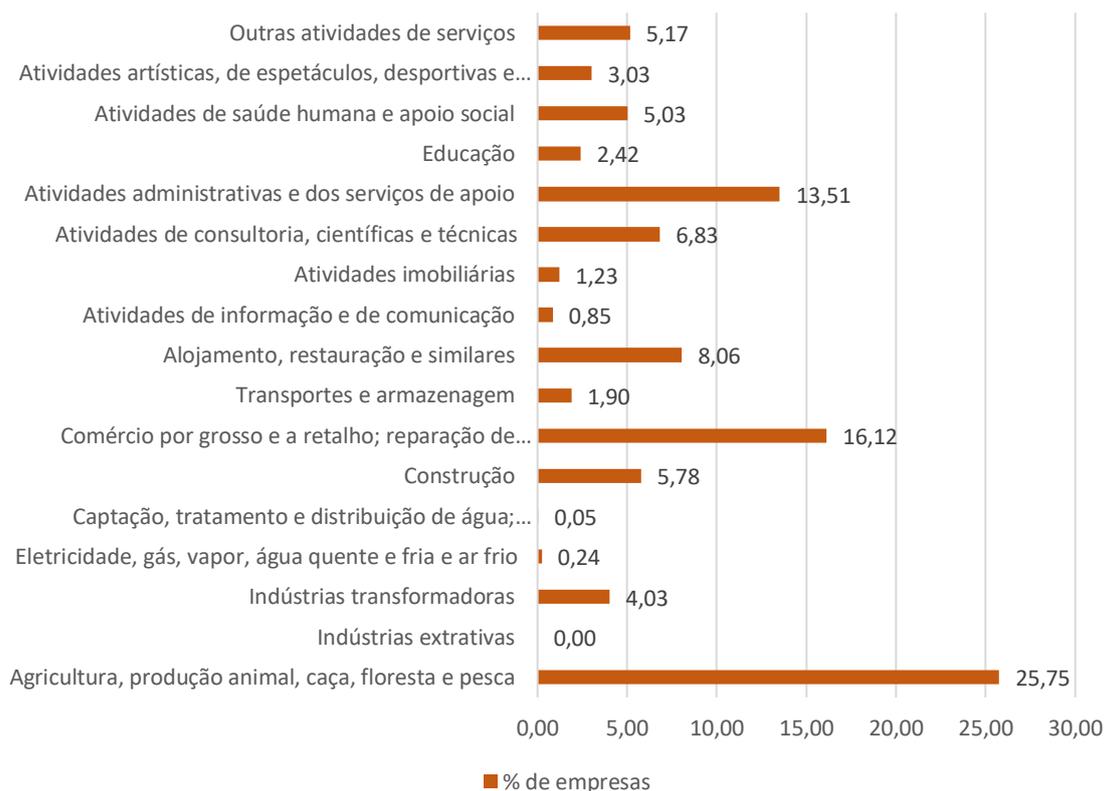
Gráfico 54 – Nascimentos e mortes de empresas no concelho de Montemor-o-Novo, entre 2012 e 2017 (N.º)



Fonte: INE – Demografia das empresas

No concelho de Montemor-o-Novo, os setores de atividade económica que concentram um maior número de empresas são a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (25,75%, 543 empresas), “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (16,12%, 340 empresas), “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (13,51%, 285 empresas) e “alojamento, restauração e similares” (8,06%, 170 empresas), como podemos observar no gráfico seguinte.

Gráfico 55 - Empresas no Alentejo Central por setor de atividade económica, em 2017 (%)



Fonte: INE – Sistema de contas integradas das empresas

No âmbito das iniciativas de apoio ao empreendedorismo e à modernização do tecido empresarial no concelho e na região, destaca-se o CAME – Centro de Acolhimento às Micro e Pequenas e Médias Empresas. O CAME resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e encontra-se a funcionar na área empresarial da Adua, desde Julho de 2013. Para além de ser uma infraestrutura de incubação de empresas, que concilia num mesmo espaço físico áreas individualizadas e um conjunto de serviços comuns, o CAME procura estimular a capacidade criativa e empreendedora, criar novos postos de trabalho através de novas empresas, assegurar ao promotor do projeto condições de sucesso para a sua empresa, nomeadamente através do apoio e aconselhamento para a sua criação, desenvolvimento e gestão, bem como promove projetos de cooperação entre micro e pequenas empresas.



Em síntese e em relação à área de emprego, empreendedorismo e qualificação profissional, pode-se destacar que houve uma diminuição do número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, reflexo do que foi também o cenário nacional. Ainda que reconhecendo os recursos existentes, na perceção dos atores, é necessário um maior investimento na oferta de emprego, sendo necessário um maior ajustamento da oferta à procura. A escassez de oferta é vista como consequência da fraca dinâmica empresarial, e do número reduzido de empresas no concelho, sendo necessário criar mecanismos de atração.

Aponta-se também a necessidade de ajustar a formação ao mercado de trabalho. Na perspetiva dos atores parece haver um desfasamento entre o perfil da procura e o perfil do mercado, sendo importante continuar a incentivar a qualificação da população. As empresas poderão ser aqui um factor chave para identificação de competências e áreas de formação a desenvolver.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e possíveis causas associadas aos mesmos.





6.2 Saúde Mental

No âmbito da saúde mental, Montemor-o-Novo acompanha a tendência nacional. A região do Alentejo e em particular, Montemor-o-Novo, apresentam fatores que podem contribuir para a manutenção de problemas nesta área, a saber o envelhecimento e isolamento da população, elevado consumo de álcool, desemprego e vulnerabilidade económica das famílias.

Nos países ocidentais industrializados, as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental tornaram-se a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura (Plano Nacional de Saúde Mental, 2007-2016). Em 2010, as perturbações depressivas eram o terceiro motivo de carga global de doença e em 2030 prevê-se que sejam o primeiro, a nível mundial, com agravamento das taxas de suicídio e para-suicídio.

De acordo com informação da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (2016), Portugal é o segundo país da Europa com maior prevalência de doenças psiquiátricas, sendo que mais de um quinto dos portugueses sofre com estas patologias. As perturbações mentais e do comportamento representam 11,8% da carga global das doenças em Portugal, sendo apenas ultrapassadas pelas doenças cérebro-cardiovasculares (13,7%).

Segundo o Conselho Nacional de Saúde Mental (2013), existem grupos populacionais mais vulneráveis e fatores de risco para o aparecimento de doença mental. O desemprego, empobrecimento e ruturas familiares estão entre as causas mais frequentes para o aumento do risco de doença mental, nomeadamente, depressão, aumento de consumo de álcool e suicídio. Os homens têm um risco aumentado de doenças mentais, bem como jovens desempregados, e grupos com maior dependência (crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas incapacitantes).

Portugal foi pioneiro nesta área, sendo um dos primeiros países europeus a adotar uma lei nacional – Lei de Bases da Saúde Mental, em 1963, que propunha um modelo de cuidados baseado na comunidade e que permitiu a criação de centros de saúde mental em todos os distritos e o aparecimento de movimentos, tais como a psiquiatria social e a ligação aos cuidados de saúde primários.

Em 1998, é aprovada a Lei 36/98 e o Decreto Lei n.º35/99, a Lei de Saúde Mental, que estabelece os princípios gerais da política de saúde mental e regula o internamento compulsivo de pessoas com doença mental.

Apesar dos avanços positivos nesta área, nomeadamente, a criação de serviços descentralizados e o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psicossocial, ainda se verifica uma falta de planeamento e de apoio consistente dos serviços de saúde mental em Portugal. Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016), os serviços de saúde mental em Portugal, sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados. Dos resultados obtidos, destacamos:

- O número de pessoas com doença mental, que procura os serviços de saúde (1,7%), é extremamente baixo relativamente ao que seria de esperar (sabe-se que 5 a 8% da



população sofre de uma perturbação psiquiátrica de certa gravidade em cada ano). No entanto, o registo de utentes com perturbações mentais nos cuidados de saúde primários tem vindo a aumentar desde 2011 (perturbações de ansiedade, depressivas e demências) (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017);

- O internamento é a resposta preferencial (83%) e que consome a maioria dos recursos, quando a evidência científica prova que as intervenções na comunidade, são as mais efetivas e as preferidas pelos utentes e suas famílias. É importante referir que, desde 2013, tem-se registado uma ligeira redução no número de internamentos, a qual poderá ser devida a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, mas também ao trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços locais (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017).

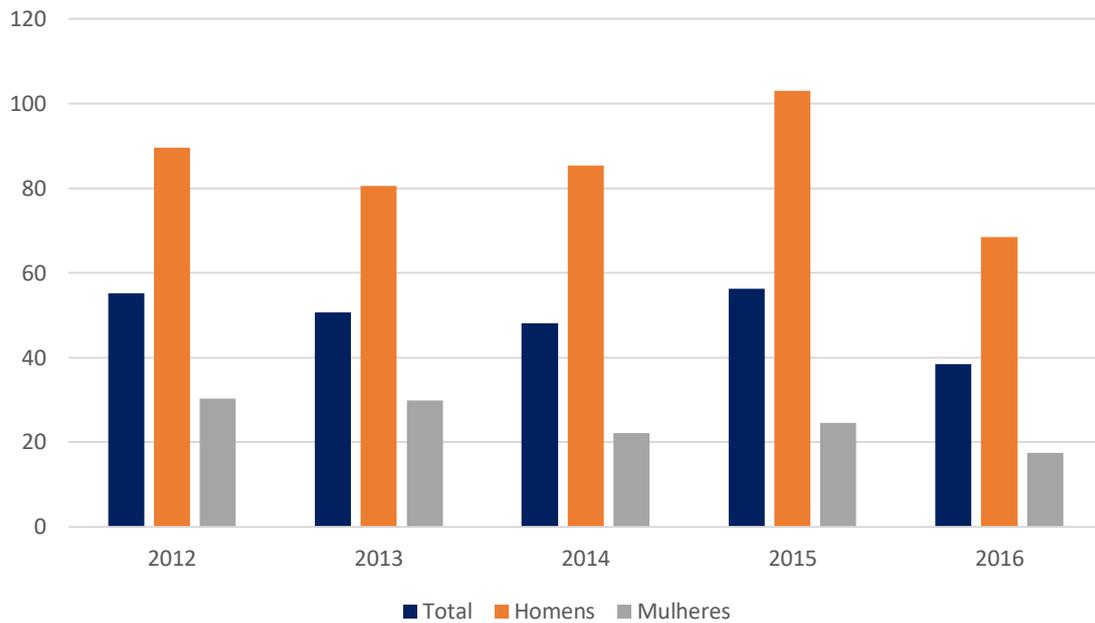
Os recursos atribuídos à saúde mental são baixos, o que tem condicionado o desenvolvimento e a melhoria de serviços neste sector, o que é preocupante dado o impacto real das doenças mentais. No entanto, existem algumas oportunidades que poderão ajudar a superar algumas das dificuldades, nomeadamente, o programa de cuidados continuados integrados, o desenvolvimento das unidades de saúde familiar e a criação de unidades de psiquiatria e saúde mental nos novos hospitais gerais em construção/projeto.

A necessidade de se implementarem programas locais, que envolvam os diversos atores (autarquias, saúde, segurança social, instituições de solidariedade social, entre outros) é de extrema importância para a promoção da saúde e prevenção da doença mental. Apesar da mortalidade de saúde mental ser baixa, e relacionar-se quase exclusivamente com o suicídio (3,1% em 2015), o número de dias vividos com incapacidade aumentou, maioritariamente na população sénior, o que tem implicado uma maior sobrecarga para a comunidade.

Na região do Alentejo Central observa-se também o aumento de doença ao nível da saúde mental, a qual se encontra especialmente relacionada com o aumento da prevalência de depressão (de 9% em 2015 para 11% em 2016). Em dezembro do ano de 2013, a proporção de utentes inscritos nos Cuidados de Saúde Primários, no ACES Alentejo Central, com perturbações depressivas era de 8,5%, sendo o terceiro diagnóstico ativo com maior proporção de pessoas (após hipertensão e alteração no metabolismo dos lípidos).

A taxa de suicídio da população do Alentejo tem vindo a diminuir, no entanto, na população masculina com idade igual ou superior a 65 anos os números são elevados (aproximadamente 4 vezes superior à das mulheres).

Gráfico 56 - Taxa de mortalidade padronizada (65 e mais anos), por suicídio, por 100 000 habitantes na região do Alentejo (2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) (N.º)

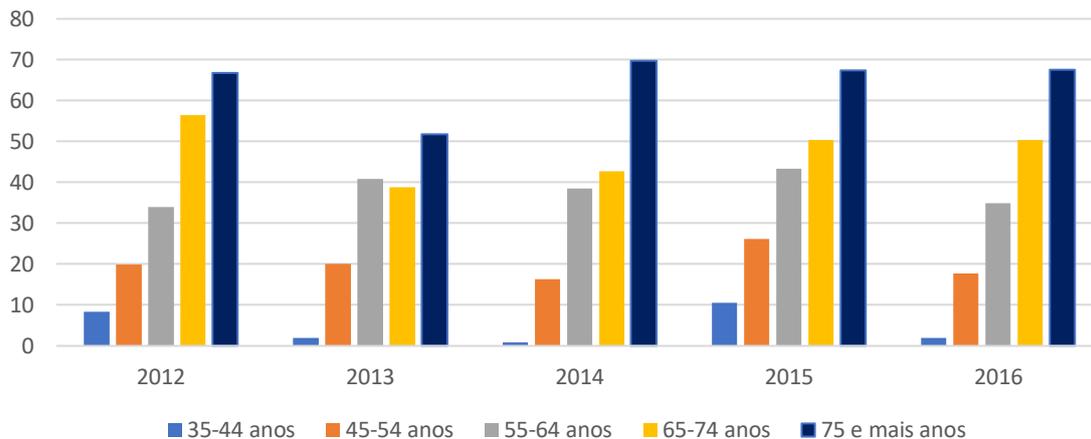


Fonte: INE – Óbitos por causas de morte

Segundo o Inquérito Nacional de Saúde 2014, 20% da população no Alentejo era fumadora, sobretudo homens e em idades mais avançadas. De facto, o abuso do tabaco e o abuso crónico do álcool são dois dos determinantes de saúde que se encontram presentes de forma significativa nos inscritos do ACES Alentejo Central, principalmente nos utentes do sexo masculino.

Na região do Alentejo, a taxa de mortalidade por doenças atribuíveis ao álcool tem oscilado nos últimos anos, com uma tendência para aumentar nos grupos etários entre os 55 e os 64 anos e os 75 e mais anos.

Gráfico 57 - Taxa de mortalidade por doenças atribuíveis ao álcool, por 100 000 habitantes, na região do Alentejo (2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) (N.º)



Fonte: INE – Óbitos por causas de morte

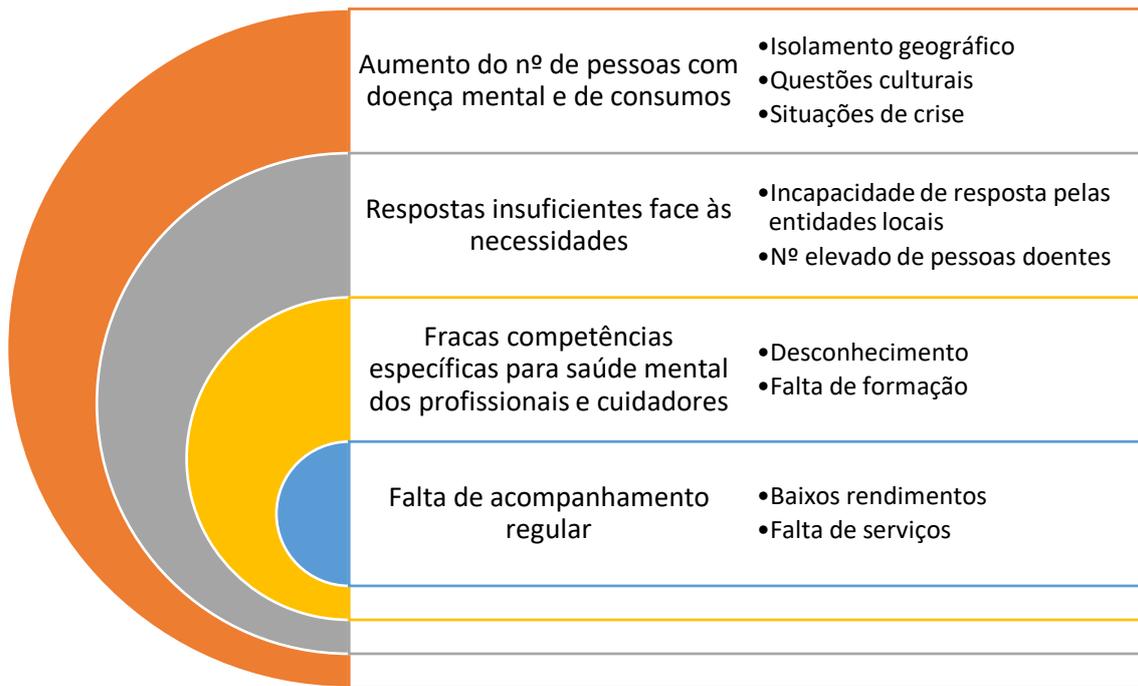
No concelho de Montemor-o-Novo, os serviços de referência na área da saúde mental, são o Departamento de Saúde Mental do Hospital Espírito Santo, E.P.E - Évora (com diferenciação para Psiquiatria Adultos e Psiquiatria da Infância e da Adolescência), a Residência de Apoio Moderado, do Hospital S. João de Deus (com capacidade para 10 utentes) e o Serviço de Psicologia do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo. Importa também referir que, semanalmente, uma equipa do Departamento de Saúde Mental do Hospital Espírito Santo, composta por Psiquiatra, Enfermeira/o e Administrativa/o, desloca-se ao Centro de Saúde de Montemor-o-Novo.

Em síntese e em relação à área da saúde mental, pode-se destacar a prevalência de doenças de foro psiquiátrico, nomeadamente, de depressão. Apesar de existirem recursos no território que respondem às necessidades identificadas nesta área, na perceção dos atores, os mesmos são insuficientes para responder ao aumento de situações identificadas, sendo necessário um maior investimento quer em respostas quer em recursos humanos, nomeadamente ao nível dos serviços de saúde locais.

O aumento do número de pessoas com doença mental é visto como estando associado a situações de crise, como o desemprego e o abandono pela família, o isolamento geográfico, que poderá contribuir para o sentimento de solidão e para empobrecimento das redes de suporte social, e o consumo de álcool.

Na perspetiva dos atores parece existir uma necessidade ao nível da formação na área da saúde mental, quer a nível dos cuidados formais quer informais, que permitisse uma intervenção mais adequada com esta população.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e possíveis causas associadas aos mesmos.



6.3 População com Deficiência/ Incapacidade

O número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade tem vindo a aumentar, devido principalmente a consequências de doenças que interferem com a funcionalidade, algumas das quais decorrentes do processo envelhecimento. Como poderemos observar, Montemor-o-Novo não é exceção, sendo este o 57º território com maior percentagem de população idosa em Portugal, no ano de 2017.

A Estratégia Nacional para a Deficiência (2011-2013) (ENDEF) surge na sequência da necessidade de se desenharem medidas adequadas ao exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Portugal, ratificou, em 2009, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. As medidas de política pública têm também atuado em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa, que se encontram versadas no Plano de Ação a favor das Pessoas com Deficiência 2006-2015. Este Plano apresenta quinze linhas de ação/ diretrizes que englobam, entre outras áreas, a participação, proteção, educação, emprego, acessibilidade, saúde e reabilitação das pessoas com deficiência ou incapacidade.

A ENDEF postula uma abordagem da deficiência com base na promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania, a integração das questões da deficiência nas políticas sectoriais, a aposta nas competências e na funcionalidade das pessoas com deficiência, bem como, a perceção da funcionalidade e incapacidade como uma relação entre estados de saúde e fatores contextuais (ambientais e pessoais). Desta forma, encontra-se estruturada através de cinco eixos estratégicos: deficiência e multidiscriminação, justiça e exercício de direitos, autonomia e



qualidade de vida, acessibilidade e design para todos e, por último, modernização administrativa e sistemas de informação.

Na Europa estima-se que 10 a 15% da população apresente alguma deficiência ou incapacidade, e que as principais causas sejam decorrentes de doença, acidentes e de estados incapacitantes na população idosa, pelo que se prevê que o número de pessoas com deficiência aumente de forma acentuada devido, entre outros motivos, ao aumento da esperança de vida.

Em Portugal, no ano de 2011, 17,4% da população tinha pelo menos uma dificuldade na realização de atividades básicas. Os problemas músculo-esqueléticos e as dificuldades que advêm dos mesmos, nomeadamente ao nível da mobilidade (andar e subir degraus) constituíam o principal problema desta população. De acordo com os resultados dos censos de 2011, cerca de 50% da população idosa tem muita dificuldade ou não consegue realizar, pelo menos uma, das seis atividades de vida diárias.

Dados do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), no âmbito da monitorização da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD), destacam, entre outros, os seguintes indicadores sobre as pessoas com Deficiência em Portugal¹²:

- Entre os anos letivos 2016/17 e 2017/18 o número de alunos/as com NEE aumentou (de forma mais notória no ensino secundário);
- As pessoas com deficiência grave registam as menores taxas de emprego (35,6% *versus* uma taxa de emprego de 73,2% para pessoas sem deficiência);
- Entre 2011 e 2017, o desemprego aumentou muito para as pessoas com deficiência (aumento de 24% *versus* um decréscimo de 34,5% para a população em geral);
- O número de pessoas com deficiência a trabalhar na função pública tem aumentado (em 2017, 2 em cada 10 trabalhadores da função pública tinham uma deficiência);
- O risco de pobreza ou exclusão social é mais elevado entre as pessoas com deficiência do que entre as pessoas sem deficiência;
- Existe um maior número de beneficiários do sexo masculino em todas as prestações relacionadas com deficiência, dependência e incapacidade.

Relativamente ao ano de 2011, no concelho de Montemor-o-Novo existiam 3 775 pessoas com pelo menos uma dificuldade, maioritariamente de locomoção, visão, audição e memória ou concentração.

No concelho o apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade é assegurado maioritariamente por três entidades, CERCIMOR, Casa João Cidade e Associação 29 de Abril, as quais disponibilizam as seguintes respostas sociais, todas elas em equipamentos da rede solidária e sediadas na União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras:

¹² ODDH, Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2018

Tabela 66 - Respostas sociais na área da deficiência ou incapacidade no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019)

Resposta social	Entidade	Capacidade	Lotação
Intervenção precoce	CERCIMOR	80	88
Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	Associação 29 de Abril	10	10
	Casa João Cidade	20	19
	CERCIMOR	50	50
Lar residencial	Associação 29 de Abril	22	22
	CERCIMOR	20	19
Centro de Atendimento e Acompanhamento Social para Pessoas com Deficiência	Casa João Cidade	50	50

Fonte: Carta Social (consultada a 9 de Março de 2019)

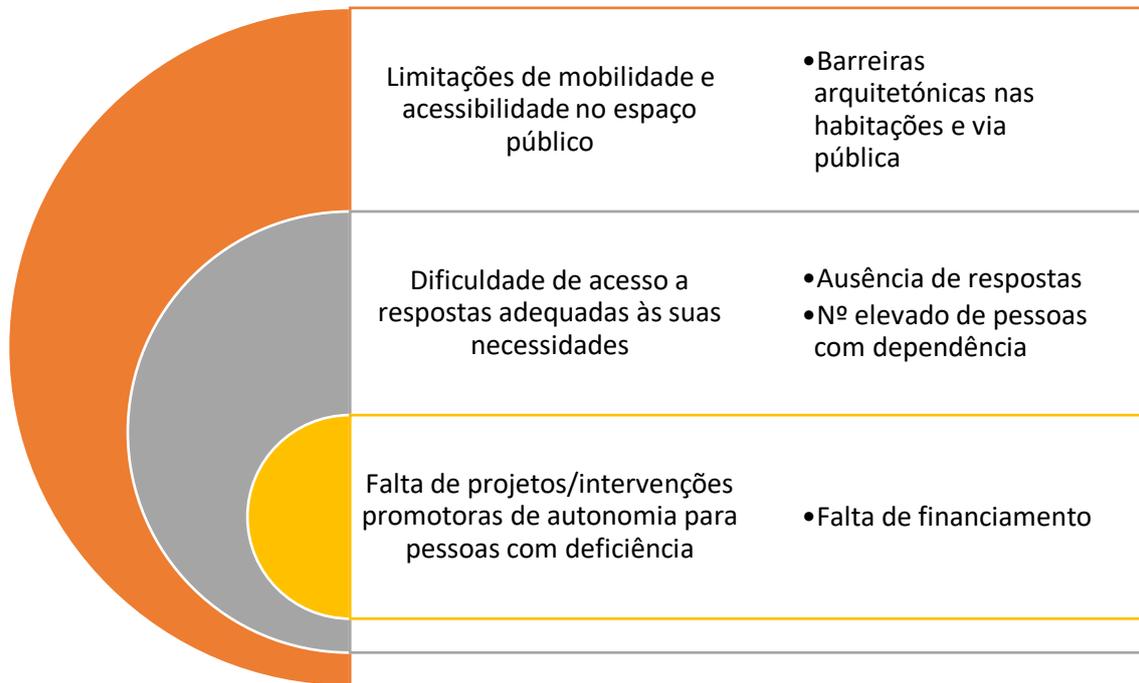
Importa referir que os três equipamentos têm Acordos de Cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS, IP), os quais até à data de junho de 2018, abrangiam a totalidade dos utentes das três respostas sociais (252 acordos). No entanto, no que respeita à resposta de Intervenção precoce, o ISS, IP informa que existe mais um Acordo de Cooperação, que abrange mais 30 utentes (para além 80 utentes já referidos).

No âmbito das medidas de emprego importa referir o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade. Este Programa é promovido pelo IIEFP, IP e coloca à disposição das entidades acreditadas na área da Reabilitação (nomeadamente, da Cercimor) apoios para a formação profissional de pessoas com deficiência e incapacidade. Para além desta medida, existem outras destinadas a este público-alvo nas áreas da Informação, Avaliação e Orientação para a qualificação e o Emprego (IAOQE), Apoio à Colocação, Acompanhamento Pós-Colocação, Ajudas Técnicas para o acesso ao emprego e formação profissional de desempregados deficientes, Eliminação de Barreiras Arquitetónicas para empresas que contratem pessoas com deficiência e Apoios à Contratação designados por Emprego Apoiado em Mercado Aberto destinado a entidades públicas e privadas.

Em síntese e em relação à área da deficiência, pode-se destacar que as dificuldades de locomoção são as que se encontram em maior número, sendo importante refletir sobre as condições de mobilidade e os acessos no território. Na perspetiva dos atores locais, a necessidade de garantir melhores condições de mobilidade e acessibilidade, quer no espaço público, quer a nível habitacional, é uma das prioridades existentes nesta área.

Ainda que existam no território respostas direcionadas à população com deficiência, considera-se que as mesmas são insuficientes para responder de forma adequada às necessidades desta população, sendo necessário um investimento, nomeadamente, em respostas que promovam a autonomização de pessoas com deficiência.

Apresentamos em seguida, uma síntese da percepção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e possíveis causas associadas aos mesmos.



6.4 Pessoas Idosas

Como já referido, Montemor-o-Novo é um concelho que apresenta uma elevada percentagem de população idosa e uma baixa percentagem de população jovem. Em 2017 era o terceiro concelho da região do Alentejo Central com os valores mais elevados de Índice de Dependência de Idosos e de Índice de Envelhecimento. O número de pessoas com idade igual ou superior a 85 anos tem vindo a aumentar nas últimas duas décadas, incrementando assim a probabilidade da necessidade de cuidados de saúde e sociais. Montemor-o-Novo é também um território com baixa densidade populacional, provocado pela perda populacional, onde a população isolada tem uma expressão significativa (11,1%), alguns dos quais são pessoas idosas. O isolamento geográfico e social, o aumento de situações de dependência e incapacidade, a insuficiência de cuidados não formais, são, entre outros, os fatores que se apresentam como fundamentais para uma reflexão e intervenção na área do envelhecimento, no concelho e na região do Alentejo Central.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade relativamente à qual Portugal não é exceção, sendo o 4º país da União Europeia com maior percentagem de pessoas idosas (European Commission, 2015).

O declínio da fecundidade e o aumento da longevidade são os dois fatores que se encontram na génese do envelhecimento populacional. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da



natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e aumento da população idosa (65 e mais anos de idade). O número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos também tem vindo a aumentar, o que traduz igualmente maior longevidade da população. Em 2016, a esperança de vida aos 65 anos era de 19,5 anos (em média), tendo aumentado mais 1,5 anos na última década.

Em 2017, 2,2 milhões de pessoas em Portugal tinham mais de 65 anos (aproximadamente 21,3% da população total). Segundo as projeções do INE, o agravamento do envelhecimento demográfico irá manter-se durante 40 anos. Prevê-se que até 2080, o número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões, o número de pessoas idosas aumentará para 2,8 milhões, o índice de envelhecimento mais do que duplicará (317 idosos por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões do país.

O envelhecimento da população também contribuiu de forma determinante para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2017, 21% da população ativa tinha mais de 55 anos. No mesmo ano, a taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi de 88,17%, tendo-se registado um aumento de 6,37% em 10 anos. Assim, entre 2006 e 2016, verificou-se um aumento de 13,9% do número de pensões de velhice do regime da segurança social.

O risco de pobreza na população idosa tem vindo a aumentar. Em 2016, 17% das pessoas com mais de 65 anos encontrava-se em risco, após receberem transferências sociais. Estas transferências têm um impacto elevado na redução do risco de pobreza, visto que, para o mesmo ano e antes de receberem transferências sociais, o mesmo era de 90%.

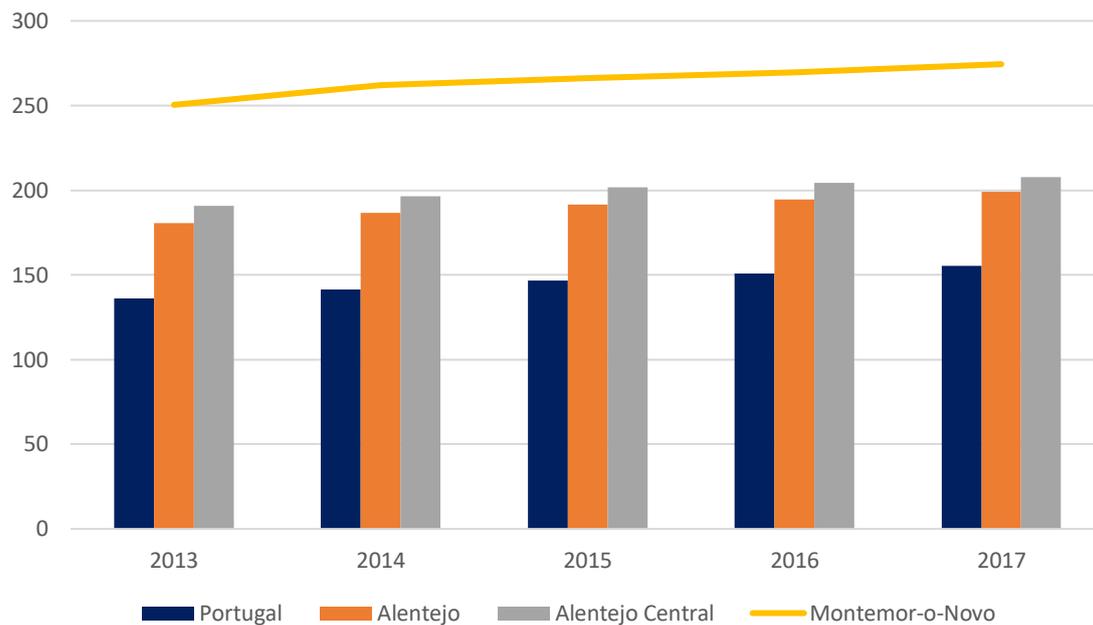
Apesar destes valores, o baixo valor das pensões mantem-se como um fator importante nos riscos de pobreza, ou dificuldade de acesso a recursos, associados à população idosa. Como pudemos verificar anteriormente, na tabela 42, os valores médios das pensões, após a sua divisão pelos 12 meses do ano, são de 421€, 443€ e 234€, para os casos das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, respetivamente. No caso da pensão de sobrevivência, o valor especialmente baixo ganha relevo se atendermos a que existiam, em dezembro de 2017, 1.537 pensionistas, residentes em Montemor-o-Novo, a usufruir da mesma (gráfico 26).

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025).

Uma das principais vertentes das estratégias de promoção do envelhecimento saudável é a prevenção do isolamento social e da solidão das pessoas idosas, a qual contribui para o aumento da qualidade de vida, bem-estar e manutenção da saúde mental.

Das regiões de Portugal, o Alentejo é a que apresenta maior Índice de Envelhecimento, sendo que a região do Alentejo Central é a terceira com o valor mais elevado, apenas antecedida pelas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo Litoral. O concelho de Montemor-o-Novo é o terceiro com maior Índice de Envelhecimento da região do Alentejo Central, antecedido por Mora (318,1) e pelo Alandroal (286,1).

Gráfico 58 - Índice de Envelhecimento de Portugal, Alentejo, Alentejo Central e Montemor-o-Novo entre 2013 e 2017 (N.º)

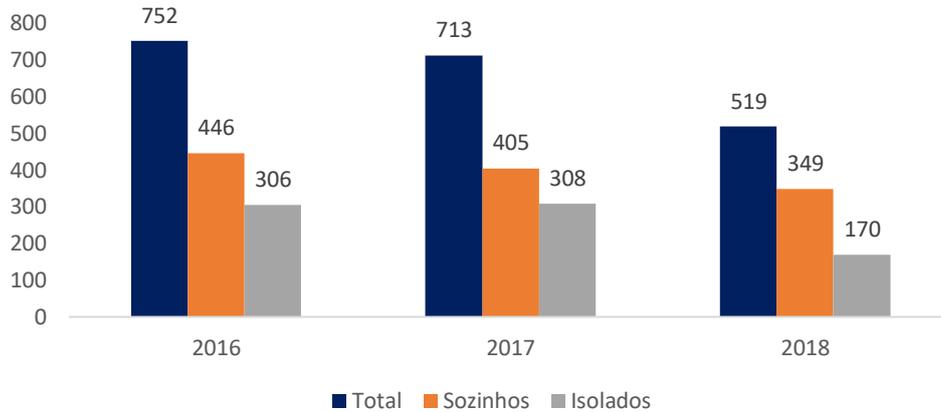


Fonte: INE – Estimativas anuais da população residente

À data dos Censos de 2011, residiam em Montemor-o-Novo 1 019 pessoas sozinhas com mais de 65 anos. Este valor representa, por um lado, que 62,4% do total de pessoas que habitam sozinhas têm mais de 65 anos, por outro, que 20,4% do total de residentes com mais de 65 anos vivem sozinhas.

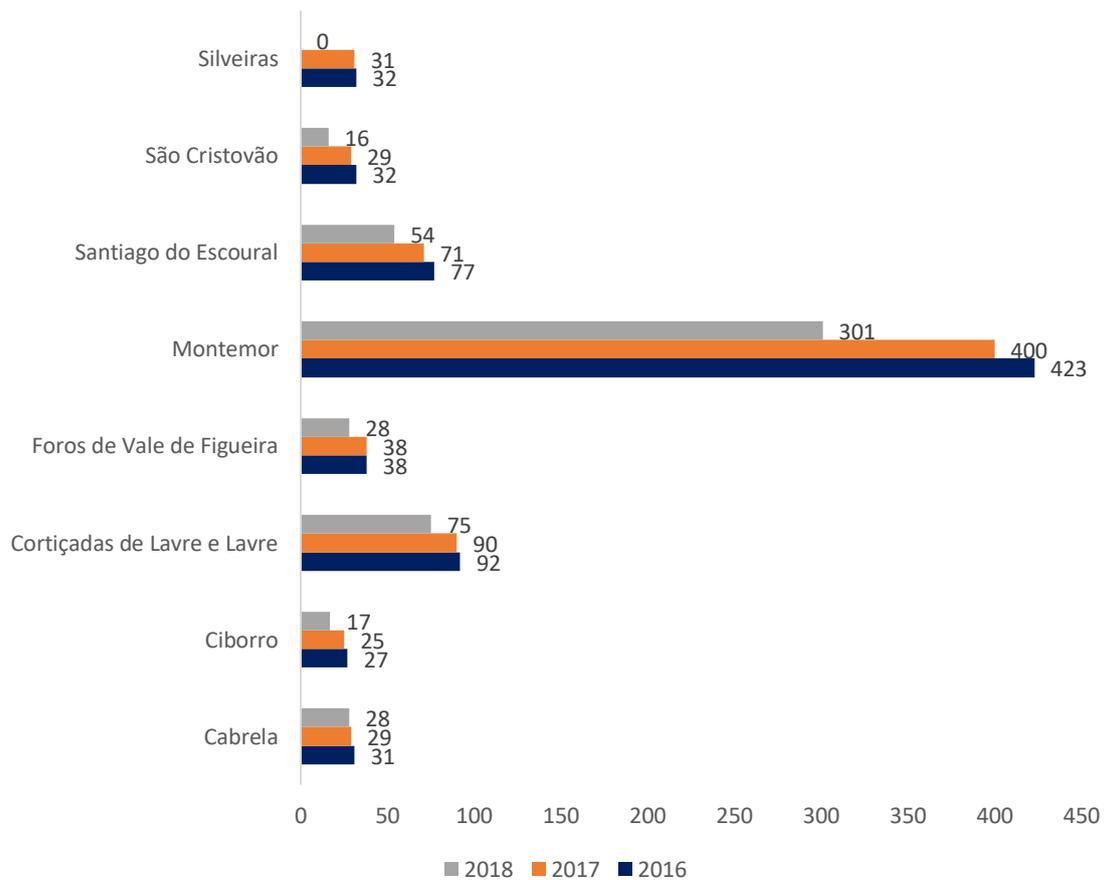
O número de pessoas idosas que se encontram a residir sozinhas e/ou se encontram em situação de isolamento, tem vindo a diminuir desde o ano 2016 em todas as freguesias onde foram referenciadas (GNR, Censos Sénior 2016, 2017 e 2018). Ainda assim, no ano 2017 o número de pessoas idosas que se encontrava nesta condição representava 15% do número total de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, residentes no concelho. A União de freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras é onde se encontra maior número de pessoas idosas a residirem sozinhas e em isolamento (301 pessoas em 2018), seguida da União de freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre e da freguesia de Santiago do Escoural (75 e 54 pessoas em 2018, respetivamente).

Gráfico 59 – Pessoas idosas que residem sozinhas e se encontram em situação de isolamento no concelho de Montemor-o-Novo em 2016, 2017 e 2018 (N.º)



Fonte: GNR – Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo, Secção de Programas Especiais, Censos Sénior 2016, 2017 e 2018

Gráfico 60 – Pessoas idosas que residem sozinhas e se encontram em situação de isolamento (total), por freguesia (2016, 2017 e 2018) (N.º)



Fonte: GNR – Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo, Secção de Programas Especiais, Censos Sénior 2016, 2017 e 2018

Para responder às necessidades de cuidados e sociais das pessoas idosas, Montemor-o-Novo conta com um conjunto de respostas sociais, equipamentos e projetos. Estas respostas têm como principal objetivo a promoção de condições de autonomia e bem-estar, favorecendo a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social, privilegiando igualmente a sua inserção social e comunitária.

De acordo com informação do Centro Distrital de Évora (ISS, IP), à data de fevereiro de 2019, Montemor-o-Novo apresenta as seguintes respostas sociais para pessoas idosas: Centro de Convívio, Centro de Dia, Centro de Noite, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

No total, são 39 as respostas para pessoas idosas, na sua maioria da rede solidária (77%: 30 respostas). Verifica-se também uma distribuição das respostas sociais pelas freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho, sendo que é na União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras que se encontram em maior número (15 respostas).

Tabela 67 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019) (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	Centro de Convívio			Centro de Dia		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Montemor-o-Novo	3	3	0	11	8	3
Cabrela	0	0	0	1	1	0
Cíborro	1	1	0	1	1	0
Foros de Vale de Figueira	0	0	0	2	1	1
Santiago do Escoural	0	0	0	1	1	0
São Cristóvão	0	0	0	1	1	0
UF Cortiçadas de Lavre e Lavre	1	1	0	1	1	0
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	1	1	0	4	2	2

Fonte: Centro Distrital de Évora, ISS, IP, Fev/19

Tabela 68 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (N.º) (fevereiro de 2019) (Cont.)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	ERPI			SAD		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Montemor-o-Novo	15	9	7	10	10	0
Cabrela	1	1	0	1	1	0
Cíborro	1	1	0	1	1	0
Foros de Vale de Figueira	2	1	1	1	1	0
Santiago do Escoural	1	1	0	1	1	0
São Cristóvão	1	1	0	1	1	0
UF Cortiçadas de Lavre e Lavre	2	1	1	2	2	0
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	7	3	5	3	3	0

Fonte: Centro Distrital de Évora, ISS, IP, Fev/19

O conjunto dos equipamentos apresenta uma capacidade de resposta para 1 124 pessoas idosas: 70 em Centro de Convívio, 263 em Centro de Dia, 331 em SAD e 460 em ERPI. Acresce ainda a resposta social Centro de Noite, com capacidade para 12 pessoas, que começou a funcionar em Janeiro de 2019.

Atualmente a ocupação do número total de equipamentos com as referidas respostas sociais encontra-se na ordem dos 80,8% (100% em Centro de Convívio, em 63,5% Centro de Dia, 72,8% em SAD e 93,5% em ERPI).

Relativamente ao número de equipamentos com Acordos de Cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS, IP) para as referidas respostas sociais, destaca-se que à data de fevereiro de 2019, 3 Centros de Convívio (70 utentes), 7 Centros de Dia (163 utentes), 9 SAD (241 utentes) e 8 ERPI (303 utentes), encontravam-se abrangidos pelos mesmos.

Tabela 69 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019) (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	Centro de Convívio		Centro de Dia			
	Rede solidária		Rede Solidária		Rede privada	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Montemor-o-Novo	70	70	234	163	29	4
Cabrela	0	0	35	11	0	0
Cíborro	20	20	20	20	0	0
Foros de Vale de Figueira	0	0	34	0	5	0
Santiago do Escoural	0	0	25	25	0	0
São Cristóvão	0	0	20	7	0	0
UF Cortiçadas de Lavre e Lavre	10	10	20	20	0	0
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	40	40	80	80	24	4

Fonte: Centro Distrital de Évora, ISS, IP, Fev/19

Tabela 70 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Montemor-o-Novo (fevereiro de 2019) (N.º) (Cont.)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	SAD		ERPI			
	Rede solidária		Rede Solidária		Rede privada	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Montemor-o-Novo	331	241	315	301	145	129
Cabrela	10	10	36	34	0	0
Cíborro	20	20	16	16	0	0
Foros de Vale de Figueira	30	10	40	30	18	18
Santiago do Escoural	36	35	29	29	0	0
São Cristóvão	10	10	20	19	0	0
UF Cortiçadas de Lavre e Lavre	78	29	34	33	19	19
UF N.S. Vila, N.S. Bispo e Silveiras	147	127	140	140	108	92

Fonte: Centro Distrital de Évora, ISS, IP, Fev/19

Tabela 71 - Respostas sociais com acordo de cooperação, para pessoas idosas, por instituição

Respostas Sociais - Pessoas Idosas
ASS PROTECCÃO SOCIAL POPULAÇÃO SANTIAGO ESCOURAL
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE DIA
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
ASS PROTECTORA ABRIGO VELHOS TRABALHADORES MONTEMOR-O-NOVO
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE DIA
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
ASS REFORMADOS PENSIONISTAS IDOSOS MONTEMOR-O-NOVO
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE CONVÍVIO
ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DO CIBORRO
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE CONVÍVIO
ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS IDOSOS DO FUTURO DE LAVRE
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE CONVÍVIO
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CIBORRO
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE DIA
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO CRISTOVÃO
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE DIA
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL ST ANTÓNIO
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE DIA
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
O GIRASSOL ASS PROTECCAO SOCIAL POPULAÇÃO SÃO GERALDO
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
O SOBREIRO - ASSOCIAÇÃO DE PROTECCÃO SOCIAL À POPULAÇÃO DE CORTIÇADAS DE LAVRE
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE DIA
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
SANTA CASA MISERICÓRDIA DE CABRELA
<ul style="list-style-type: none"> • CENTRO DE DIA
<ul style="list-style-type: none"> • ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS
<ul style="list-style-type: none"> • SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Fonte: Centro Distrital de Évora, ISS, IP, Fev/19



Importa referir que, para além dos três Centros de Convívio com Acordo de Cooperação com o ISS, IP, existem ainda no território outros nove equipamentos, em todas as freguesias e em algumas localidades, geridos por diversas ARPI (Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos) que funcionam como centros de convívio destinados aos respetivos associados.

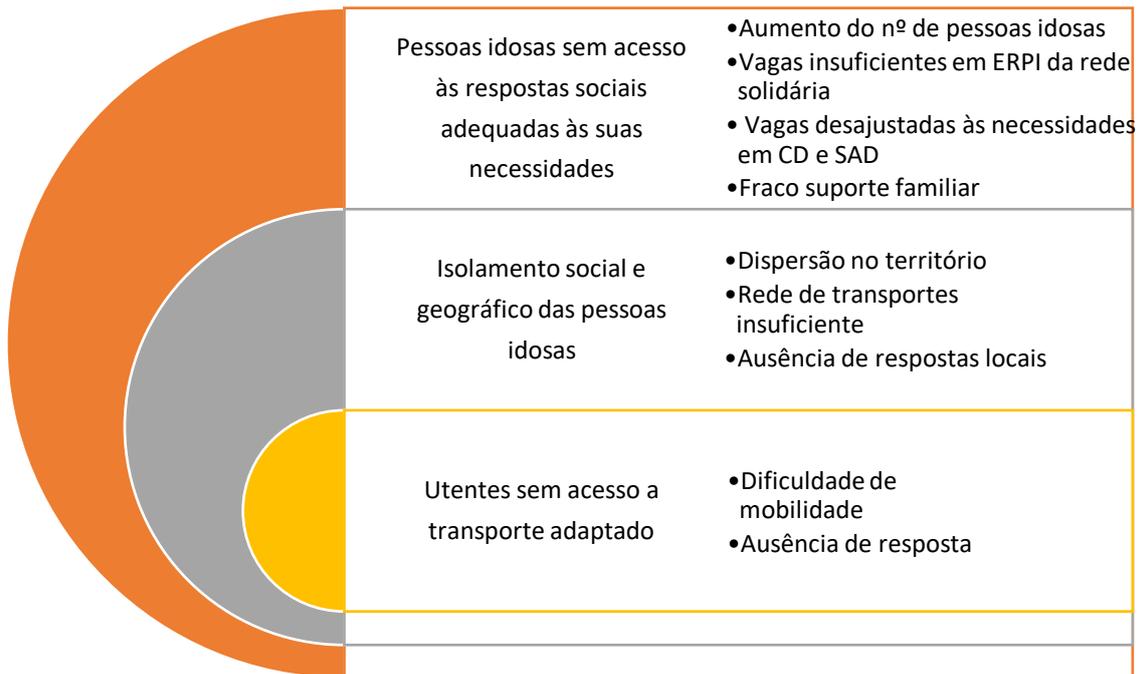
Para além das respostas sociais referidas anteriormente, encontra-se em funcionamento o Grupo SÉNIS, composto por representantes da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Centro de Saúde, Segurança Social, GNR e da Associação Abrigo dos Velhos Trabalhadores. Este grupo foi constituído no ano 2012 e tem como principal objetivo a resolução de situações de idosos que vivem em situação de risco social e a promoção de atividades de convívio e animação para esta população.

Em síntese e em relação à área das pessoas idosas, pode-se destacar que Montemor-o-Novo é um dos territórios mais envelhecidos da região do Alentejo Central. Na perspetiva dos atores, o elevado número de pessoas idosas, algumas sem suporte familiar e sem existirem cuidadores informais, implica a necessidade de ajustamento do funcionamento da resposta de SAD, que segundo os atores carece de um reajustamento ao nível dos horários de prestação de serviço, e da sua frequência, para responder de forma mais adequada às necessidades dos utentes. Facto é que as respostas de SAD, no território, têm a capacidade total para responder a 331 utentes, mas a sua ocupação encontra-se na ordem dos 73%.

É ainda de destacar que, perante a ausência de suporte familiar e a insuficiência de cuidadores informais, e perante os baixos rendimentos da população idosa, seria relevante o aumento da capacidade da resposta ERPI, da rede solidária.

Outra das prioridades identificadas neste âmbito, centra-se no combate ao isolamento social e geográfico desta população. Na perspetiva dos atores, o isolamento deve-se à dispersão da população no território aliada a uma rede de transportes públicos insuficiente e à ausência de algumas respostas sociais direcionadas para esta população em algumas localidades. A otimização da rede de transportes, alguns dos quais adaptados, poderá ser essencial para contribuir para o aumento da mobilidade, participação e qualidade de vida desta população.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e possíveis causas associadas aos mesmos.



6.5 Habitação

Do ponto de vista habitacional, Montemor-o-Novo debate-se com um número elevado de edifícios de alojamento familiar devolutos, vagos e alguns dos quais a necessitam de obras de requalificação. Os valores do arrendamento e da compra de habitação própria são elevados face aos rendimentos das famílias. A necessidade de respostas habitacionais a custos controlados é premente, quando no território o seu número é reduzido. A realidade ao nível da habitação em Montemor-o-Novo é igualmente sentida a nível regional e nacional.

Nos últimos anos verificaram-se alterações económicas, financeiras e sociais que não foram acompanhadas de uma visão estratégica no domínio da habitação. Assim, pela necessidade de implementação de uma estratégia para a habitação, é aprovada a resolução n.º 48/2015, de 15 de julho que consiste na Estratégia Nacional para a Habitação (ENH), para o período de 2015-2031. Esta Estratégia é composta por medidas concretas e encontra-se estruturada em três pilares: Reabilitação Urbana, Arrendamento Habitacional e Qualificação dos Alojamentos.

Segundo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), existe em Portugal um número elevado de fogos devolutos, bem como, se verifica a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada aos seus rendimentos e necessidades.

Nas últimas duas décadas foram construídas um milhão e meio de habitações, não obstante continuam a persistir problemas relacionados com a degradação do parque habitacional dos centros urbanos antigos, com as necessidades de mobilidade das famílias e com os custos da habitação, especificamente no arrendamento.

Na região do Alentejo Central podemos observar o seguinte:

- Aumento do n.º de alojamentos familiares clássicos em 33,7%, entre 1981 e 2017;
- Aumento do n.º de alojamentos familiares vagos em 26,3%, entre 2001 e 2011;
- Em Montemor-o-Novo (2011), a percentagem de fogos vagos era de aproximadamente 10% e no Centro Histórico da cidade era de 18%;
- Forte recessão demográfica desde 2001, transversal a todos os concelhos da região;
- Em 2011, 22,9% dos edifícios em Montemor-o-Novo necessitavam de pequenas a grandes reparações;
- Em 2015, existiam em Montemor-o-Novo 55 edifícios e 65 fogos de habitação social, 49 dos quais encontravam-se arrendados;
- A habitação social representa 0,6% do n.º total de alojamentos familiares clássicos em Montemor-o-Novo (2015);
- Em 2017, o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento, no concelho de Montemor-o-Novo, era de 3,47€ (o segundo valor mais elevado da região do Alentejo Central, antecedido apenas por Évora);
- Em 2011 encontravam-se arrendados 1 556 alojamentos familiares clássicos de residência habitual (45,7% dos quais com rendas superiores a 200€), menos 45 alojamentos que em 2001 (12,6% dos alojamentos arrendados tinham rendas superiores a 199,52€).

Em suma, a produção e oferta de habitações aumentaram, mas as mesmas foram ficando mais caras, não acompanhando a evolução do rendimento disponível das famílias.

A contração do mercado de arrendamento limitou o investimento na reabilitação do parque habitacional antigo, contribuiu para o aumento das rendas e para a redução do número de casas para arrendar.

Apesar das mudanças económicas e demográficas (diminuição da dimensão das famílias, envelhecimento da população, desertificação do interior, estagnação do rendimento das famílias), a produção de alojamentos continuou a investir em construções novas, para aquisição de casa própria, com o mesmo modelo de financiamento, mas com custos de produção e de legalização mais elevados.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, ciente da necessidade de intervenções ao nível habitação no concelho, tem vindo a desenvolver diversos Programas e Projetos nesta área. Entre os Programas existentes, destacam-se os direcionados para a reabilitação e regeneração da área mais antiga da cidade, centrados numa política de reabilitação urbana do Centro Histórico, nomeadamente o Programa de Ação Integrado de Valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade de Montemor-o-Novo. Os principais resultados têm-se observado ao nível da qualificação do espaço público e ambiente urbano incluindo a renovação de infraestruturas, de valorização do património e da dinamização cultural (Atualização da Carta Estratégica – Elementos de Diagnóstico, 2015).

Como outro dos principais investimentos realizados neste âmbito, destaca-se a promoção do acesso à habitação, incluindo à habitação social, a participação em programas nacionais de



recuperação do parque habitacional, a articulação com as cooperativas de habitação e a atribuição de apoios à recuperação de habitação degradada.

Prevê-se também a continuidade do investimento nos seguintes programas:

- Programa de Estudos/ Projetos – bolsa de projetos na área da “reabilitação e reconversão urbana de espaços verdes, arranjos exteriores, espaços de recreio e adaptação de edifícios e espaços públicos para acessibilidade e mobilidade condicionada”;
- Programa de Arranjos Exteriores – conceção de “um plano de qualificação das áreas exteriores, incluindo a intervenção/obra no terreno, com o objetivo de melhorar a imagem urbana do concelho, viabilizando soluções de qualidade em espaços urbanos humanizados, ambientalmente equilibrados e dotados de equipamentos e programas para a sua animação e uso”;
- Programa de Preservação do Património (integra o Programa de Valorização do Castelo);
- Programa de Reabilitação Urbana;
- Programas de Iluminação Pública e Eletrificações;
- Programas de apoio à recuperação e construção de habitação – nomeadamente, Programa de Habitação Municipal, Programa de Apoio à Recuperação de Habitação e Programa de Parcerias para a Promoção de Habitação.

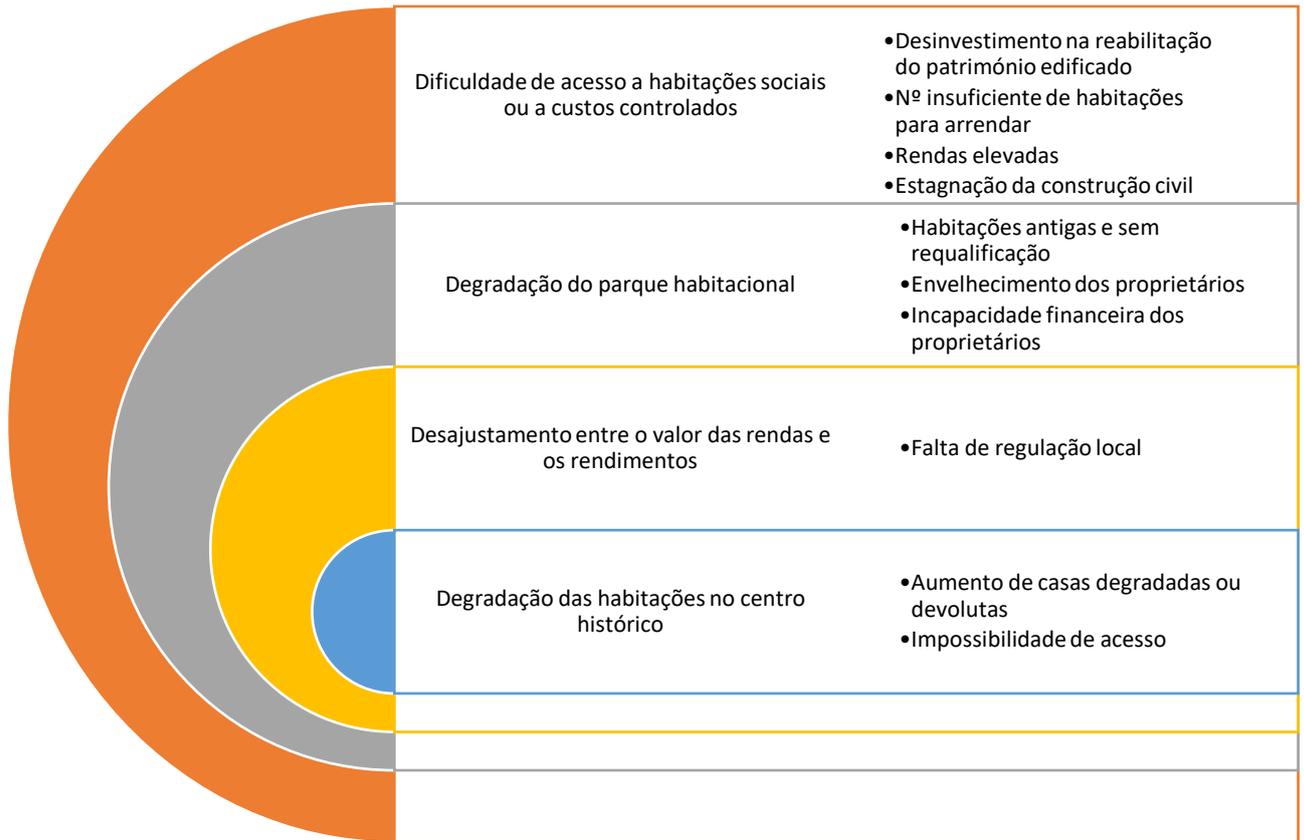
Em síntese e em relação à área da habitação, pode-se destacar que, transversalmente ao território nacional, Montemor-o-Novo necessita de um investimento na requalificação e regeneração do parque habitacional e da melhoria do acesso a habitação a custos controlados.

Na perspetiva dos atores, a necessidade de requalificação e regeneração do parque habitacional deve-se à existência de habitações antigas sem condições adequadas de habitabilidade, cujos proprietários são na sua maioria pessoas de idade avançada e/ou que não têm capacidade económica para realizar os investimentos necessários.

Ainda que haja um investimento da autarquia na promoção do acesso à habitação, os atores reforçam a necessidade de se melhorar e garantir o acesso a habitações sociais ou a custos controlados. O acesso ao património habitacional degradado ou devoluto e a sua reabilitação poderão contribuir para o aumento do número de fogos passíveis de serem arrendados.

O desfasamento entre os valores de arrendamento praticados e os rendimentos das famílias surge como consequência da necessidade de regulação ao nível do arrendamento local, do número reduzido de habitações para arrendar e da estagnação da construção civil.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e possíveis causas associadas aos mesmos.

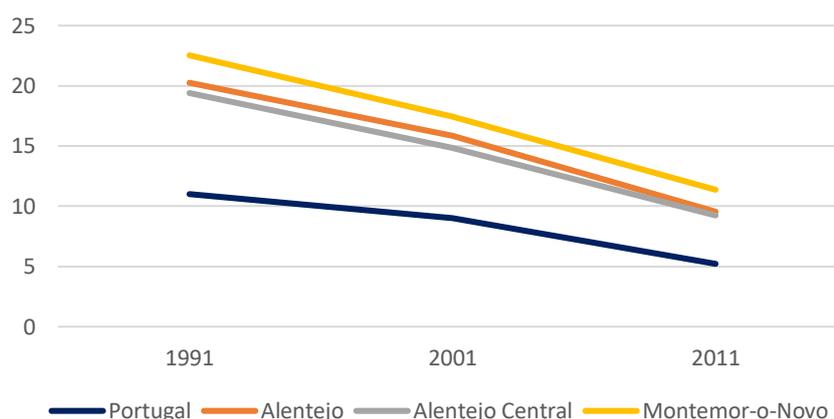


6.6 Educação e Escolaridade

O nível de escolaridade da população portuguesa tem vindo a aumentar nas últimas décadas, acompanhado de uma diminuição progressiva da taxa de analfabetismo e do aumento das taxas de pré-escolarização e de escolarização ao nível do ensino básico e secundário.

Entre 1991 e 2011 verificou-se uma diminuição das taxas de analfabetismo não só a nível nacional, como também nas regiões do Alentejo, Alentejo Central e no concelho de Montemor-o-Novo. Ainda assim, no ano 2011, o valor da taxa de analfabetismo no concelho de Montemor-o-Novo era superior ao registado a nível nacional e regional, sendo que aproximadamente 11 em cada 100 residentes no concelho, com idade igual ou superior a 10 anos não sabia ler nem escrever.

Gráfico 61 – Taxa de analfabetismo entre 1991 e 2011 (%)



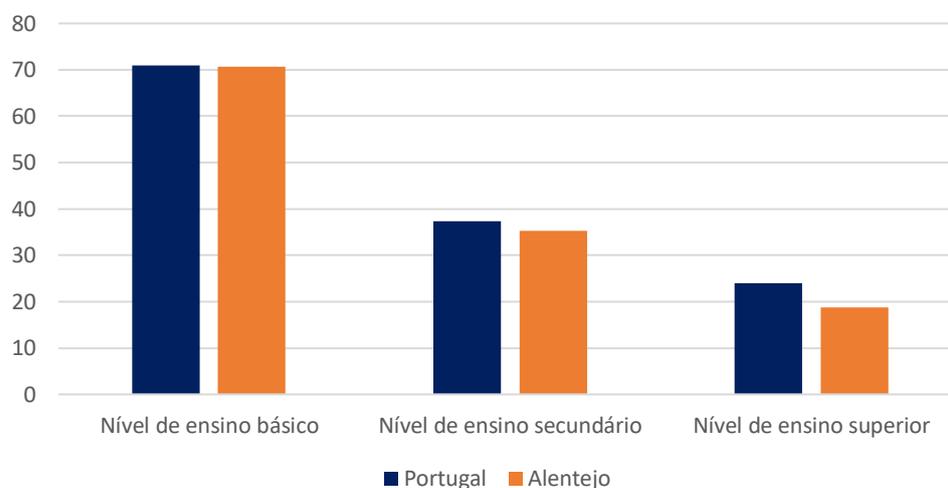
Fonte: INE – Recenseamento da população e habitação – séries históricas

A taxa de abandono precoce de educação e formação também tem vindo a diminuir nos últimos anos, a nível nacional e na região do Alentejo. Ainda assim, no ano 2017 e na região do Alentejo, aproximadamente 13 em cada 100 jovens entre os 18 e os 24 anos, deixaram de estudar sem terminar o ensino secundário. Portugal é o sexto país da EU28 que apresenta maior valor de taxa de abandono precoce de educação e formação (12,6%).

Apesar do nível de escolaridade ter aumentado nos últimos anos, em 2011 ainda era expressivo o número de pessoas que concluíram apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico. Em Montemor-o-Novo, aproximadamente 29 em cada 100 pessoas tinham completado apenas este nível de ensino.

Em 2017, o número de pessoas entre os 20 e os 64 anos que completaram o ensino básico continua a ser muito superior ao número de pessoas que completaram o ensino secundário e o ensino superior, quer a nível nacional, quer na região do Alentejo.

Gráfico 62 – Taxa de escolaridade em 2017 (%)



Fonte: INE – Inquérito ao emprego

Tabela 72 – População residente por nível de escolaridade mais elevado completo (2011) (%)

	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secund.	Licenc.	Mest.	Dout.
Portugal	25,5	13,4	16,3	13,4	8,9	1,1	0,25
Alentejo	26,5	12,5	16,0	12,8	6,7	0,7	0,13
Alentejo Central	26,0	12,5	15,4	13,4	7,4	0,9	0,29
Montemor-o-Novo	28,9	11,6	14,2	11,9	6,0	0,5	0,11

Fonte: INE – Censos 2011

No que respeita à taxa de participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida, é importante referir que a mesma aumentou 20 pontos percentuais na década de 2007-2016, passando de 30,9% para 50,2% a nível nacional. A participação em atividades de educação não formal, maioritariamente relacionadas com a atividade profissional foram as que mais contribuíram para o aumento da referida taxa (INE, Inquérito à Formação e Educação de Adultos, 2016).

No âmbito da educação formal para adultos é importante destacar a intervenção do Programa Qualifica, operacionalizado pelos Centros Qualifica, para a qualificação da população adulta. O Programa Qualifica tem como principal objetivo “melhorar os níveis de educação e formação dos adultos, contribuindo assim para a melhoria dos níveis de qualificação da população e a melhoria da empregabilidade dos indivíduos”.

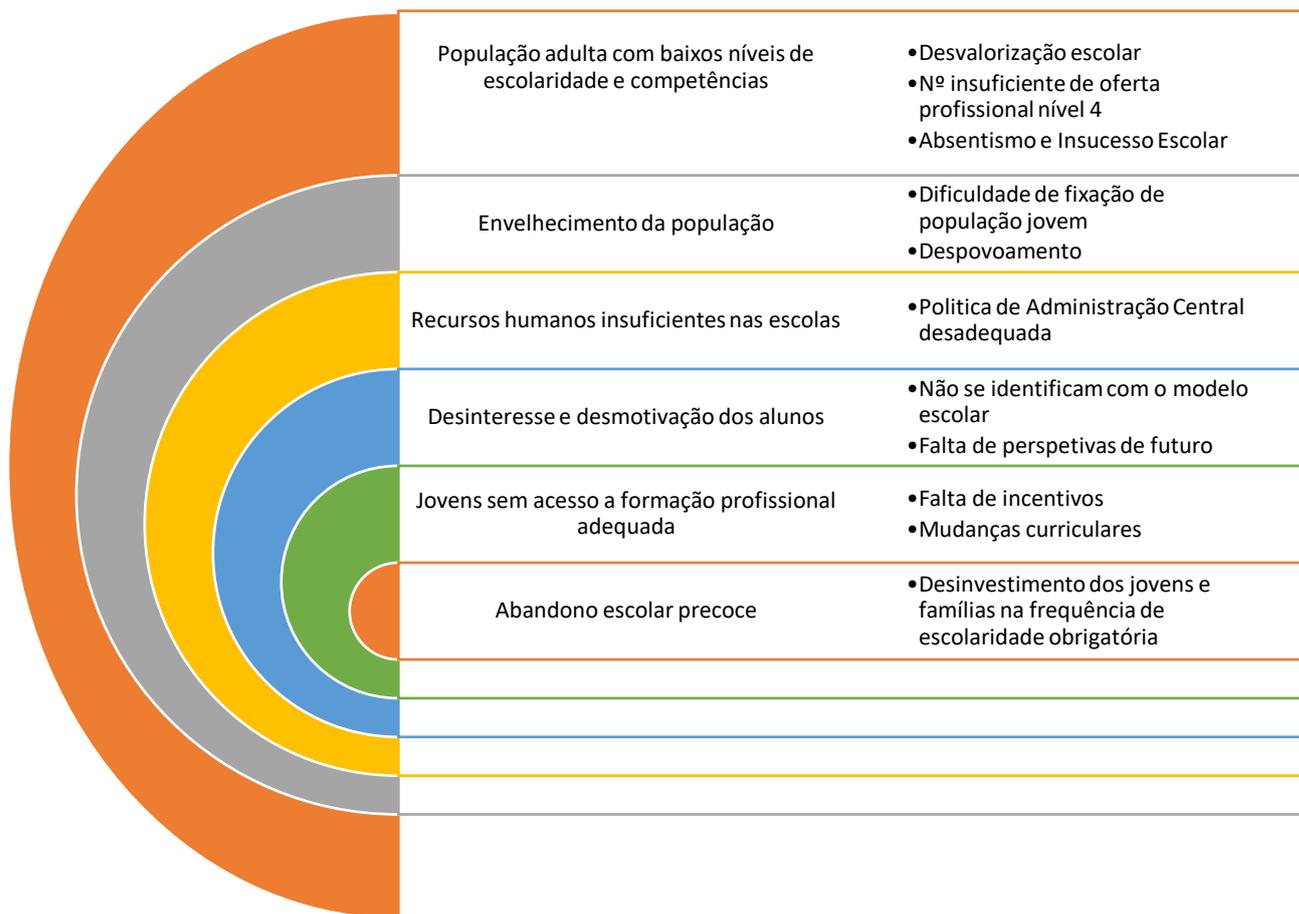
O Centro Qualifica do Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora é de extrema importância para a melhoria dos níveis de educação e formação, visto que uma percentagem significativa da população entre os 25 e os 64 anos não concluiu a escolaridade mínima obrigatória (em 2011, 68% não tinha nenhum nível de escolaridade concluído ou tinha apenas o Ensino Básico).

Em síntese e em relação à área da educação e escolaridade, pode-se destacar que a população residente em Montemor-o-Novo apresenta ainda níveis de escolaridade inferiores, e uma taxa de analfabetismo superior à registada a nível nacional e regional.

Na perspetiva dos atores, parece existir uma desvalorização da importância da escola e do percurso escolar, pelos alunos, atribuída ao facto de não existirem cursos profissionais em diferentes áreas ou adequados às necessidades do mercado de trabalho, o que em algumas situações culmina em insucesso ou abandono escolar. Embora, segundo informação do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, a oferta educativa ao nível do ensino regular secundário tenha aumentado (desde 2015) e se tenha realizado um reajuste da oferta educativa tendo em consideração os interesses dos alunos, com o objetivo de os fixar.

As baixas qualificações da população adulta encontram-se associadas ao número elevado de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos sem escolaridade ou população adulta entre os 20 e os 64 anos com o Ensino Básico concluído. O investimento em Programas e Projetos que promovam a aprendizagem ao longo da vida, formal ou não formal, parece ser fundamental para aumentar a qualificação e educação da população com baixos níveis de escolaridade.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e possíveis causas associadas aos mesmos.



7. POR Alentejo 2020

Atendendo aos problemas, necessidades e áreas consideradas prioritárias neste diagnóstico, e atendendo à importância estruturante que o 'Programa Operacional Regional do Alentejo 2020' (POR Alentejo 2020) tem para algumas das possíveis intervenções futuras neste âmbito, optámos por incluir um pequeno resumo dos eixos estratégicos, prioridades de investimento e objetivos específicos que, determinando o sentido das linhas de financiamento que vierem a ser abertas ou criadas nos próximos anos (no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento), estão também alinhados com uma parte significativa dos principais constrangimentos aqui identificados para o desenvolvimento social do concelho de Montemor-o-Novo.

Desta forma, segue um pequeno resumo que seguirá a estrutura: eixo prioritário; prioridade de investimento; e, por último, ações a desenvolver. Sendo que, no caso das ações a desenvolver apresentamos apenas alguns casos, não sendo exaustivos no conteúdo identificado no Plano de Ação Regional Alentejo 2020 (POR Alentejo 2020).

Eixo prioritário 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano

➤ Prioridade de Investimento 10.1

Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação.

Objetivos específicos:

- Promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação.

Exemplos de ações a desenvolver:

- Intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono, designadamente por via do aumento da flexibilização de dispositivos de gestão de recursos e currículos e da oferta de atividades de âmbito curricular, visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, nomeadamente da promoção de espírito empreendedor;
- Iniciativas específicas de âmbito local ou intermunicipal, designadamente, no âmbito de projetos educativos municipais, que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo, com enfoque na inovação social;
- Projetos relacionados com a promoção da inclusão social e prevenção do abandono escolar, designadamente através do desporto escolar.



➤ **Prioridade de Investimento 10.4**

Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação da transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação de currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.

Objetivos específicos:

- Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa.

Exemplos de ações a desenvolver:

- Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens, incluindo o desenvolvimento de recursos didáticos e ações de apoio à utilização das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica, através de conteúdos adequados e do envolvimento de docentes e escolas, na promoção do sucesso escolar e da qualidade das aprendizagens;
- Projetos orientados para o desenvolvimento dos sistemas de regulação, avaliação e estruturação das ofertas formativas, incluindo sistemas de certificação.

Eixo Prioritário 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável

➤ **Prioridade de Investimento 6.5**

Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

Objetivos específicos:

- Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo.

Exemplos de ações a desenvolver:

- Reabilitação integral de edifícios (com prioridade para os edifícios com idade igual ou superior a 30 anos), nomeadamente destinados aos seguintes usos: habitação, equipamentos de uso público, comércio e/ou serviços;
- Reabilitação de espaço público, desde que integrada na reabilitação do conjunto edificado envolvente.



Eixo prioritário 5 – Emprego e Valorização Económica de Recurso Endógeno

➤ Prioridade de Investimento 8.1

Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.

Objetivos específicos:

- Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho.

Exemplos de ações a desenvolver:

- Estágios profissionais na administração pública local.

➤ Prioridade de Investimento 8.3

Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

Objetivos específicos:

Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social.

Exemplos de ações a desenvolver:

- Apoios especificamente direcionados para novas micro empresas e PME que promovam a criação de emprego, como por exemplo, emprego verde;
- Apoio a micro empresas e PME já existentes, desde que vise a criação líquida de emprego;
- Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, através da antecipação do pagamento total ou parcial, destas prestações.

Eixo prioritário 6 – Coesão Social e Inclusão

➤ Prioridade de Investimento 9.6

Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

Objetivos específicos:

- Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais.

Exemplos de ações a desenvolver:

- Promoção do empreendedorismo social, disponibilizando formação e apoiando a criação de microempresas especialmente vocacionadas para a economia social (Ex.: Apoio domiciliário, empresas de serviços de proximidade, etc.);



- Promoção de inclusão ativa, incluindo parcerias entre entidades do setor solidário e setor privado;
 - Animação territorial e inovação social.
- **Prioridade de Investimento 9.7**

Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

Objetivos específicos:

Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes.

Exemplos de ações a desenvolver:

- Qualificar a rede de equipamentos sociais existentes, em áreas onde existam necessidades não respondidas pela rede instalada, mediante processos de reconversão ou adaptação de respostas e serviços prestados, nomeadamente: na área da Deficiência e Reabilitação (lares residenciais e adaptação de residências para pessoas com diferentes graus de autonomia), na área da Terceira Idade (lares residenciais, centros de dia e alargamento do serviço de apoio domiciliário);
- Apoio à aquisição de tecnologias em áreas terapêuticas, de prevenção e diagnóstico no âmbito da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

8. Síntese Diagnóstica

Como resultado da análise de toda a informação recolhida, sistematizada e analisada, é possível identificar um conjunto de prioridades, recomendações e recursos que decorrem da elaboração do Diagnóstico Social do concelho de Montemor-o-Novo.

Para facilitar a leitura e a incorporação desta em futuros documentos de reflexão ou mesmo operacionais, decidimos sistematizar a informação a partir das áreas de diagnóstico identificadas neste processo.

Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional

- Garantir um trabalho contínuo de identificação das necessidades do mercado de trabalho;
- Desenvolver formação específica, de forma a adequar a oferta à procura envolvendo as empresas e organizações locais;
- Aumentar as qualificações da população;
- Investir na educação e formação da população mais jovem e na formação contínua da população adulta;
- Promoção de estratégias que ativem o tecido empresarial e que confirmem capacidade de atração de novos investimentos;
- Inovação e modernização das atividades económicas e do tecido empresarial;
- Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial;
- Qualificação das áreas de localização empresarial.



Recursos Existentes





Pessoas com deficiência e Incapacidade / Saúde Mental

- Investimento em respostas no âmbito da prevenção, promoção e intervenção na área da saúde mental;
- Investimento na criação de respostas que promovam a autonomização de pessoas com deficiência (ex.: auto determinação ou vida independente);
- Promover formação específica para recursos humanos;
- Criar estruturas de apoio à mobilidade de pessoas com deficiência/ incapacidade;
- Derrubar barreiras arquitetónicas nas habitações e via pública.

Recursos Existentes

Departamento de Saúde Mental do Hospital Espírito Santo, E.P.E - Évora	Serviço de Psicologia do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo	CERCIMOR
Casa João Cidade	Associação 29 de Abril	Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo (Educação Inclusiva)
Hospital S. João de Deus (Residência de Apoio Moderado)	Movimento associativo	Câmara Municipal



Envelhecimento/ Pessoas Idosas

- Desenvolver rede de cuidadores formais;
- Criar mecanismos de suporte familiar;
- Combater isolamento geográfico e social, otimizando a rede de transportes públicos;
- Reforço da capacidade dos equipamentos e respostas sociais e ajudas técnicas, bem como, adequação do seu funcionamento (horários) face às necessidades identificadas;
- Promoção de estratégias no âmbito das políticas de envelhecimento ativo;
- Garantir a melhoria do acesso aos serviços de saúde e sociais, nomeadamente através do investimento na melhoria da rede de transportes públicos.

Recursos Existentes





Habitação

- Garantir o acesso a habitações sociais ou a custos controlados;
- Investimento em políticas de requalificação e reabilitação do parque habitacional e do centro histórico da cidade;
- Investimento em políticas que promovam a melhoria do acesso a habitação a custos controlados;
- Promoção de um ambiente urbano de excelência.

Recursos Existentes

Programa de Ação Integrado de Valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade de Montemor-o-Novo

Programa de Estudos/Projetos – bolsa de projetos na área da “reabilitação e reconversão urbana de espaços verdes

Programa de Arranjos Exteriores

Programa de Preservação do Património

Programa de Reabilitação Urbana

Investimento em políticas de requalificação e reabilitação do parque habitacional e do centro histórico da cidade

Investimento em políticas que promovam o melhoria do acesso a habitação a custos controlados

Programas de Iluminação Pública e Eletrificações;

Programas de apoio à recuperação e construção de habitação

Programa de gestão da habitação social “Inovar a Habitação Social”

Cooperativa Integral Minga



Educação e Escolaridade

- Promoção da participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida, de cariz formal ou não formal, que promovam o combate ao analfabetismo e iliteracia;
- Promoção do sucesso escolar e da valorização de percursos educativos e formativos, nomeadamente através de estratégias que incentivem o envolvimento da família na vida escolar;
- Diversificação da oferta formativa nas escolas;
- Capacitação dos agentes educativos;
- Aumentar os espaços de convívio/ lazer destinados aos jovens;
- Desenvolvimento de ações preventivas nas escolas para diminuição de comportamentos de risco;
- Investimento nas vias profissionalizantes ao nível do ensino secundário;
- Promover o ensino dual através de cursos Aprendizagem em articulação com a comunidade escolar desenvolvidos no Agrupamento de Escolas.

Recursos Existentes



9. Referências Bibliográficas e Sites Consultados

ACES Alentejo Central (2017). Planos Locais de Saúde: Estratégia da Saúde. Évora: ACES Alentejo Central, ARS Alentejo.

ACES Alentejo Central. Perfil Local de Saúde 2014.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, ON – Ligados à Terra (2015). Atualização da Carta Estratégica – Elementos de Diagnóstico (Relatório de Progresso).

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, ON – Ligados à Terra (2015). Avaliação da Carta Estratégica.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (2007). Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017. Montemor-o-Novo: CM Montemor-o-Novo.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, ON – Ligados à Terra (2016). Modelo de Intervenção Estratégica Montemor-o-Novo 2025.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Rede Social de Montemor-o-Novo (2015). Diagnóstico Social – 2005. Montemor-o-Novo: CM Montemor-o-Novo.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. AMDE (2007). Carta Educativa do Concelho de Montemor-o-Novo. Montemor-o-Novo: CM Montemor-o-Novo.

CCDR Alentejo. Programa Operacional Regional do Alentejo (Alentejo 2020).

Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Lisboa: Ministério da Saúde.

Conselho da Europa. Comité de Ministros (2006). Recomendação do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre o Plano de Acção do Conselho da Europa para se promover os direitos das pessoas com deficiência/incapacidade e a sua total participação na sociedade: melhorando a sua qualidade de vida na Europa de 2006- 2015.

Dias, M., Varejão, J. (2012). Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego – relatório final. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Direção Geral da Saúde (2017). Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial.

Direção Geral da Saúde (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: DGS.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015). Estratégia Nacional para a Habitação – Desafios e Mudanças.

Instituto Nacional de Estatística (2015). Anuário Estatístico da Região Alentejo 2014. Lisboa: INE, IP.



Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito à Educação e Formação de Adultos. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito Nacional de Saúde 2014. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2017). Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2017). Projeções de população residente 2015-2080. Lisboa: INE, IP.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação. Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (2011). Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013. INR, IP.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação (2006). 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade. Lisboa: MTSS.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2017). Relatório de Portugal: Terceiro ciclo de revisão e avaliação da implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA). MTSS.

Monte – Desenvolvimento Alentejo Central (2017). Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central: Relatório I – Diagnóstico Social do Alentejo Central. Arraiolos: Monte – Desenvolvimento Alentejo Central.

Monte – Desenvolvimento Alentejo Central (2017). Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central: Relatório II – O Referencial Estratégico. Arraiolos: Monte – Desenvolvimento Alentejo Central.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (2018). Pessoas com deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2018. Lisboa: ISCSP.

Sites consultados:

<https://www.ine.pt>

www.cartasocial.pt

<https://www.pordata.pt>

www.sns.gov.pt

<http://www.cm-montemornovo.pt>

<http://www.arsalentejo.min-saude.pt>

<https://observatorio-das-desigualdades.com/>

<https://www.dn.pt>

10. Anexos

Anexo 1 (Questionário aplicado às entidades parceiras no CLAS de Montemor-o-Novo)



MONTEMOR | O | NOVO

Montemor-o-Novo: Recolha de percepções das organizações parceiras

Guião para recolha de informação sobre as percepções dos parceiros

O presente inquérito faz parte do trabalho a desenvolver pelo Conselho Local de Ação Social de Montemor-o-Novo (CLAS) e pretende contribuir para a atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.

Pretendemos recolher as percepções das diferentes organizações parceiras do CLAS, no que respeita às áreas prioritárias de intervenção. Pelo que, pedimos que responda de acordo com a percepção que tem do seu território, de acordo com a sua experiência profissional como dirigente ou técnico.

Pedimos-lhe que responda apenas às questões relativas às áreas temáticas sobre as quais tem conhecimento como técnico ou dirigente no território de Montemor-o-Novo, devendo passar à frente (sem resposta) sempre que julgue não ter uma percepção informada sobre os problemas abordados ou quando surgir qualquer questão para a qual não tenha opinião.

As respostas inseridas serão sempre editáveis através do link enviado (mesmo depois de clicar no botão 'concluído'), podendo as respostas serem completadas ou, caso necessário, validadas por dirigente ou superior hierárquico.

Desde já agradecemos o seu contributo e o da sua organização/instituição, sendo esta informação fundamental para fortalecer a capacidade do CLAS enfrentar os desafios atuais e futuros e contribuir da melhor forma para o desenvolvimento social do Concelho de Montemor-o-Novo.

O Núcleo Executivo do CLAS de Montemor-o-Novo
A equipa da Logframe

Muito obrigado pelo seu contributo.
Clique em 'Concluído' para encerrar este questionário.

* 1. Diga-nos qual é a sua organização/ instituição/ entidade:

* 2. Qual a Freguesia em que está sediada a sua organização/ instituição/ entidade?

* 3. Qual a função que desempenha na sua organização/ instituição/ entidade?



4. Atendendo à sua experiência profissional e conhecimento que tem do território, identifique a importância de cada uma das seguintes áreas problemáticas prioritárias para a Rede Social de Montemor-o-Novo:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Imprescindível
Emprego, qualificação, formação e atividades económicas no concelho	<input type="radio"/>				
Educação e escolaridade	<input type="radio"/>				
Habitação	<input type="radio"/>				
Respostas sociais	<input type="radio"/>				
Saúde - saúde mental e adições (incluindo consumo de álcool e toxicodependência)	<input type="radio"/>				
Outras questões de saúde (incluindo a deficiência)	<input type="radio"/>				
Família e comunidade	<input type="radio"/>				
Outros grupos vulneráveis (como pessoas idosas/ em situação de sem abrigo/ ...)	<input type="radio"/>				

Caso exista outra área problemática que considere prioritária, especifique qual:

5. Relativamente à área "Emprego, qualificação, formação e atividades económicas no concelho", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O principal ou principais problemas para esta área temática:

As causas desse(s) problema(s):

Os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):

(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):



6. Relativamente à área "Educação e escolaridade", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):

7. Relativamente à área "Habitação", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):

8. Relativamente à área "Respostas sociais", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):



9. Relativamente à área "Saúde - saúde mental e adições (incluindo consumo de álcool e toxicodependência)", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):

(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):

10. Relativamente à área "Outras questões de saúde (incluindo a deficiência)", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):

(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):

11. Relativamente à área "Família e Comunidade", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):

(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):



12. Relativamente à área "Outros grupos vulneráveis (como pessoas idosas, pessoas em situação de sem abrigo, violência doméstica, (des)igualdade de género, menores em risco...)", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):

(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):

13. Relativamente a "Outra área prioritária" que tenha identificado anteriormente (na questão 4), identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

O **principal ou principais problemas** para esta área temática:

As **causas** desse(s) problema(s):

Os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse(s) problema(s):

(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse(s) problema(s) (o que seria necessário fazer):

14. Caso considere pertinente, pode deixar alguma sugestão adicional relativa ao Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Novo:

